

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

### IDENTIFICAÇÃO

**Nome da Pessoa Jurídica:** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

**CEP da sede:** 89.540-000

**Endereço da sede:** RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO, 251 – BAIRRO CENTRO – SANTA CECÍLIA/SC

**E-mail de contato:** [comercial@alvorada945.com.br](mailto:comercial@alvorada945.com.br)

**Serviço a ser renovado:**

☒ (X) Radiodifusão sonora

☐ ( ) em frequência modulada (adaptada de OM para FM)

☐ ( ) em ondas curtas

☐ ( ) em ondas médias

☐ ( ) em ondas tropicais

☐ ( ) Radiodifusão de sons e imagens

**Período da renovação:** 21/06/2022 A 21/06/2032

**Localidade da renovação:** SANTA CECÍLIA

**UF:** SC

Eu, **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Santa Cecília/SC, 22 de junho de 2021.

  
MARAIZA  
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA  
DIRETOR

**Estado de Santa Catarina**  
Município e Comarca de Santa Cecília  
Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecília  
ADEMIR GRANEMANN GAUDÊNCIO - Tabelião  
Rua João Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecília - SC, 89540-000 - (49)  
3244-2464 - tabellionato@yahood.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé  
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA (GER23155-ÚVA3) \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 3,52 | 1 Selo de Fiscalização  
pago R\$ 2,82 | ISS R\$ 0,11 | Total R\$ 6,45 | Recibo N° 236477  
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>  
Dou fé, Santa Cecília - 24 de junho de 2021

MARAIZA SENN > Escrevente

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA



Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 3



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

03202

ANEX 82

51200

JUCESC

BKM0167

RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

- CONTRATO SOCIAL -

**HERMES ANTONIO BONET**

brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Leoberto Leal nº 227, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10/R- 685.500, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 006.146.459-72;

**FLORESNAL GRANEMANN**

brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Nereu Ramos, nº 597, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10/R- 3.270.644, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 105.121.019-49;

**JOÃO BERTOLI JUNIOR**

brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Souza F - França, nº 28, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1/R- 96.- 773, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 221.369.759-00;

**ARNOLDO WERNER**

brasileiro, casado industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, à Al. Aristiliano Ramos, nº 1.366, portador da Cédula de Identidade RG. nº 7/R-527.962, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 005.578.709-68.

Certificado Autenticidade-Certificadores  
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado eletronicamente em 21/07/2017.  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BKM0168

CONSTITUEM,

entre si, e na melhor forma de direito, So-  
ciedade comercial por cotas de responsabi-  
lidade limitada, cujos negócios serão régi-  
dos pelas cláusulas e condições a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á RÁDIO PALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., e terá por finalidade a execução de Serviços de Radiodifusão Sono-  
ra em Geral, quer de ONDA MÉDIA, FREQUÊNCIA MODULADA-FM, SONS E  
IMAGENS (televisão), ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, mediante autori-  
zação do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da legis-  
lação vigentes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade e de acordo com o que dispõe  
o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1.963, que  
instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a di-  
vulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo  
e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial  
para a suporação dos encargos e sua necessária expansão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade tem como endereço a cidade de Santa Ce-  
cília, no Estado de Santa Catarina, à Av. Leoberto Leal, nº 227.

#### CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo determina-  
do, e suas atividades terão início a partir da data em que o Mi-  
nistério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão  
ou permissão, em seu nome, se necessário for a sua dissolução, se-  
rão observados os dispositivos da Lei.

#### CLÁUSULA QUINTA

A Sociedade se compromete, por seu Diretor e Sócios Cotistas, a  
não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social sem que te-  
nha para isso sido plena e legalmente autorizada pelos órgãos do  
Ministério das Comunicações, previamente.

#### CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do Capital Social pertencerão na sua to-  
talidade, sempre a brasileiros natos e são inalienáveis e incau-  
cionáveis direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurí-  
dicas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as  
Leis, Decretos, Regulamentos, Códigos, Portarias e quaisquer des-  
pachos ou decisões emanadas do Ministério das Comunicações e de  
seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vir, e referente  
à legislação de Radiodifusão Sonora em Geral.,,

segue.....



car a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticidade eletrônica, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



CLÁUSULA OITAVA BKM0169

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários, um número mínimo de dois terços de brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora em Geral, no País além dos limites fixados pelo Artigo 12 do Decreto Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), representados por 1.200 (um mil e duzentas) cotas, no valor cada uma de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), e subscritas pelos Sócios da forma que se segue:

COTISTAS	COTAS	VALOR CR\$
HERMES ANTONIO BONET	300	300.000,00
FLORESNAL GRANEMANN	300	300.000,00
JOÃO BERTOLI JUNIOR	300	300.000,00
ARNOLDO WERNER	300	300.000,00
TOTALIS	1.200	1.200.000,00

§ ÚNICO - De acordo com o Artigo 22 "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A integralização do Capital Social será efetivada pelos Sócios em moeda corrente nacional, a saber:

A - 50% (cincoenta por cento) ou sejam R\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) neste ato;

B - 50% (cincoenta por cento) ou sejam R\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) como integralização total do Capital Social, - na data em que o Ministério das Comunicações publicar o ato de outorga da concessão ou permissão em Diário Oficial da União, se este for deferido em nome da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As cotas serão individuais em relação a Sociedade que para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelo Sócio ARNOLDO WERNER, na função de DIRETOR GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração da Sociedade e sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e

segue.....



car a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BKM0170

documentos, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

II.

120011

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os Sócios Gerente terá como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas nas legislações do Imposto de Renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O uso da denominação social, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outras atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade ficando o DIRETOR, na hipótese de infração desta CLÁUSULA, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As cotas do Capital Social não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais Sócios e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos da cláusula quinta do presente Contrato, e para isso o Sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à Entidade, em qualquer eventualidade, os Sócios remanescentes terão sempre, preferencialmente a aquisição das cotas do Sócio retirante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Falecendo um dos Sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os demais remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do Sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros do último Balanço Geral Anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou a interdição após seis meses da data de aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos fixados pela Portaria nº 505, do Ministério das Comunicações, se entretanto desejarem os herdeiros continuar na Sociedade, e com isso concordarem todos os demais Sócios, deverão aqueles designar quem os represente no lugar do Sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações, e dele recebendo a sua aprovação, poderá integrar o Quadro Social, do que advirá necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual, serão distribuídos entre os Sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores depois de deduzida, preliminarmente a importância equivalente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um fundo de reserva legal até que atinja a importância de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Nas funções específicas de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas, e principalmente para cargo

segue.....



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



cargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já admitir somente brasileiros-natos.



#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da empresa. o Balanço Geral Anual levará a assinatura de todos os Sócios e será acompanhado do Extrato da conta de lucros e perdas.

§ ÚNICO - Se acusados forem prejuizos, os mesmos serão cobertos com nova integralização do Capital Social, em partes proporcionais ao numero de cotas de cada Sócio, sempre em moeda corrente nacional, nos termos da Cláusula Decima deste Instrumento.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Fica eleito desde já, com renuncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha surgir entre as partes contratantes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.808, de 10 de Janeiro de 1.919, a guisa de observância, como as demais cláusulas deste Contrato se obrigam Diretor e Sócios Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas da Lei, José Buzzi, bras., casado, funcionario público, residente na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, à Rua Sebaldo Klein s/nº, RG nº 1/R-447.056 SSI/SC e do CIC nº 221.529.119-20; José Itamar de Sa, bras., casado funcionario público, residente em Florianópolis, Santa Catarina, à R Prof. Bayer Filho nº 334, RG nº 1/R-69.876 SSI/SC e do CIC de nº-002.648.579-68.

Santa Cecília, SC, 28 de Fevereiro de 1.982

*[Signature]*  
HERMES ANTONIO BONET

*[Signature]*  
FLORESNAL GRANEMANN  
FLORESNAL GRANEMANN

*[Signature]*  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

*[Signature]*  
ARNOLDO WERNER

TESTEMUNHAS:

1. *[Signature]*

2. *[Signature]*



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



000000

BKM0172

021054796

**CERTIDÃO**

Certifico que este documento  
foi REGIADO sob número e data  
estampados mecanicamente.

- 4 MAR 1982



SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUCESC

10-82  
APRESENTAÇÃO  
Tipo  
02.82  
Funcionário Responsável  
Mat



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



06697

MAR 15

8 58

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Avenida Leoberto Leal, nº 227, portador da Cédula de Identidade RG/10/R nº 685.500, expedida pelo SSI/SC e do CIC 006.146.459-79;

FLORESNAL GRANEMANN, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Avenida Nereu Ramos, nº 597, portador da Cédula de Identidade RG/10/R nº 3.270.644, expedida pelo SSI/SC e do CIC 105.121.019-79 ;

JOÃO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à rua Souza França, nº 28, portador da Cédula de Identidade RG/1R nº 96.773, expedida pelo SSI/SC e do CIC 221.369.759-00 ;

ARNOLDO WERNER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, à alameda Aristiliano Ramos, nº 1366, portador da Cédula de Identidade RG/7/R nº 527.962, expedida pelo SSI/SC e do CIC 005.578.709-68 .

Alteram,

entre si, e na melhor forma do direito, o contrato da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada celebrado em 28 de fevereiro de 1982, tendo presente, o interesse particular do sócio FLORESNAL GRANEMANN, que afasta-se da sociedade, assumindo os demais suas cotas em partes proporcionais. Concordam ainda, os sócios que permanecem na sociedade, em aumentar o capital social em Cr\$ 24.000.000 (vinte e quatro milhões de cruzeiros), mediante subscrição de novas cotas, ficando assim modificada a redação das cláusulas décima e décima primeira do contrato original, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Décima - O capital social é de Cr\$ 25.200.000, (vinte e cinco milhões e duzentos mil cruzeiros), representadas / por 25.200 (vinte e cinco mil e duzentas) cotas, no valor cada uma de Cr\$ 1.000 - (hum mil cruzeiros) e, subscritas pelos sócios na forma que se segue:

COTISTAS	COTAS	VALOR
HERMES ANTONIO BONET	8.400	Cr\$ 8.400.000 ,
JOÃO BERTOLI JUNIOR	8.400	Cr\$ 8.400.000 ,
ARNOLDO WERNER	8.400	Cr\$ 8.400.000 ,
TOTAIS	25.200	Cr\$25.200.000 ,

Parágrafo Único-De acordo como o Artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

Assinatura eletrônica para autenticação da assinatura original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Cláusula Décima Primeira - A integralização do Capital social será efetivada pelos sócios em moeda corrente nacional, a saber:

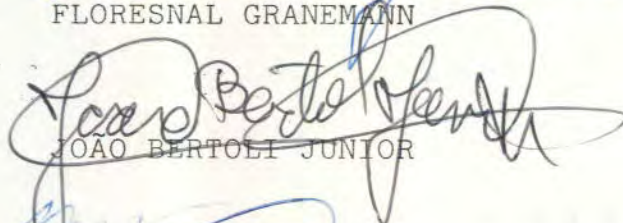
- a. 400 (quatrocentas) cotas relativas ao capital já integralizado pelos sócios, inclusive o percentual assumido referente as cotas adquiridas ao sócio que afastou-se da sociedade;
- b. 4.000 (quatro mil) cotas integralizadas no presente ato;
- c. 4.000 (quatro mil) cotas que serão integralizadas no prazo de sessenta (60) dias.

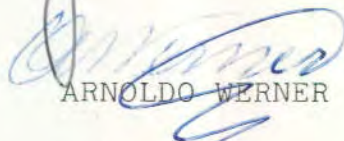
E, por estarem justos e contratados, assinam a presente 1ª Alteração de Contrato Social, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de lei, JOSÉ BUZZI, brasileiro, casado, funcionário público, residente na cidade de São José, SC. à Rua Nove de Julho, nº 977, RG/1R nº 447.056, SSI/SC, e CIC nº 221.529.119-20 e, ZULMAR HERMÔGENES SAIBRO, brasileiro, casado, funcionário público estadual, domiciliado e residente em Florianópolis, SC. na Rua Procasa, s/nº, RG 1/R nº 322473 e CIC nº 179295 559-68.

Santa Cecília, SC, em 02 de maio de 1985.

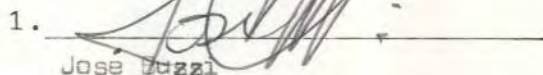
  
HERMES ANTONIO BONET

  
FLORESNAL GRANEMANN

  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

  
ARNOLDO WERNER

Testemunhas

1.   
José Buzzi

2.   
Zulmar Hermogenes Saibro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



... (faint mirrored text from reverse side) ...

... (faint mirrored text from reverse side) ...

CAIXA

... (faint mirrored text from reverse side) ...

15 JUN 1985

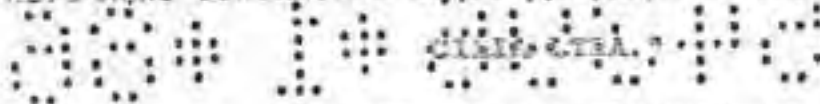
SECRETARIA DE ECONOMIA  
SECRETARIA DE ECONOMIA  
SECRETARIA DE ECONOMIA

JUCESC  
DISPENSADO DA APRESENTAÇÃO  
DA 3ª VIA DA F.O.M.  
15.05.85  
... (signature) ...  
FUNÇÃO DE REPRESENTANTE

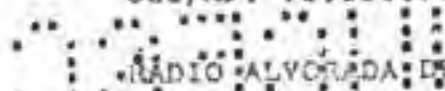


c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





COC/NF: 75.835.702/0001-94



RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, com contrato social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 1982 e Alteração nº 54.396-1-85 em sessão de 15 de maio de 1985, por seus sócios:

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Getúlio Vargas, 227, portador da Cédula de Identidade nº RG-10/R-685.500, expedida pela SSI-SC, e CIC 008, 146.459-79;

JOÃO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à rua Souza França, 28, portador da cédula de Identidade, RG-1R/96.773, expedida pela SSI-SC, e CIC. 221.369, 759-00;

ARNOLDO WERNER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Rio de Sul, Estado de Santa Catarina, à Alameda Aristiliano Ramos, 1366 portador da cédula de Identidade RG-7/R-527.962, expedida pela SSI-SC, e CIC 005.578.709 - 68; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da Lei, resolveram alterar seu contrato social Primitivo e 1ª Alteração, como segue:

I

Cláusula Décima - passa a ter a seguinte

redação: O Capital Social é de CR\$-55.200.000-(CINCOENTAS CINCO MILHÕES, DUZENTOS MIL CRUZEIROS), que era de CR\$-25.200.000 (vinte e cinco milhões, duzentos mil cruzeiros), com a incorporação de CR\$-30.000.000-(Trinta Milhões de Cruzeiros) em moeda corrente do país, pelos três sócios, cabendo a cada um a parcela de CR\$-10.000.000-(Dez milhões de cruzeiros), integralizados no ato da assinatura do presente contrato, ficando assim distribuído entre os sócios:

COTISTA	COTA	VALOR
HERMES ANTONIO BONET	18.400	18.400.000,
JOÃO BERTOLI JUNIOR	18.400	18.400.000
ARNOLDO WERNER	18.400	18.400.000






As demais cláusulas do contrato social primitivo e 1ª Alteração que não foram atingidas por esta, permanecerão de pleno vigor e inalteradas.

E, por estas razões justas e contratadas, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 04-(quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas instrumentais abaixo, obrigando-se fielmente por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


SANTA CECILIA, 10 DE DEZEMBRO DE 1985, IP.


  
Hermes Antonio Bonet

  
João Bertoli Junior

  
Arndio Werner

Testemunhas:

  
Ivo Pirolli  
CIC 141.779.279-53

  
Saulo Grasmann Teixeira.  
CIC 249.306.529-87,





54395 #1 000  
00000

24 JUL 1985

ANCESC  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA GP. Nº 001/85  
Em 27.07.85

*[Handwritten signature]*  
1



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



### 3. ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE FIANÇA: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.

-CAC/ME n. 75.835.702/0001-94 -

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com Contrato Social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-SC, sob n. 4220054396 por despacho de 04 de março de 1982, alterações ns. 54.396-1/85 de 15 de maio de 1985 e 54.396-1/86 por despacho de 29 de julho de 1986 por seus socios:

**HERMES ANTONIO BONET**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Cecilia-SC, a Av. Getulio Vargas, 227, portador da CI n. 10R-685.500-SSI-SC e CIC n. 006146459-79;

**JOAO BERTOLI JUNIOR**, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Souza Franca, 28 portador da CI n. 1R-96.773-SSI-SC e CIC n. 221369759-00;

**ARNOLDO WERNER**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul-SC, a Alameda Aristiliano Ramos, 1366 portador da CI n. 7R-527.962-SSI-SC e CIC n. 005578709-68;

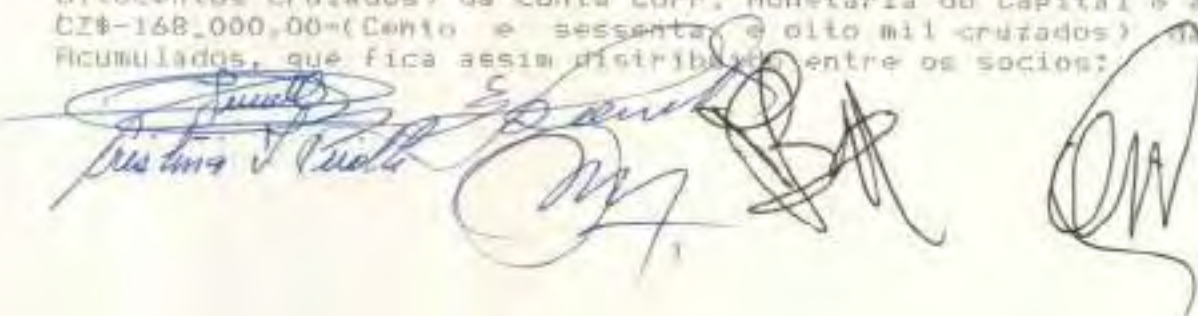
**ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Coqueiros, portador da CI n. 7R-529.376-SSI-SC e CIC n. 005578629-49; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da Lei, resolveram alterar seu contrato social primitivo e alteracoes anteriores como segue:

#### I

O socio **ARNOLDO WERNER**, possuidor de 18.400-(dezoito mil e quatrocentas) cotas de capital no valor de CZ\$-18.400,00-(Dezoito mil e quatrocentos cruzados) retira-se da sociedade, transferindo suas cotas, em sua totalidade, ao socio **ARTENIR WERNER** admitido neste ato, declarando haver recebido todos os seus creditos e direitos bem como o valor sua cotas citado pela venda de suas cotas de capital, nada mais tendo a reclamar, de para tanto da plena geral e irrevogavel quitacao aos socios e a sociedade.

#### II

O Capital Social que era de CZ\$-55.200,00-(Cincoenta e cinco mil duzentos cruzados), fica elevado pelo presente contrato de alteracao para CZ\$-315.000,00-(Trezentos e quinze mil cruzados) com a incorporacao das seguintes reservas: a importancia de CZ\$-91.800,00-(Noventa e um mil e oitocentos cruzados) da conta Corr. Monetaria do Capital e a importancia de CZ\$-168.000,00-(Cento e sessenta e oito mil cruzados) da conta Lucros Acumulados, que fica assim distribuido entre os socios:



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5





COTISTA	COTAS		VALOR
HERMES ANTONIO BONET	105.000	CZ\$	105.000,00
JOAO BERTOLI JUNIOR	105.000	CZ\$	105.000,00
ARTENIR WERNER	105.000	CZ\$	105.000,00
TOTAL DO CAPITAL	315.000	CZ\$	315.000,00

### III


Fica escolhido como gerente da empresa o socio Sr. HERMES ANTONIO BONET, que declara-se ciente dos direitos e obrigacoes atinentes ao cargo, na forma do Contrato Social.

### IV

Os demais artigos constantes do Contrato Social e Alteracoes anteriores nao alcançadas pela presente alteracao permanecerao em pleno vigor e inalterados.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteracao em 05-(cinco) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos, na presenca das testemunhas instrumentais abaixo.

SANTA CECILIA - SC, 21 DE JUNHO DE 1988.

  
Hermes Antonio Bonet

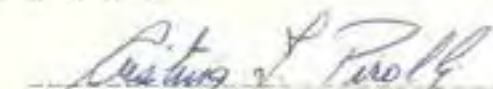
  
Joao Bertoli Junior

  
Arnaldo Werner

  
Artenir Werner

### TESTEMUNHAS

  
Ivo Pirolli  
CIC n. 141779279-53

  
Cristina I. R. Pirolli  
CIC n. 141779279-53





JUL 6 1988

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO - Cartão de registro de firma  
Arquivado no livro e assinado pelo representante legal

Min. José Paulo Gomes  
Secretário de Comércio Exterior



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



II. ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

CCE/MF: 75.835.702/0001-94

RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com Contrato Social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-SC, sob n. 4220054396 por despacho de 04 de março de 1982, alterações n.º 54.393-1/85 de 15 de maio de 1985, 54.396-1/86 de 29 de julho de 1986 e 54.396-1/88 por despacho em 06 de julho de 1988, por seus socios:

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Cecilia-SC, a Av. Getulio Vargas, 227, portador da CI 10R-685.500-BSI-SC e CIC n. 006146459-79;

JOAO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Souza Franca, 28, portador da CI 1R-96.773-BSI-SC e CIC n. 22136959-00;

ARTENIR WERNER, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Coqueiros, portador da CI 7R-529.376-SSI-SC e CIC n. 005578629-49; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da lei, resolveram alterar seu contrato social primitivo e alteracoes posteriores como segue:

I

O Capital Social passa a ser dividido em cotas no valor de CZs-1.000,00-(Hum mil cruzados) cada uma.

II

O Capital Social que era de CZs-315.000,00-(Trezentos e quinze mil cruzados), fica elevado pelo presente contrato de alteracao para CZs-2.250.000,00-(Dois milhoes,duzentos e cinquenta mil cruzados), com a incorporacao de CZs-659.083,00-(Seiscentos e cinquenta e nove mil, oitenta e tres cruzados) da conta reserva de lucros, a importancia de CZs-583.713,00-(Quinhentos e oitenta e tres mil, setecentos e treze cruzados) da conta curr.monet, do capital realizado, a importancia de CZs-8.936,00-(Oito mil novecentos e trinta e seis cruzados) da conta reserva de incentivos fiscais, a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Hermes Antonio Bonet, a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Joao Bertoli Junior e a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Artenir Werner; todos integralizados no ato da assinatura do presente contrato em moeda corrente do pais, que fica assim distribuido entre os socios:





NOMES	COTAS	VALOR
HERMES ANTONIO BONET	750	750.000,00
JOAO BERTOLI JUNIOR	750	750.000,00
ARTENIR WERNER	750	750.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	2.250	2.250.000,00

III

Os demais artigos constantes do Contrato Social primitivo e alterações posteriores não alcançadas pela presente alteração permanecerão em pleno vigor e inalterados.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 05-(cinco) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença das testemunhas instrumentais abaixo.

SANTA CECILIA (SC), 07 DE JULHO DE 1988

Hermes A. Bonet

João Bertoli Junior

Artenir Werner

TESTEMUNHAS

Ivo Pirolli  
CIC n.141779279-53

Cristina I. R. Pirolli  
CIC n.141779279-53





**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO CATARINA**  
CENTRO DE SERVIÇOS - Companhia que reúne os principais  
serviços comerciais e financeiros de Santa Catarina.

W-1 *James David*  
 1445 1/2 Street, N.W.  
 Washington, D.C. 20004

Miss Janet Hendricks  
Secretary General on Exercise

00000

0000

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

20

10

000000

2000

50

2

28

0000

10-10

10

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
CGC (MF) nr. 75.835.702/0001-94

5a. (QUINTA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

HERMES ANTONIO BONET, JOÃO BERTOLI JUNIOR e ARTENIR WERNER, já qualificandos anteriormente, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nr. 4220054396, em 04/03/82; 1a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-85, em 15/05/85; 2a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-86, em 29/07/86; 3a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-88, em 06/07/88 e 4a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 44396-1-88, em 11/08/88, RESOLVEM, de comum acordo, alterar seu contrato social, visando a conversão e aumento do valor do capital social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

I - DA CONVERSÃO E DO AUMENTO DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL:

Cláusula Primeira: Em razão das sucessivas alterações do padrão monetário nacional, fica convertido o valor do capital social, da seguinte forma:

- a) de Cz\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzados), para o valor de NCz\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzados novos);
- b) de NCz\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzados novos), para o valor de Cr\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros);
- c) de Cr\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), para o valor de CR\$ 2,25 (dois cruzeiros reais e vinte e cinco centavos).

Parágrafo Único: Fica mantida a participação societária anterior entre os sócios quotistas.

Cláusula Segunda: Fica aumentado o valor do capital social de CR\$ 2,25 (dois cruzeiros reais e vinte e cinco centavos), para o valor de CP\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), mediante a distribuição aos sócios quotistas, continua na folha 02 ---



TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Emiliano Ramos, 228 - Centro  
89012-220 - Lages-SC - Fone/Fax 0xx49 222-5036

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução, do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi

Lages 01 AGO 2002 SC

☐ Yara Faria Camargo - Tabelião  
☐ Daniel Camargo Klein - Tabelião Substituto  
☐ Alexandre Wolff  
☐ Silvia Maria de Lima  
☐ Nelba Salomão Belaver  
☐ Tânia Apª de Liz Ramos } Escreventes





----- folha 02 -----  
de forma proporcional a participação anterior de cada um, com incorporação ao valor do capital social, de Cr\$ 2.249.997,75 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzeiros reais e setenta e cinco centavos).

**Parágrafo Único:** A integralização do presente aumento do valor do capital social, é feita mediante a transferência contábil das contas de lucros, reservas e correções do patrimônio líquido.

**Cláusula Terceira:** Em razão das conversões e do aumento do capital social, o capital social, que é no valor de CR\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), fica dividido e representado por 2.250 (duas mil e duzentas e cinquenta) quotas sociais, todas nominativas e integralizadas, no valor de CR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros reais), cada uma, que ficam distribuídas entre os sócios quotistas da seguinte forma:

| nome do sócio quotista | ! nr. de quotas ! | valor CR\$   |
|------------------------|-------------------|--------------|
| Hermes Antônio Bonet   | 750               | 750.000,00   |
| João Bertoli Junior    | 750               | 750.000,00   |
| Artenir Werner         | 750               | 750.000,00   |
| soma                   | 2.250             | 2.250.000,00 |

## II - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS:

**Cláusula Quarta:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor.

E, por estarem todos de comum acordo é que firmam este instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Santa Cecília SC, 20 de Dezembro de 1993

HERMES ANTONIO BONET

JOÃO BERTOLI JUNIOR

ARTENIR WERNER

TESTEMUNHAS:

Nereu S. do Amarante  
CPF 250993459-72

Ranieri Moacir Bertoli  
CPF 558534129-49



QUARTO TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Emílio de Sá, 228 - Centro  
Lages - SC - Fone/Fax 0xx49 222-5036

### AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução, do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi

Lages 01 AGO 2002 SC

☐ Yara Faria Camargo - Tabaliã  
☐ Daniel Camargo Klein - Tabelião Substituto  
☐ Alexandre Wolff  
☐ Sílvia Maria de Lima  
☐ Nelba Salomão Belaver  
☐ Tania Apª de Liz Ramos

Escreventes



JAN 31 1994

PROCESSO Nº 42.200543967

EX. 1ª. CÂMARA  
EX. 2ª. CÂMARA  
EX. 3ª. CÂMARA  
EX. 4ª. CÂMARA  
EX. 5ª. CÂMARA  
EX. 6ª. CÂMARA  
EX. 7ª. CÂMARA  
EX. 8ª. CÂMARA  
EX. 9ª. CÂMARA  
EX. 10ª. CÂMARA  
EX. 11ª. CÂMARA  
EX. 12ª. CÂMARA  
EX. 13ª. CÂMARA  
EX. 14ª. CÂMARA  
EX. 15ª. CÂMARA  
EX. 16ª. CÂMARA  
EX. 17ª. CÂMARA  
EX. 18ª. CÂMARA  
EX. 19ª. CÂMARA  
EX. 20ª. CÂMARA  
EX. 21ª. CÂMARA  
EX. 22ª. CÂMARA  
EX. 23ª. CÂMARA  
EX. 24ª. CÂMARA  
EX. 25ª. CÂMARA  
EX. 26ª. CÂMARA  
EX. 27ª. CÂMARA  
EX. 28ª. CÂMARA  
EX. 29ª. CÂMARA  
EX. 30ª. CÂMARA  
EX. 31ª. CÂMARA  
EX. 32ª. CÂMARA  
EX. 33ª. CÂMARA  
EX. 34ª. CÂMARA  
EX. 35ª. CÂMARA  
EX. 36ª. CÂMARA  
EX. 37ª. CÂMARA  
EX. 38ª. CÂMARA  
EX. 39ª. CÂMARA  
EX. 40ª. CÂMARA  
EX. 41ª. CÂMARA  
EX. 42ª. CÂMARA  
EX. 43ª. CÂMARA  
EX. 44ª. CÂMARA  
EX. 45ª. CÂMARA  
EX. 46ª. CÂMARA  
EX. 47ª. CÂMARA  
EX. 48ª. CÂMARA  
EX. 49ª. CÂMARA  
EX. 50ª. CÂMARA  
EX. 51ª. CÂMARA  
EX. 52ª. CÂMARA  
EX. 53ª. CÂMARA  
EX. 54ª. CÂMARA  
EX. 55ª. CÂMARA  
EX. 56ª. CÂMARA  
EX. 57ª. CÂMARA  
EX. 58ª. CÂMARA  
EX. 59ª. CÂMARA  
EX. 60ª. CÂMARA  
EX. 61ª. CÂMARA  
EX. 62ª. CÂMARA  
EX. 63ª. CÂMARA  
EX. 64ª. CÂMARA  
EX. 65ª. CÂMARA  
EX. 66ª. CÂMARA  
EX. 67ª. CÂMARA  
EX. 68ª. CÂMARA  
EX. 69ª. CÂMARA  
EX. 70ª. CÂMARA  
EX. 71ª. CÂMARA  
EX. 72ª. CÂMARA  
EX. 73ª. CÂMARA  
EX. 74ª. CÂMARA  
EX. 75ª. CÂMARA  
EX. 76ª. CÂMARA  
EX. 77ª. CÂMARA  
EX. 78ª. CÂMARA  
EX. 79ª. CÂMARA  
EX. 80ª. CÂMARA  
EX. 81ª. CÂMARA  
EX. 82ª. CÂMARA  
EX. 83ª. CÂMARA  
EX. 84ª. CÂMARA  
EX. 85ª. CÂMARA  
EX. 86ª. CÂMARA  
EX. 87ª. CÂMARA  
EX. 88ª. CÂMARA  
EX. 89ª. CÂMARA  
EX. 90ª. CÂMARA  
EX. 91ª. CÂMARA  
EX. 92ª. CÂMARA  
EX. 93ª. CÂMARA  
EX. 94ª. CÂMARA  
EX. 95ª. CÂMARA  
EX. 96ª. CÂMARA  
EX. 97ª. CÂMARA  
EX. 98ª. CÂMARA  
EX. 99ª. CÂMARA  
EX. 100ª. CÂMARA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original:  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Instrumento Particular da 6ª (Sexta) Alteração do Contrato Social da  
Sociedade Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.**

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**  
CGC(MF) nº 75.835.702/0001-94

6ª (Sexta) Alteração Contratual

**HERMES ANTÔNIO BONET**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 006.146.459-79, portador da Carteira de Identidade nº 10/R 685.500, expedida pela SSI/SC; **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 96.773, expedida pela SSI/SC, e inscrito no CPF sob nº 005.578.709-68; e, **ARTE-NIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/82, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85; em 15/05/85; 2ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-86, em 29/07/86; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-88, em 06/07/88; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-88, em 11/08/88; e, 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422,0054396,7, em 31/01/94, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

**I - DA CONVERSÃO E DO AUMENTO DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Primeira:** Em razão da instituição do real, como padrão monetário nacional, fica convertido o valor do capital social de CR\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), para o valor de R\$ 818,18 (oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), mediante a conversão equivalente a CR\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros reais), por R\$ 1,00 (hum real), mantendo-se a proporção anterior entre os sócios quotistas;

< 01 >



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Cláusula Segunda:** Fica aumentado o valor do capital social de R\$ 818,18 (oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), para o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), mediante a distribuição aos sócios quotistas, com incorporação ao valor do capital social de R\$ 1.431,82 (hum mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), proveniente da transferência contábil das contas de correções do patrimônio líquido, mantendo-se a participação anterior entre os sócios quotistas;


## **II - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS:**

**Cláusula Terceira:** O sócio quotista fundador **HERMES ANTÔNIO BONET**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, para **ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 - Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 067197089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R-1.432.742, expedida pela SSI de SC, que neste ato ingressa na sociedade, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação;

**Cláusula Quarta:** O sócio quotistas fundador **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), cede e transfere, neste ato, 375 (trezentas e setenta e cinco) quotas, no valor de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), para o novo sócio quotista **ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, dando por este instrumento plena geral e irrevogável quitação sobre a mencionada transferência de quotas;

## **III - DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA:**

**Cláusula Quinta:** Em razão da conversão, do aumento do valor do capital social e das transferências de quotas, **fica o capital social, no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)**, dividido e representado por 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, todas integralizadas, que ficam assim distribuídas entre os sócios quotistas:



| nome do sócio quotista         | nº quotas | valor R\$ | %     |
|--------------------------------|-----------|-----------|-------|
| ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL..... | 1.125     | 1.125,00  | 50,00 |
| ARTENIR WERNER.....            | 750       | 750,00    | 33,33 |
| JOÃO BERTOLI JÚNIOR.....       | 375       | 375,00    | 16,67 |
| soma                           | 2.250     | 2.250,00  | 100,0 |

## **IV - DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:**

< 02 >



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Cláusula Sexta:** A sociedade passa a ser administrada pelo sócio quotista **ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, com o cargo de **Diretor Gerente**, com os poderes estabelecidos na cláusula décima terceira do contrato social em vigor;

#### **V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula Sétima:** A presente alteração contratual é efetivada nos termos do disposto:

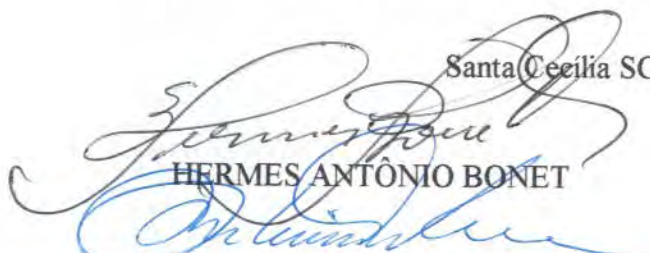

- a) na Exposição de Motivos nº 208, de 19/10/96, do Ex.mo Sr. Ministro de Estado das Comunicações e autorizada pelo Ex.mo Sr. Presidente da República em 05.11.96, publicada no D.O.U. de 06/11/96;
- b) na Portaria nº 441/76, baixada pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22/04/76.

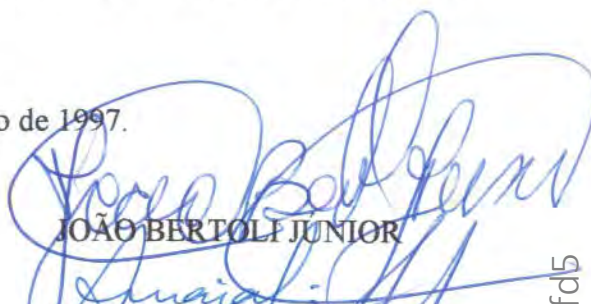
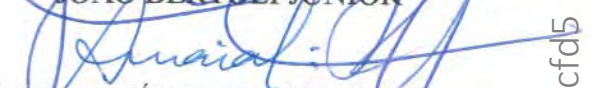
**Cláusula Oitava:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais;

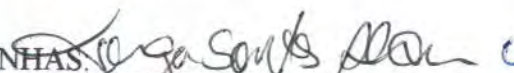
**Declaração de Desempedimento:** O novo sócio quotista, já qualificado neste instrumento, declara para os devidos fins, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que o impeça de exercer atividade mercantil.

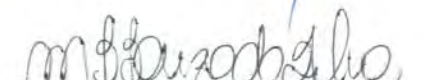
E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.


Santa Cecília SC, 05 de maio de 1997.

  
**HERMES ANTÔNIO BONET**  
  
**ARTENIR WERNER**

  
**JOÃO BERTOLI JUNIOR**  
  
**ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**

TESTEMUNHAS:   
**TEREZA SANTOS AZEUV**  
**CInº 137.9016-1-SSP-SC**

  
**MARIA SÔNIA DE S. DA SILVA**  
**CInº 1/R. 920.824-SSI-SC**

Visto:  
  
**Nereu S. do Amarante**  
**Advogado OAB/SC 7617**

< 03 >

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





720043967

Mr. J. M. Smith  
Box 1000, St. Louis, Mo.

10-11-68

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª (sétima) ALTERAÇÃO DO  
CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE: RÁDIO ALVORADA DE  
SANTA CECILIA LTDA.**

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**  
CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.

**7ª (Sétima) Alteração Contratual.**

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF SOB Nº 067.197.089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R- 1.432.742, expedida pela SSI-SC, **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a rua Souza França, 28, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 1/R- 96.773, expedida pela SSI-SC, e inscrito no CPF sob nº 221.369.759-00; neste ato representado por seu procurador Sr **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado e, **ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hodold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, neste ato representado por seu procurador Sr. **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985, 2ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986, 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988, 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988, 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994 e, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 21/01/1998, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

**1- DO NOVO ENDEREÇO DA SOCIEDADE.**

**Cláusula Primeira:** A sociedade passa a ter o novo endereço comercial que é a sede da empresa na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476- centro- na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## II – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS:

**Clausula Segunda:** O sócio quotista Sr. **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, que detém na sociedade 375 (trezentas e setenta e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas para o novo sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, casado, comerciante, maior, residente e domiciliado na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 066.498.749-49 e Carteira de Identidade nº 10/C - 631.239, expedida pela SSP-SC, que neste ato ingressa na sociedade, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação.

**Clausula Terceira:** O socio quotista Sr. **ARTENIR WERNER**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 750,00 - (setecentos e cinquenta reais), cede parte destas, cedendo e transferindo a quantidade de 540 (quinhentas e quarenta) cotas, no valor de R\$ - 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para a nova sócia Sra. **TEREZINHA JULIA RAMOS**, brasileira, casada, comerciante, maior, residente e domiciliada na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob nº 026.514.159-10 e Carteira de Identidade nº 10/R 3.805.645-SSP-SC, que neste ato ingressa na sociedade; o Sr. **Artenir Werner**, vende também a quantia de 165 (cento e sessenta e cinco) quotas no valor de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) cedendo e transferindo para o novo sócio supra já qualificado Sr. **Ary Correa Ramos**, que o vendedor dá pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação das quotas ora cedidas;

## III – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Clausula Quarta:** Em razão da cessão de quotas supra citadas com a saída de sócio e a entrada dos novos sócios, fica o capital social no mesmo valor de R\$ - 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), dividido e representado por 2.250 (duas mil e duzentas e cinquenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

| SOCIOS COTISTAS                | COTAS | VALOR    | %      |
|--------------------------------|-------|----------|--------|
| ROBERTO ROGERIO DO AMARAL..... | 1.125 | 1.125,00 | 50,00  |
| ARY CORREA RAMOS.....          | 540   | 540,00   | 24,00  |
| TEREZINHA JULIA RAMOS.....     | 540   | 540,00   | 24,00  |
| ARTENIR WERNER.....            | 45    | 45,00    | 2,00   |
| SOMA.....                      | 2.250 | 2.250,00 | 100,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



#### IV – DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

**Clausula Quinta:** A Sociedade passa a ser administrada pelos novos sócios quotistas Srs. ARY CORREA RAMOS e TEREZINHA JULIA RAMOS, com o cargo de Sócios Gerentes, com os poderes estabelecidos na clausula décima terceira do contrato social em vigor.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Clausula Sexta:** A presente alteração contratual é efetivada nos termos do disposto: Portaria Número 60 de 27 de março de 2002, Emitida pela Delegada Interina do Ministério das Comunicações, Tereza Fialkoski Dequeche.


**Clausula Sétima:** Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições contratuais;

**Declaração de Desimpedimento:** Os novos sócios quotista, já qualificados neste instrumento, declaram para os devidos fins, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos na presença das testemunhas instrumentais abaixo: **IVO PIROLI**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado neste município de Santa Cecília-SC. Na Av. XV de novembro, 318, portador da carteira de identidade nº 10/C-285.265 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 141.779.279-53; **LILIANE NARA PIROLI**, brasileira, solteira, maior, Técnica em Contabilidade, residente e domiciliada neste município de Santa Cecília – SC. Na Av. XV de novembro, 318, portadora da carteira de identidade nº 10/R - 2.408.023 – SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 657.218.709-82.

SANTA CECILIA – SC. 08 DE ABRIL DE 2002.

  
ROBERTO ROGERIO DO AMARAL

  
ARTENIR WERNER

  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

  
ARY CORREA RAMOS

  
TEREZINHA JULIA RAMOS

TESTEMUNHAS:

  
IVO PIROLI

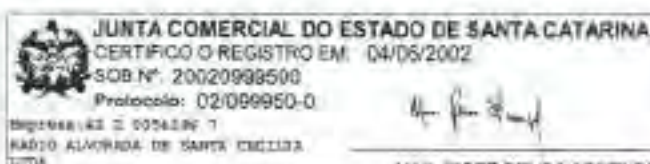
  
LILIANE NARA PIROLI

C.I. 10C-285.265-SSP-SC.

10R-2.408.023-SSP-SC.

C;P;F. 141.779.279-53

657.218.709-82



MAX JOSEF REUSS STRENZEL  
SECRETÁRIO GERAL





# INSTRUMENTO PARTICULAR DA 8ª (oitava) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**  
CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.

## 8ª (Oitava) Alteração Contratual.

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 067.197.089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R- 1.432.742, expedida pela SSI-SC, **ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hodold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, neste ato representado por seu procurador Sr. Roberto Rogério do Amaral, supra qualificado, **ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, casado, comerciante, maior, residente e domiciliado na Av.XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nr. 066.498.749-49 e Carteira de Identidade nr. 10C- 631.239, expedida pela SSP-SC, **TEREZINHA JULIA RAMOS**, brasileira, casada, comerciante, maior, residente e domiciliada na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob nr. 026.514.159-10 e com Carteira de Identidade nr. 10R- 3.805.645, expedida pela SSP-SC, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede a rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 nesta cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985; 2ª alteração contratual arquivado sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988; 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 2//01/1998, e 7ª Alteração contratual arquivada sob nr. 422.005.4396.7, em 04 de junho de 2002, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

Certisign - Autenticidade Certificadora  
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 30/11/2020  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
ou 133780/2020-03 na consulta de processos.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



## I – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Clausula Primeira** – O Capital Social no valor de R\$ - 2.250,00 – (dois mil, duzentos e cinquenta reais) pelo presente instrumento e com autorização do Ministério das Comunicações fica elevado para R\$ - 3.000,00 – (três mil reais), com as seguintes incorporações: o sócio **Ary Correa Ramos**, subscreve e integraliza neste ato a quantia de 375 – (trezentos e setenta e cinco) quotas de capital no valor de R\$ - 375,00 – (trezentos e setenta e cinco reais) em moeda corrente do país; a sócia **Terezinha Julia Ramos**, subscreve e integraliza neste ato a quantia de 375 – (trezentos e setenta e cinco) quotas de capital no valor de R\$ - 375,00 – (trezentos e setenta e cinco reais) em moeda corrente do país.

Com estas incorporações o Capital Social passa a ter sua nova composição, sendo dividido e representado por 3.000 (três mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que ficam assim distribuídas entre os sócios:

| SOCIOS COTISTAS                | COTAS | VALOR    | %      |
|--------------------------------|-------|----------|--------|
| ROBERTO ROGERIO DO AMARAL..... | 1.125 | 1.125,00 | 37,50  |
| ARY CORREA RAMOS.....          | 915   | 915,00   | 30,50  |
| TEREZINHA JULIA RAMOS.....     | 915   | 915,00   | 30,50  |
| ARTENIR WERNER.....            | 45    | 45,00    | 1,50   |
| SOMA.....                      | 3.000 | 3.000,00 | 100,00 |

## II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Clausula Segunda:** A presente Alteração Contratual é efetivada nos termos do disposto: Portaria MC nr. 1.640 de 21 de Agosto de 2002, Emitida pelo Ministro de Estado das Comunicações Sr. Juarez Quadros do Nascimento.

**Clausula Terceira:** Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições contratuais;





BKM0113

100000

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos na presença das testemunhas instrumentais abaixo: **IVO PIROLI**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado neste município de Santa Cecília-SC. Na Av. XV de novembro, 318, portador da carteira de identidade nº 10/C-285.265 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 141.779.279-53; **LILIANE NARA PIROLI**, brasileira, solteira, maior, Técnica em Contabilidade, residente e domiciliada neste município de Santa Cecília – SC. Na Av. XV de novembro, 318, portadora da carteira de identidade nº 10/R – 2.408.023 – SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 657.218.709-82.

Santa Cecília – SC. 28 de outubro de 2002.

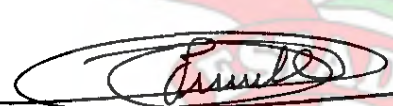
  
ROBERTO ROGERIO DO AMARAL


  
R. ARTENIR WERNER


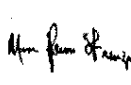
  
ARY CORREA RAMOS

  
TEREZINHA JULIA RAMOS

TESTEMUNHAS:

  
IVO PIROLI  
C.I. 10C- 285.265-SSP-SC  
C.P.F. 141.779.279-53

  
LILIANE NARA PIROLI  
C.I. 10R-2.408.023 – SSP – SC.  
C.P.F. 0657.218.709-82

|                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br>CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/12/2002<br>SOB Nº: 20022237380<br>Protocolo: 02/223738-0<br>Empresa: 42 2 0054396 7<br>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA<br>LTDA |
|                                                                                     | <br>MAX JOSEF REUSS STRENZEL<br>SECRETARIO GERAL                                                                              |



autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
e 133780/2020-03 na consulta de processos.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**9ª (nona) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA  
LTDA.**

**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.**

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, engenheiro, casado pelo regime universal de bens, nascido em 08 de junho de 1947, São Paulo – SP. Portador da Cédula de Identidade RG 1.432.742, emitida em 08/11/1994 pela SSP-SC e Inscrito no CPF nr. 067.197.089-53, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina CEP: 88.500-000.

**ARTENIR WERNER**, brasileiro, funcionário público, casado pelo regime universal de bens, nascido em 01 de agosto de 1940 em Apiuna – SC. Portador da Cédula de Identidade RG nr. 529.376-6, emitida em 14 de março de 2002 pela SSP-SC, e Inscrito no CPF: nr. 005.578.629-49, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina CEP: 88085-450, neste ato representado por seu procurador Sr. **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado, conforme Procuração já arquivada na JUCESC, sob nr 2002099500 em 04 de junho de 2002.

**ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, comerciante, casado pelo regime universal de bens, nascido em 31 de dezembro de 1943 em Curitiba - SC, Portador da Cédula de Identidade RG nr. 10C – 631.239, emitida em 21 de outubro de 1992 pela SSP – SC. E Inscrito no CPF. Nr. 066.498.749-49 residente e domiciliado na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 726, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina CEP: 89540.-000;

**ESPOLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS**, neste ato representado pelo inventariante sr. Ary Correa Ramos, acima identificado;

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede e foro jurídico a rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 Centro, nesta cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.540-000, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985; 2ª alteração contratual arquivado sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988; 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 2//01/1998 e 7ª Alteração contratual arquivada sob nr. 422.005.4396.7, em 04 de junho de 2002, 8ª alteração contratual arquivada sob nr 422.005.439.67, em 05 de dezembro de 2002, e inscrito no CNPJ. 75.835.702/0001-94.

**RESOLVEM** de comum acordo de proceder as alterações em seu contrato social, pelos motivos e condições a seguir:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



I – Em decorrência da Autorização Presidencial constante do despacho nº 286 e requerida em 26-11-2004 e constante do processo 53000018154/2004 do Ministério das Comunicações deliberam os sócios abaixo assinados ~~de RATIFICAR~~, através deste instrumento e na forma abaixo as alterações ~~contratuais~~ verbalmente acordadas em novembro de 2004 e que foram objeto de análise e aprovação do Ministério das Comunicações, conforme processo 53000018154/2004-56, e o fazem da forma a seguir:

## I – DA TRANSFÊRENCIA DE QUOTAS SOCIAIS:

**Primeira:** O sócio Sr. **ARTENIR WERNER**, que detém na sociedade 45 (quarenta e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 45,00 (Quarenta e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a **totalidade** de suas quotas, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação, para o sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, supra qualificado.

**Segunda:** O sócio Sr. **ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, que detém na sociedade 1.125 (Hum mil, cento e vinte e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 1.125,00 – (Hum mil, cento e vinte e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a **totalidade** de suas quotas, a saber: Para o **Espolio de TEREZINHA JULIA RAMOS**, cede e transfere a quantia de 585 (quinhentas e oitenta e cinco) quotas, no valor de R\$ - 585,00 – (quinhentos e oitenta e cinco reais); para o sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, cede e transfere o saldo da quantia de 540 (quinhentas e quarenta) quotas, no valor de R\$ - 540 – (quinhentos e quarenta reais), o sócio cedente e retirante dá a mais ampla, geral irrevogável e irretroatável quitação das quotas ora vendidas.

## II – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Terceira -** Em razão da cessão de quotas supra citadas com a saída e ingresso de sócios, fica o capital social no valor de R\$ - 3.000,00 (três mil reais), dividido e representado por 3.000 (três mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

| N O M E S                        | COTAS | VALOR    | %    |
|----------------------------------|-------|----------|------|
| ARY CORREA RAMOS.....            | 1.500 | 1.500,00 | 50%  |
| ESPOLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS | 1.500 | 1.500,00 | 50%  |
| T O T A I S .....                | 3.000 | 3.000,00 | 100% |

**Quarta –** A sociedade passa a ser administrada pelo sócio: **ARY CORREA RAMOS** isoladamente, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, podendo onerar ou alienar imóveis da sociedade.

**Quinta –** Diante da necessidade de adaptar seu contrato social as novas normas prescritas pela Lei 10.406/2002- (Novo Código Civil) os sócios deliberam reformar e dar nova redação consolidada a seu contrato social, da forma a seguir:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



### **Clausula 7 – DA ADMINISTRAÇÃO.**

7 – 1 – A sociedade será administrada pelo sócio: **ARY CORREIA RAMOS**, isoladamente, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, podendo onerar ou alienar imóveis da sociedade.

7 – 2 – Pelos serviços prestados à sociedade, os sócios poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores.

7 – 3 – Nos quatro primeiros meses seguintes ao termino do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

### **Clausula – 8 – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DESTINO DOS RESULTADOS.**

8 – 1 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e se encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

8 – 2 – No final do exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

8 – 3 – Os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

### **Clausula 9 – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SOCIO.**

9 – 1 – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

### **Clausula 10 – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO**

10 – 1- O(s) administrador(es) e sócio(s) signatário(s) deste instrumento declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

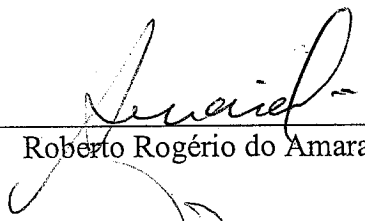


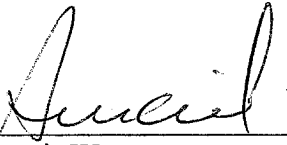
## Clausula 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

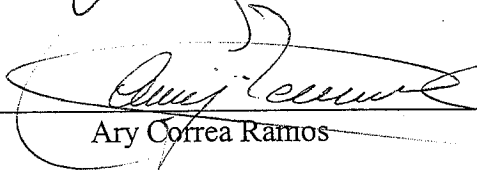
11-1- A presente Alteração Contratual é efetivada nos termos do disposto: despacho do Presidente da Republica, exposição de motivos nr. 286 de 25 de novembro de 2004 e publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2005. com assinatura do Sr. EUNICIO OLIVEIRA, Ministro de Estado das Comunicações.

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 3 (três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas instrumentais, comprometendo-se por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

SANTA CECILIA – SC. 20 de novembro de 2006.

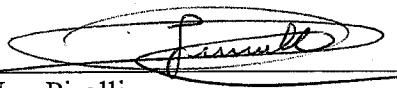
  
Roberto Rogério do Amaral

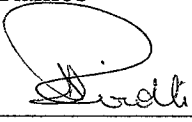
  
p.p. Artenir Werner



  
Ary Correa Ramos

  
p/ Espôlio de Terezinha Julia Ramos  
Ass. Ary Correa Ramos

Testemunhas:

  
Ivo Pirolli  
C.I. 10C-285.265-SSP-SC.  
CPF. 141.779.279-53

  
Liliane Nara Pirolli  
C.I. 10R-2.408.023 –SSP-SC.  
CPF. 657.218.709-82

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br>CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/01/2007<br>SOB Nº: 20063136139<br>Protocolo: 06/313613-9<br><b>Empresa: 42 2 0054396 7</b><br>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA<br>LTDA | <br>FABIANA EVERLING DE FREITAS<br>SECRETÁRIA GERAL |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro  
JUCESC)  
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE  
CAÇADOR

18/927175-2



Matrícula(da sede ou da filial  
quando a sede for em outra UF)  
42200543967

CÓDIGO DA  
NATUREZA  
JURÍDICA  
2062

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE  
AUXILIAR DO COMÉRCIO

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81800000405046  
DBE analisado.  
Emitida em 30/04/2018 - V3

NOME: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

| Nº DE VIAS | CÓD. ATO | CÓD. EVENTO | QTD | DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO                      |
|------------|----------|-------------|-----|----------------------------------------------|
| 0          | 002      |             |     | ALTERAÇÃO                                    |
|            |          | 021         | 1   | Alteracao de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
|            |          | 051         | 1   | Consolidação de Contrato/Estatuto            |

CAÇADOR

18 MAIO 2018

SANTA CECÍLIA/SC  
30/04/2018

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: GERSON LUIDY RAMOS PASCHERA

Assinatura:

Telefone de contato: (49)32442011 sabalbinotti@sabalbinotti.com.br

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

A decisão.

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

04 JUN, 2018

Luciano Kowalski  
Representante da JUCESC  
luciano.kowalski@jucesc.sc.gov.br  
Fone: (48) 9974-6146  
Vogal Jucesc

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

**Espólio de Terezinha Julia Ramos**, brasileira, nascida em 21/07/1946, CPF nº 026.514.159-10, carteira de identidade nº 3.805.643, órgão expedidor SSP/SC, representada por seu inventariante, Sr. Ary Correa Ramos, nascido em 31/12/1943, CPF nº 066.498.749-49, carteira de identidade nº 631.239 SSP/SC, que em razão do falecimento do inventariante é representada pelo inventariante do Sr. Ary Correa Ramos, Sr. Emerson Ernani Ramos, maior, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado em comunhão parcial de bens, bancário, CPF nº 749.629.579-53, carteira de identidade nº 2.667.840 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Coronel Henrique Almeida, nº 333, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520000, Brasil.

**Espólio de Ary Correa Ramos**, nascido em 31/12/1943, CPF nº 066.498.749-49, carteira de identidade nº 631.239 SSP/SC, representado por seu inventariante, Sr. Emerson Ernani Ramos, maior, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado em comunhão parcial de bens, bancário, CPF nº 749.629.579-53, carteira de identidade nº 2.667.840 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Coronel Henrique Almeida, nº 333, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520000, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42200543967, com sede Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecilia/SC, CEP 89.540-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 75.835.702/0001-94, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Admitem-se neste ato os seguintes sócios:

CAMILA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 07/06/1984, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, SECRETARIA, CPF nº 043.012.899-17, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.560.437, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA FRANCISCO RAUEN, 218, BOSQUE, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 12/03/1966, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, DONA-DE-CASA, CPF nº 725.480.619-49, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.595.275, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ADOLFO DOTTI, 59, SAO LUIZ, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

ANGELA MARIA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 05/11/1970, SEPARADA JUDICIALMENTE, APOSENTADA, CPF nº 737.397.589-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3.484.010, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA LAURO MULLER, 162, CENTRO, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

EMERSON ERNANI RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 18/11/1973, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, BANCARIO, CPF nº 749.629.579-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.667.840, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CORONEL HENRIQUE ALMEIDA, 333, CENTRO, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

MARA LUCIA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 05/11/1969, DIVORCIADA, BABÁ, CPF nº 807.724.559-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1.915.861, órgão

Req: 81800000405046

Página 1/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RODOVIA ARMANDO CALIL, S/N, VARGEM DO BOM JESUS, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 31/01/1994, SOLTEIRO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CPF nº 060.924.259-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5.500.861, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 170, CENTRO, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL.

ADRIANO GIOVANI RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 01/03/1972, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, PEDREIRO, CPF nº 807.723.319-87, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.669.714, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA PEDRO GREGORIO FRANZON, S/N, ADOLFO CORREA DA SILVA, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL.

Retira-se da sociedade a sócia TEREZINHA JULIA RAMOS por força do formal de partilha nº 056.06.000416-4 da Vara Única da comarca de Santa Cecília/SC, folhas 33, 93, 94, 106, 107, 110 e 127, onde suas quotas de participação ficaram aos herdeiros Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Adriano Giovani Ramos, Emerson Ernani Ramos, Tania Aparecida Ramos Scheffer, Camila Ramos e Gerson Luidy Ramos Baschera, ficando atribuídas 1.500 (um mil e quinhentas) quotas de capital que eram suas, ou seja, 7,14% para cada um dos herdeiros.

Retira-se da sociedade o sócio ARY CORREA RAMOS, por força Inventário Extrajudicial Consensual, translado do livro 101, folhas 293 à 298, protocolo 5734 de 17/08/2017, onde suas quotas ficaram aos herdeiros Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Adriano Giovani Ramos, Emerson Ernani Ramos, Tania Aparecida Ramos Scheffer, Camila Ramos e Gerson Luidy Ramos Baschera, ficando atribuídas 1.500 (um mil e quinhentas) quotas de capital que eram suas, ou seja, 7,14% para cada um dos herdeiros.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O capital social que era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) dividido em 3.000 (três mil) quotas, passa a ser de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, representado por 15.271.177 (quinze milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e setenta e sete) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios com aproveitamento de parte do saldo da conta lucros acumulados de acordo com o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2016, ficando assim distribuído:

CAMILA RAMOS, com 2.181.596 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,96 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e seis centavos) integralizado.

TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

ANGELA MARIA RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

Req: 81800000405046

Página 2/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10****RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

EMERSON ERNANI RAMOS, com 2.181.596 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,96 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e seis centavos) integralizado.

MARA LUCIA RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

ADRIANO GIOVANI RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

| Sócio                          | Quotas     | Valor      | Percentual |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Camila Ramos                   | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Tania Aparecida Ramos Scheffer | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Angela Maria Ramos             | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Emerson Ernani Ramos           | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Mara Lucia Ramos               | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Gerson Luidy Ramos Baschera    | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,28%     |
| Adriano Giovanni Ramos         | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Total                          | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A administração da sociedade caberá aos sócios **Camila Ramos** e **Gerson Luidy Ramos Baschera**, em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

**CLÁUSULA QUARTA** - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**CLÁUSULA QUINTA** - O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece Santa Cecília/SC.

**CLÁUSULA SEXTA** - As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Conforme determina o código civil, consolida-se o contrato social com a redação abaixo.

Req: 81800000405046

Página 3/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

**CONSOLIDAÇÃO**

**Clausula 1ª - NOME EMPRESARIAL**

1-1 - Sob o nome empresarial de **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**, está constituída uma sociedade limitada que será regida por este contrato social, pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

**Clausula 2ª - SEDE E FORO JURIDICO**

2-1 - A sede e foro jurídico da sociedade é na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000.

**Clausula 3ª - FILIAIS**

3-1 - A Sociedade atualmente não possui filiais, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, mediante deliberação e autorização do Ministério das Comunicações e em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do capital social.

**Clausula 4ª - INICIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

4-1 - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**Clausula 5ª - OBJETO SOCIAL**

5-1 - A sociedade tem por objeto social o ramo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO.

**Clausula 6ª - CAPITAL SOCIAL/QUOTAS/RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS**

6-1 - O capital social da sociedade é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, representado por 15.271.177 (quinze milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e setenta e sete) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma já totalmente integralizado.

6-2 - O Capital Social está assim subscrito pelos sócios:

| Sócio                          | Quotas     | Valor      | Percentual |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Camila Ramos                   | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Tania Aparecida Ramos Scheffer | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Angela Maria Ramos             | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Emerson Ernani Ramos           | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Mara Lucia Ramos               | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Gerson Luidy Ramos Baschera    | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,28%     |
| Adriano Giovani Ramos          | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Total                          | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

6-3 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

6-4 - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço o direito

Req: 81800000405046

Página 4/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

04/06/2018



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas alteração contratual pertinente.

6-5 – As quotas sociais também não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas total ou parcialmente a qualquer título, sem autorização do outro sócio.

### **Cláusula 7ª – DA ADMINISTRAÇÃO**

7-1 – A administração da sociedade cabe aos sócios **Camila Ramos** e **Gerson Luidy Ramos Baschera**, em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

7-2 – Pelos serviços prestados à sociedade, os sócios poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores.

7-3 – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

### **Cláusula 8ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DESTINO DOS RESULTADOS**

8-1 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e se encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

8-2 – No final do exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

8-3 – Os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

### **Cláusula 9ª – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

9-1 – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

### **Cláusula 10 – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO**

10-1 – O(s) administrador(es) e sócio(s) signatário(s) deste Instrumento declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional,

Req: 81800000405046

Página 5/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

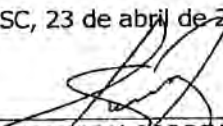
**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

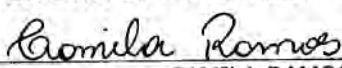
**Clausula 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

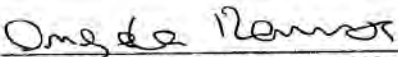
11-1 – A presente alteração contratual é efetivada nos termos da Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017.  
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

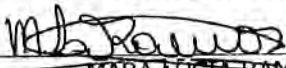
Santa Cecília/SC, 23 de abril de 2018.

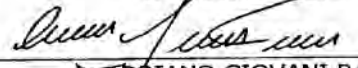
  
ESPÓLIO DE ARY CORREA RAMOS  
CPF: 066.498.749-49


INVENTARIANTE EMERSON ERNANI RAMOS

  
CAMILA RAMOS  
CPF: 043.012.899-17

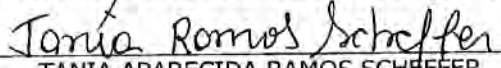
  
ANGELA MARIA RAMOS  
CPF: 737.397.589-53

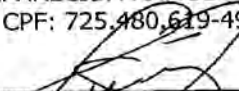
  
MARA LUCIA RAMOS  
CPF: 807.724.559-53

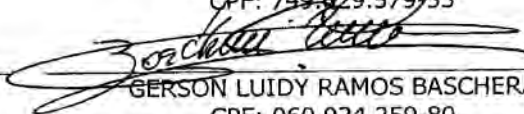
  
ADRIANO GIOVANI RAMOS  
CPF: 807.723.319-87

  
ESPÓLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS  
CPF: 026.514.189-10

INVENTARIANTE EMERSON ERNANI RAMOS

  
TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER  
CPF: 725.480.619-49

  
EMERSON ERNANI RAMOS  
CPF: 749.629.579-53

  
GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA  
CPF: 060.924.259-80

Req: 81800000405046

Página 6/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





189271752

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                                    |
|-----------------|----------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA               |
| PROTOCOLO       | 189271752 - 18/05/2018                             |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                    |
| EVENTO          | 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2018  
SOB N: 20189271752

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11  
RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA  
CNPJ nº 75.835.702/0001-94  
NIRE nº 42200543967

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42200543967, com sede na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, delibera de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - Na qualidade de sócios, ingressam na sociedade:**

- **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 18/05/2002, em Videira, no Estado de Santa Catarina, portador da carteira de identidade de nº 6134469, expedida pela SSP/SC em 02/04/2019, inscrito no CPF sob o nº 085.026.699-82, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, emancipado, conforme Certidão de Emancipação em anexo, mediante compra de capital, no montante de R\$ 38.177,94 (trinta e oito mil, cento e setenta e sete Reais e noventa e quatro centavos), que correspondem a 3.817.794 (três milhões oitocentos e dezessete mil, setecentos e noventa e quatro) quotas; e,

- **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, nascido em 10/10/1967, em Estelô, no Estado do Rio Grande do Sul/RS, portador da carteira de identidade de nº 6066405, expedida pela SSP/SC, em 05/11/2007, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, mediante compra de capital, no montante de R\$ 114.533,83 (cento e quatorze mil, quinhentos e trinta e três Reais e oitenta e três centavos), que correspondem a 11.453.383 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e três) quotas.

**2.1 - CAMILA RAMOS**, brasileira, nascida em 07/06/1984, secretária, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade nº 4.560.437, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF 043.012.899-17, residente e domiciliada na Rua Francisco Rauem, nº 218, Bosque, Curitiba/SC, CEP 89.520-000, vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.696** (Dois milhões, cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis), pelo valor de R\$ 21.816,96 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e seis centavos), para o sócio ingressante **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020



http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQ4KEssf0I2kn2WdsA&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 42705312072-MARCOS ANTONIO SILVEIRA

5dfc9e6566d698-1938-884e-4e88-836f-869d959ecfd5





**2.2 - TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER**, brasileira, nascida em 12/03/1966, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, dona de casa, portadora da carteira de identidade nº 2.595.275, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF.725.480.619-49, residente e domiciliado na Rua Adolfo Dotti, nº 59, São Luiz, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 1.636.198 (Um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, cento e noventa e oito), pelo valor de R\$ 16.361,98 (dezesesseis mil, trezentos e sessenta e um Reais e noventa e oito centavos), para o sócio ingressante **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação; e, vende e transfere o restantes de suas quotas sociais, 545.399 (Quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e nove), pelo valor de R\$ 5.453,99 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três Reais e noventa e nove centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.3 - ANGELA MARIA RAMOS**, brasileira, nascida em 05/11/1970, separada judicialmente, aposentada, portadora da carteira de identidade nº 3.484.010, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 737.397.589-53, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, nº 162, centro, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.597 (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de R\$ 21.815,97 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.4 - EMERSON ERNANI RAMOS**, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, bancário, portador da cédula de identidade nº 2.667.840, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 749.629.579-53, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, nº 46, apartamento 01, centro, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.596 (Dois milhões, cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e seis), pelo valor de R\$ 21.815,96 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e seis centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.5 - MARA LUCIA RAMOS**, brasileira, nascida em 05/11/1969, divorciada, babá, portadora da carteira de identidade nº 1.915.861, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 807.724.559-53, residente e domiciliada na Rodovia Armando Calil s/nº, Vargem do Bom Jesus, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.597 (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de R\$ 21.815,97 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.6 - GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA**, brasileiro, nascido em 30/01/1994, solteiro, auxiliar administrativo, portador da carteira de identidade nº



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



5.500.861, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 060.924.259-80, residente e domiciliada na Avenida XV de novembro, nº 170, centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000. Vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.597** (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de **R\$ 21.815,97** (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.7 - ADRIANO GIOVANI RAMOS**, brasileiro, nascido em 01/03/1972, casado pelo regime de comunhão parcial de bens. Trabalhador Autônomo, portador da carteira de identidade nº 2.669.714, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 807.723.319-87, residente e domiciliada na Rua Pedro Gregório Franzon, s/nº, Adolfo Corrêas da Silva, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000. Vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.597** (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de **R\$ 21.815,97** (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**CLÁUSULA 3ª** – O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e onze Reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo de Real) cada uma, distribuído entre os sócios:

| SÓCIO                             | QUOTAS     | VALOR      | %    |
|-----------------------------------|------------|------------|------|
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25%  |
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75%  |
| TOTAL                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100% |

**CLÁUSULA 4ª** – A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 5ª** – A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, já devidamente qualificado, na qualidade de **DIRETOR**, bem como pela Sra. **NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23/07/1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 578.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA**.

**CLÁUSULA 6ª** – É expressamente vedado ao **DIRETOR** e a **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA** utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos e outros de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

*Comila Ramos*  
*Impulso, Durand*  
*Tomio*  
*E M. S. P. S.*  
*Adm*

MARAJA  
MARAJA  
MARAJA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



**CLÁUSULA 7ª** – A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

**CLÁUSULA 8ª** – Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação vigente quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

§1º - Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º - O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

**CLÁUSULA 9** – As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 10** – Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 11** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

**CLÁUSULA 12** - Quanto ao exercício social, balanço e destino dos resultados é alterada para atualização termos, sendo que continua seguindo a legislação vigente:

12.1 - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

12.2 - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

**CLÁUSULA 13** – É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 14** – Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

*Blasco Ramos*  
*Carla Ramos*  
*Tomás*  
*M. Ramos*  
*8*  
*3*  
*Carla*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**CLÁUSULA 15** – A cláusula quanto a retirada, interdição ou falecimento de sócio sofre alteração para atualizar a redação e detalhar as condições nos termos da legislação vigente:

15.1 – A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim conste a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

15.2 – A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

**CLÁUSULA 16** – A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único- Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 17** – As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo a que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 18** - Os sócios declaram que:

18.1 – Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente;

18.2 – Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

18.3 – Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

18.4 – Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>



*Blasco Borges Barcellos*  
11/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



art. 1º, caput, inciso I, alínea "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 19** – Ocorre alteração da cláusula quanto à declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor.

19.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedido por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA 20** – A sociedade adotará o nome empresarial de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**.

**CLÁUSULA 21** - O objeto social da sociedade permanecerá o mesmo, inalterado, devendo apenas ser modificado o seu texto, em conformidade com o art. 15, inciso II do Decreto nº 52.795/63 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), incluído pelo Decreto nº 9.138/2017, da seguinte forma:

21.1 - A sociedade tem como objeto a execução de **SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO** em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Conforme determina o Código Civil Brasileiro, consolida-se o Contrato Social com a redação abaixo:

#### CONSOLIDAÇÃO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº 11  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
CNPJ nº 75.835.702/0001-94  
NIRE nº 42200543967

**ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 18/05/2002, em Videira, no Estado de Santa Catarina, portador da carteira de identidade de nº 8134469, expedida pela SSP/SC, em 02/04/2019, inscrito no CPF sob o nº 085.026.899-82, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, emancipado, conforme Certidão de Emancipação em anexo; e,

**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, nascido em 10/10/1967, em Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul/RS, portador da carteira de identidade de nº



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5

6066405, expedida pela SSP/SC, em 05/11/2007, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, Brasil, resolve ingressar na SOCIEDADE EMPRESARIAL LTDA, que se regerá pela legislação civil aplicável e, supletivamente, no que couber, pela Lei das Sociedades Anônimas, segundo as seguintes cláusulas e condições:

### I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE

**CLÁUSULA 1ª.** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª.** A sociedade adotará o nome empresarial de RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

**CLÁUSULA 3ª.** A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Santa Cecília/SC, localizada na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convir, destacando o capital que julgar conveniente.

### II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**CLÁUSULA 4ª.** A sociedade tem como objeto a execução de **SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO** em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério das Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoas e da família.

**CLÁUSULA 5ª.** A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

### III- CAPITAL E QUOTAS

**CLÁUSULA 6ª.** O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), dividido em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, distribuído entre os sócios:

| SÓCIO                             | QUOTAS     | VALOR      | %    |
|-----------------------------------|------------|------------|------|
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25%  |
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75%  |
| TOTAL                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100% |

**CLÁUSULA 7ª.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**CLÁUSULA 8ª.** As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª.** Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país, seguindo a legislação vigente, que dispõe:

§1º- Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

#### IV- ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA 10 -** A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11 -** A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, já devidamente qualificado, na qualidade de **DIRETOR**, bem como pela Sra. **NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.560-000, na qualidade de **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA**.

**CLÁUSULA 12 -** É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos e/ou favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13 -** A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

*Lucimila Ramos*  
*Angela*

MARAIZA

*Tenue*

*M. B. B. B.*

*\$*

MARAIZA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** - Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

## VI-EXERCÍCIO SOCIAL

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

## VII-CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** - Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

## VIII-RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interditado ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

## IX-DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 25** - Os sócios declaram que:

25.1 - Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente.

25.2 - Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 - Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 - Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 26** - Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor.

26.1 - Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedido por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**CLÁUSULA 27** – Fica eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, firma o presente instrumento, em tantas vias quantas bastem para prova entre as partes e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Santa Cecília/SC, 04 de dezembro de 2020.

**2º TABELIONATO**  
**GAMILA RAMOS**  
*Gamila Ramos*  
**ANGELA MARIA RAMOS**  
*Angela Maria Ramos*

**2º TABELIONATO**  
**TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER**  
*Tania Ramos Scheffer*

**MARAIZA**  
**EMERSON ERNANI RAMOS**  
*Emerson Ernani Ramos*

**MARAIZA**  
**GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA**  
*Gerson Luidy Ramos Baschera*

**MARAIZA**  
**ADRIANO GIOVANI RAMOS**  
*Adriano Giovanni Ramos*

**MARAIZA**  
**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**  
*Antonio Carlos de Souza*

**MARAIZA**  
**ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**  
*Angelo Antonio Pagnussat de Souza*

**MARAIZA**  
**NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**  
*Neliege Pagnussat de Souza*

**1º TABELIONATO**  
**MARA LUCIA RAMOS**  
*Mara Lucia Ramos*

**1º TABELIONATO**  
**COSTA**



11



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5





Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



202408183

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                                |
|-----------------|------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA           |
| PROTOCOLO       | 202408183 - 11/12/2020                         |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                |
| EVENTO          | 022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/12/2020  
SOB N: 20202408183

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20202408183

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 42705312072 - MARCOS ANTONIO SILVEIRA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQg4KEssfoI2kn2WdsA&chave2=Ug8CwwspH-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 42705312072-MARCOS ANTONIO SILVEIRA

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **MARCOS ANTÔNIO SILVEIRA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/SC 15.312, inscrito no CPF/MF sob o nº 427.053.120-72, portador do RG nº 6032124635, expedido pela SSP/RS, com endereço profissional na Rua Jerônimo Coelho, nº 280, sala 1.106, centro, Florianópolis/SC, Cep 88.034-450, tel. Fixo (48) 3028 5159, tel. Móvel (48) 99961 9078, endereço eletrônico (massilveira@msn.com), **declaro** sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados neste ato são autênticas e condizem com os documentos originais que me foram apresentados:

- a) Alteração nº 11 da empresa Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda, assinadas e rubricadas 11 (onze) páginas por Camila Ramos, Emerson Ernani Ramos, Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Gerson Luidy Ramos Baschera, Adriano Giovanni Ramos, Angelo Antonio Pagnussat de Souza, Antonio Carlos de Souza e Neliege Pagnussat de Souza;
- b) Carteira profissional do advogado inscrito na OAB/SC sob nº 15.312.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2020.

Marcos Antônio Silveira  
OAB/SC 15.312



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

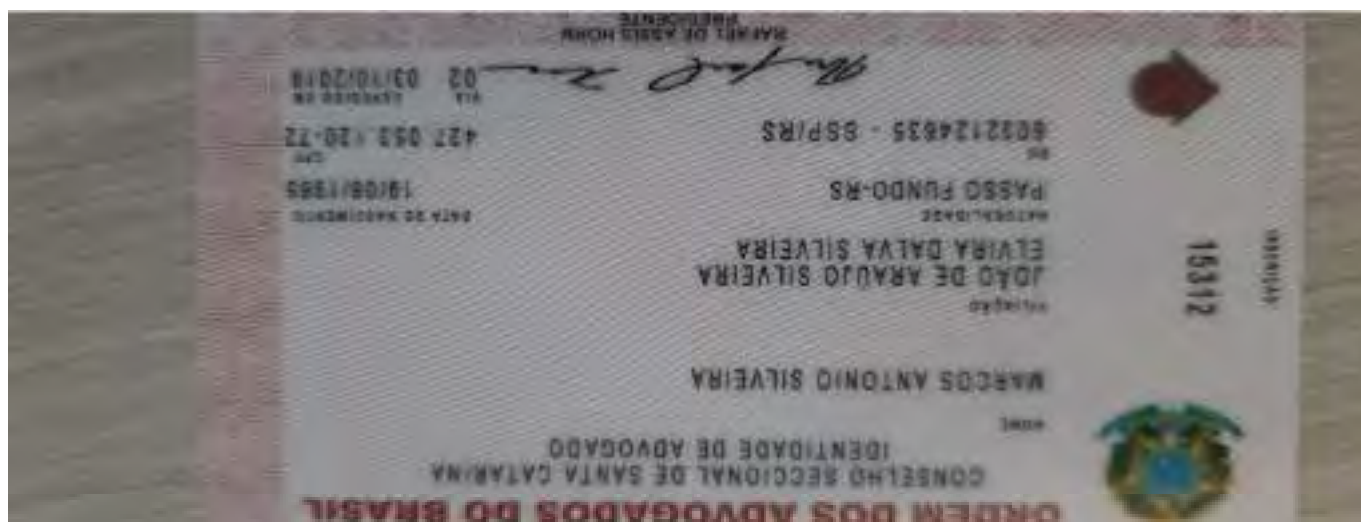
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





http://assinado.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMxL-T56p82-vwcySWa&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 854016198904-SERGIO ANTONIO BALBINOTTI

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**Antônio Carlos de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 10/10/1967, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão universal de bens, CPF nº 495.183.130-91, RG nº 6066405 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 18/05/2002, estudante, solteiro, CPF nº 085.026.699-82, RG nº 6134469 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42200543967, CNPJ nº 75.835.702/0001-94, com sede na Rua Sargento juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, deliberam ajustar a presente alteração contratual, nos termos da legislação vigente, mediante as condições estabelecidas:

**Cláusula Primeira** – A empresa passa a ter sua sede na Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000.

**Cláusula Segunda** – Passa a ter o seguinte objeto:

- a) A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais, obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e
- b) A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

Página 1/8

E

*[Assinaturas manuscritas]*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**Cláusula Terceira** - O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento permanece em Santa Cecília/SC.

**Cláusula Quarta** - As cláusulas do contrato social não alteradas acima, permanecem em vigor.

**Cláusula Quinta** - Consolida-se o ato constitutivo com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO**

**I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE**

**CLÁUSULA 1ª - RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª** - A sociedade adotará o nome empresarial de **Rádio Alvorada De Santa Cecília Ltda.**

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade tem sua sede Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

**II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO**

**CLÁUSULA 4ª** - A sociedade tem como objeto:

- a) A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais,

Página 2/8

B

\$

@



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e

- b) A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na Internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

**CLÁUSULA 5ª** - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

**III- CAPITAL E QUOTAS**

**CLÁUSULA 6ª** - O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, distribuído entre os sócios:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA 7ª** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 8ª** - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª** - Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou

Página 3/8

6

6

6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país, seguindo a legislação vigente, que dispõe:

§1º- Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

**IV- ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA 10** - A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11** - A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **Antônio Carlos de Souza**, já devidamente qualificado, na qualidade de diretor, bem como pela Sra. **Neliege Pagnussat de Souza**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de administradora não-sócia.

**CLÁUSULA 12** – É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses

Página 4/8

8

8 8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos aceites de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13** – A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

**V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** – Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

**VI- EXERCÍCIO SOCIAL**

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

**VII- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Página 5/8

B

\$ @



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

---

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** – Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

**VIII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

**IX- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Página 6/8

B

B

B





**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

---

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 25** - Os sócios declaram que:

25.1 - Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente.

25.2 - Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 - Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 - Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alínea "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 26** - Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor:

Página 7/8

5

6

7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5


**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

26.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA 27** – É eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento:

Santa Cecília/SC, 01 de fevereiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Antônio Carlos de Souza**

  
\_\_\_\_\_  
**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**

  
\_\_\_\_\_  
**Neliege Pagnussat de Souza**







219449228

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                                    |
|-----------------|----------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA               |
| PROTOCOLO       | 219449228 - 16/03/2021                             |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                    |
| EVENTO          | 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2021  
SOB N: 20219449228

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20219449228

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 85406198904 - SERGIO ANTONIO BALBINOTTI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Sérgio Antônio Balbinotti, maior, brasileiro, solteiro, contador, nascido em 10/05/1972, CPF nº 854.061.989-04, RG nº 4.939.673-2 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Altamiro Guimarães, nº 627, Centro, Lebon Régis/SC, CEP 89515-000, declaro sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados neste ato são autênticas e condizem com os documentos originais que me foram apresentados:

a) Alteração 12 da empresa **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda, assinadas e rubricadas 8 (oito) páginas por Antônio Carlos de Souza, Ângelo Antônio Pagnussat de Souza e Neliege Pagnussat de Souza.**

Lebon Régis/SC, 16 de março de 2021.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

http://assinado.pscs.com.br/autenticacao?chave1=I3qMyI-T56p82-vwcywA&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvYIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85406198904-SESGS-ANTONIO BALBINOTTI



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

### RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA CNPJ Nº 75.835.702/0001-94

**Antônio Carlos de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 10/10/1967, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão universal de bens, CPF nº 495.183.130-91, RG nº 6066405 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 18/05/2002, estudante, solteiro, CPF nº 085.026.699-82, RG nº 6134469 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42200543967, CNPJ nº 75.835.702/0001-94, com sede na Rua Tania Aparecida Cecília Gaudêncio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, deliberam ajustar a presente alteração contratual, nos termos da legislação vigente, mediante as condições estabelecidas:

**Cláusula Primeira** – Tendo em vista incorreção constante da alteração nº 12, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 16/03/2021, arquivamento 20219449228, protocolo 219449228, **retratifica-se** o quadro constante na Cláusula 1ª, passando a ter a seguinte nova redação:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453,383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817,794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**Cláusula Segunda** – O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento permanece em Santa Cecília/SC.

**Cláusula Terceira** – As cláusulas do contrato social não alteradas acima, permanecem em vigor.

Página 1/8

6

*[Assinaturas manuscritas]*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMYL-T54Ap7MwJChA3g&chave2=Ug8cwwspH-cK6j5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85406198904-SESGIO ANTONIO BALBINOTTI

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
CNPJ Nº 73.835.702/0001-94

**Cláusula Quarta** – Consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

### CONSOLIDAÇÃO

#### I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE

**CLÁUSULA 1ª** - **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª** - A sociedade adota o nome empresarial de **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.**

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade tem sua sede Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

#### II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**CLÁUSULA 4ª** - A sociedade tem como objeto:

- A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais, obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e
- A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

Página 2/8

S

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 5ª** - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

### III- CAPITAL E QUOTAS

**CLÁUSULA 6ª** - O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e uma mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA 7ª** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 8ª** - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª** - Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país, segundo a legislação vigente, que dispõe:

§1º - Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Página 3/8

18 18 18



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

### IV- ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA 10** - A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem de seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11** - A sociedade é administrada pelo sócio **Antônio Carlos de Souza**, já devidamente qualificado, na qualidade de diretor, bem como pela Sra. **Nellege Pagnussat de Souza**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de administradora não-sócia.

**CLÁUSULA 12** - É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos aceites de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13** - A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

### V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Página 4/5

B 46



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** - Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

### VI- EXERCÍCIO SOCIAL

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspense.

### VII- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** - Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

### VIII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Página 5/8

B

B

B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13**

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores *de de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

**IX- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado

Página 6/8

B

✍

B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ N° 75.835.702/0001-94**

de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

### **CLÁUSULA 25** – Os sócios declaram que:

25.1 – Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente;

25.2 – Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 – Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 – Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90;

### **CLÁUSULA 26** – Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor:

26.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peito ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Página 7/8

B

*[Assinatura]*

B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 13**

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ N° 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 27** – É eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento:

Santa Cecília/SC, 19 de março de 2021

  
Antônio Carlos de Souza

  
Ângelo Antônio Pagnussat de Souza

  
Neliege Pagnussat de Souza

Página 6/6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





219410569

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                      |
|-----------------|--------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA |
| PROTOCOLO       | 219410569 - 23/03/2021               |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                      |
| EVENTO          | 048 - RERRATIFICACAO                 |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/03/2021  
SOB N: 20219410569

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20219410569

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 85406198904 - SERGIO ANTONIO BALBINOTTI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Sérgio Antônio Balbinotti, maior, brasileiro, solteiro, contador, nascido em 10/05/1972, CPF nº 854.061.989-04, RG nº 4.939.673-2 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Altamiro Guimarães, nº 627, Centro, Lebon Régis/SC, CEP 89515-000, declaro sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados neste ato são autênticas e condizem com os documentos originais que me foram apresentados:

- a) Alteração 13 da empresa Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda, assinadas e rubricadas 8 (oito) páginas por Antônio Carlos de Souza, Ângelo Antônio Pagnussat de Souza e Neliege Pagnussat de Souza.

Lebon Régis/SC, 23 de março de 2021.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

http://assinado.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMyL-T54Ap7MwJChA3g&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvYIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85406198904-SERGIO ANTONIO BALBINOTTI





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Nome Empresarial</b><br>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA<br><b>Natureza Jurídica:</b> SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
| <b>Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)</b><br>42 2 0054396-7                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>CNPJ</b><br>75.835.702/0001-94   | <b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b><br>04/03/1982            | <b>Data de Início de Atividade</b><br>04/03/1982                     |                           |
| <b>Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)</b><br>RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO, 251, CENTRO, SANTA CECÍLIA, SC, 89.540-000                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
| <b>Objeto Social</b><br>A) A EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, EM QUALQUER DE SUAS MODALIDADES, MEDIANTE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DO PODER CONCEDENTE, COM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E CÍVICA, TENDO, PARALELAMENTE, OBJETIVOS COMERCIAIS, OBRIGANDO-SE A CUMPRIR AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES VIGENTES, OU QUE VIEREM A VIGORAR, REFERENTES A RADIODIFUSÃO, EM TUDO COMPREENDIDO POR ATIVIDADES DE RÁDIO ; E B) A EXECUÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE NA INTERNET, A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÚSICA, E A INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E SOCIAL, ATRAVÉS DOS PORTAIS E PROVEDORES DE CONTEÚDO. |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
| <b>Capital: R\$</b> 152.711,77<br>(CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)<br><b>Capital Integralizado: R\$</b> 152.711,77<br>(CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                     | <b>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)</b><br>Não | <b>Prazo de Duração</b><br>Indeterminado                             |                           |
| <b>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
| <b>Nome/CPF ou CNPJ</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Participação no capital(R\$)</b> | <b>Espécie de Sócio</b>                                                  | <b>Administrador</b>                                                 | <b>Término do Mandato</b> |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA<br>085.026.699-82                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 38.177,94                           | SOCIO                                                                    |                                                                      | XXXXXXXXXX                |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA<br>495.183.130-91                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 114.533,83                          | SOCIO                                                                    | Administrador                                                        | XXXXXXXXXX                |
| <b>Administrador Nomeado/Término do Mandato</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          |                                                                      |                           |
| <b>Nome/CPF</b><br>NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA<br>576.160.350-00                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          | <b>Término do Mandato</b><br>XXXXXXXXXX                              |                           |
| <b>Último Arquivamento</b><br>Data: 23/03/2021<br>Ato: ALTERAÇÃO<br>Evento(s):<br>CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO<br>RERRATIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                     |                                                                          | <b>Situação</b><br>REGISTRO ATIVO<br><b>Status</b><br>XXXXXXXXXXXXXX |                           |

Florianópolis - SC, segunda-feira, 28 de junho de 2021

Eu,  
Conferi e assino.

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

Documento Assinado Digitalmente 28/06/2021  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
no 196035/2021-01 na consulta de processos.

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

NIRE: 42 2 0054396 7

CNPJ: 75.835.702/0001-94

endereço: RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO

complemento:

número: 251

bairro: CENTRO

CEP: 89540-000

município: SANTA CECÍLIA

UF: SC

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

| ato | número      | data       | descrição                                    |
|-----|-------------|------------|----------------------------------------------|
| 090 | 42200543967 | 04/03/1982 | CONTRATO                                     |
| 021 | 850006697   | 15/05/1985 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 860014073   | 29/07/1986 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 880009112   | 06/07/1988 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 880010990   | 11/08/1988 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 940039079   | 31/01/1994 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 980108640   | 28/01/1998 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 020999500   | 04/06/2002 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 206 | 020999518   | 04/06/2002 | PROCURACAO                                   |
| 206 | 020999526   | 04/06/2002 | PROCURACAO                                   |
| 021 | 022237380   | 05/12/2002 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 20063136139 | 23/01/2007 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20063136139 | 23/01/2007 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 985 | 20178124265 | 13/06/2017 | ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS          |
| 021 | 20189271752 | 04/06/2018 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20189271752 | 04/06/2018 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 022 | 20202408183 | 14/12/2020 | ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL     |
| 051 | 20202408183 | 14/12/2020 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |

FLORIANÓPOLIS - SC, 30 de junho de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



Documento Assinado Digitalmente 30/06/2021  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
ou 103786/2021-02 na consulta de processos.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 002 / 002

|     |             |            |                                              |
|-----|-------------|------------|----------------------------------------------|
| 021 | 20219449228 | 16/03/2021 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20219449228 | 16/03/2021 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 048 | 20219410569 | 23/03/2021 | RERRATIFICAÇÃO                               |
| 051 | 20219410569 | 23/03/2021 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |

FLORIANÓPOLIS - SC, 30 de junho de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

PERÍODO

01/01/2020 À 31/12/2020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Valores expressos em Reais (R\$)

| ATIVO                                        |                     |                     |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                              | Saldo em 31/12/2020 | Saldo em 31/12/2019 |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                      | <b>8.018,03</b>     | <b>65.721,91</b>    |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>         | <b>6.637,97</b>     | <b>65.721,91</b>    |
| <b>CAIXA</b>                                 | <b>4.535,15</b>     | <b>59.389,68</b>    |
| Caixa                                        | 4.535,15            | 59.389,68           |
| <b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>                | <b>2.102,82</b>     | <b>6.332,23</b>     |
| Banco do Brasil s/a                          | 2.102,82            | 6.332,23            |
| <b>OUTROS CREDITOS</b>                       | <b>1.380,06</b>     | <b>0,00</b>         |
| <b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>                  | <b>1.380,06</b>     | <b>0,00</b>         |
| Premios de Seguros a Apropriar               | 1.380,06            | 0,00                |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                  | <b>113.029,33</b>   | <b>120.261,53</b>   |
| <b>IMOBILIZADO</b>                           | <b>58.182,08</b>    | <b>65.414,28</b>    |
| <b>IMOVEIS</b>                               | <b>1.268,35</b>     | <b>1.268,35</b>     |
| Terrenos Rurais                              | 1.268,35            | 1.268,35            |
| <b>BENS MOVEIS E OUTROS IMOBILIZADOS</b>     | <b>181.348,80</b>   | <b>179.148,80</b>   |
| Discos e Fitas                               | 7.255,15            | 7.255,15            |
| Extintores                                   | 83,85               | 83,85               |
| Maquinas, Aparatos e Equipamentos            | 169.481,55          | 167.281,55          |
| Movéis e Utensílios                          | 4.528,25            | 4.528,25            |
| <b>(-) DEPREC/AMORTIZ/EXAUSTAO ACUMULADA</b> | <b>(124.435,07)</b> | <b>(115.002,87)</b> |
| (-) Deprec - Discos e Fitas                  | (7.255,15)          | (7.255,15)          |
| (-) Deprec - Extintores                      | (83,85)             | (83,85)             |
| (-) Deprec - Maquinas e Equipamentos         | (112.567,82)        | (103.135,62)        |
| (-) Deprec - Moveis e Utensílios             | (4.528,25)          | (4.528,25)          |
| <b>INTANGIVEL</b>                            | <b>54.847,25</b>    | <b>54.847,25</b>    |
| <b>CUSTO HISTÓRICO DO INTANGIVEL</b>         | <b>54.847,25</b>    | <b>54.847,25</b>    |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais      | 54.847,25           | 54.847,25           |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                        | <b>121.047,36</b>   | <b>185.983,44</b>   |





**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Valores expressos em Reais (R\$)

| PASSIVO                                      |                     |                     |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                              | Saldo em 31/12/2020 | Saldo em 31/12/2019 |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                    | <b>53.316,18</b>    | <b>54.290,66</b>    |
| <b>OBRIGACOES DIVERSAS</b>                   | <b>53.316,18</b>    | <b>54.290,66</b>    |
| FORNECEDORES                                 | 150,00              | 0,00                |
| FORNECEDORES NACIONAIS                       | 150,00              | 0,00                |
| <b>OBRIGACOES FISCAIS</b>                    | <b>23.055,72</b>    | <b>13.823,28</b>    |
| Irrf a Recolher                              | 393,63              | 128,23              |
| Parcelamento Previdenciario a Pagar          | 8.360,46            | 0,00                |
| Parcelamento Rfb a Pagar                     | 8.267,16            | 2.784,52            |
| Simples a Recolher                           | 6.034,47            | 10.910,53           |
| <b>OBRIGACOES SOCIAIS</b>                    | <b>6.829,96</b>     | <b>19.622,61</b>    |
| Fgts a Recolher                              | 931,65              | 7.458,42            |
| Fgts Provisionado s/ Férias                  | 1.182,97            | 1.185,27            |
| Inss a Recolher                              | 4.714,24            | 10.978,92           |
| <b>OBRIGACOES TRABALHISTAS</b>               | <b>22.146,70</b>    | <b>20.844,77</b>    |
| Salarios e Ordenndos a Pagar                 | 6.243,03            | 6.028,75            |
| Pro-Labore a Pagar                           | 1.116,06            | 0,00                |
| Provisao p/Ferries                           | 14.787,61           | 14.816,02           |
| <b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>                     | <b>1.129,14</b>     | <b>0,00</b>         |
| Seguros a Pagar                              | 1.129,14            | 0,00                |
| <b>IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER</b>           | <b>5,76</b>         | <b>0,00</b>         |
| Iss Retido a Recolher                        | 5,76                | 0,00                |
| <b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>                    | <b>67.731,18</b>    | <b>131.692,78</b>   |
| <b>CAPITAL SOCIAL</b>                        | <b>152.711,77</b>   | <b>152.711,77</b>   |
| <b>CAPITAL SOCIAL</b>                        | <b>152.711,77</b>   | <b>152.711,77</b>   |
| Capital Social                               | 152.711,77          | 152.711,77          |
| <b>LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS</b>        | <b>(84.980,59)</b>  | <b>(21.018,99)</b>  |
| (-) PREJUIZOS ACUMULADOS                     | (84.980,59)         | (21.018,99)         |
| (-) Prejuizos Acumulados                     | (21.018,99)         | (15.949,16)         |
| Resultado Líquido do Período                 | (63.961,60)         | (5.069,83)          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> | <b>121.047,36</b>   | <b>185.983,44</b>   |



*[Handwritten signatures]*



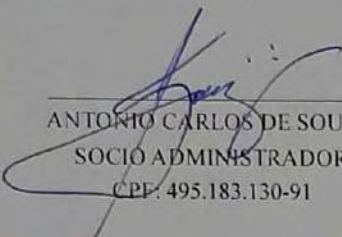
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

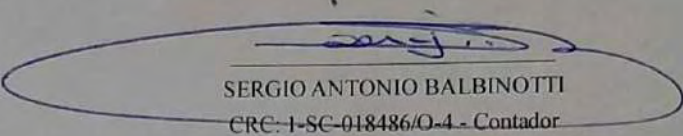
CNPJ: 75.835.702/0001-94

RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa  
Cecília - SC - 89.540-000

Folha: 0002

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 495.183.130-91

  
SERGIO ANTONIO BALBINOTTI  
CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador  
CPF: 854.061.989-04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

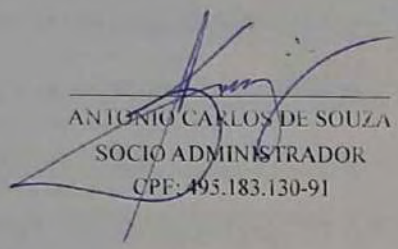
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

CNPJ: 75.835.702/0001-94

RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa  
Cecília - SC - 89.540-000

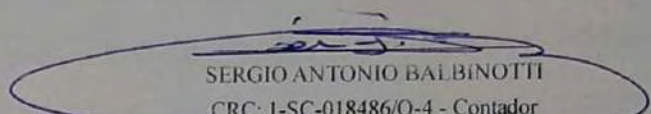
Folha: 0004

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA

SOCIO ADMINISTRADOR

CPF: 495.183.130-91

  
SERGIO ANTONIO BALBINOTTI

CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador

CPF: 854.061.989-04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

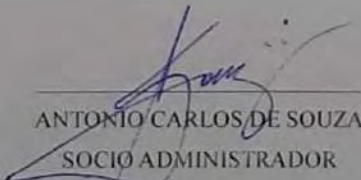


**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**  
**RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa Cecília - SC - 89.540-000**

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

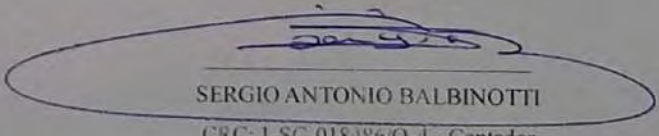
Valores expressos em Reais (R\$)

|                                                              | Período de<br>01/01/2020 a 31/12/2020 | Período de<br>01/01/2019 a 31/12/2019 |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA                                    | 241.128,49                            | 288.256,19                            |
| VENDAS DE SERVIÇOS MERCADO INTERNO                           | 241.128,49                            | 288.256,19                            |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA                                | (16.758,28)                           | (20.070,29)                           |
| IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS                             | (16.758,28)                           | (20.070,29)                           |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA                                  | 224.370,21                            | 268.185,90                            |
| CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVIÇOS                      | (184.656,60)                          | (229.543,61)                          |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS                                 | (184.656,60)                          | (229.543,61)                          |
| LUCRO BRUTO                                                  | 39.713,61                             | 38.642,29                             |
| DESPESAS OPERACIONAIS                                        | (83.181,53)                           | (35.243,47)                           |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS                                     | (81.190,27)                           | (30.117,60)                           |
| DESPESAS TRIBUTARIAS                                         | (1.991,26)                            | (5.125,87)                            |
| RESULTADO FINANCEIRO                                         | (70.493,63)                           | (8.468,65)                            |
| DESPESAS FINANCEIRAS                                         | (20.504,93)                           | (8.473,50)                            |
| RECEITAS FINANCEIRAS                                         | 11,35                                 | 4,85                                  |
| LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO                                    | 0,00                                  | 3.398,82                              |
| PREJUÍZO OPERACIONAL LIQUIDO                                 | (43.467,92)                           | 0,00                                  |
| RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | (63.961,60)                           | (5.069,83)                            |
| PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO                                | (63.961,60)                           | (5.069,83)                            |

  
**ANTONIO CARLOS DE SOUZA**

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF: 495.183.130-91

  
**SERGIO ANTONIO BALBINOTTI**

CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador

CPF: 854.061.989-04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



23/06/2021

0011240685

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Santa Cecília

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CERTIDÃO Nº: 8543663

FOLHA: 1/1

A vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Santa Cecília, com distribuição anterior à data de 07/06/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, portador do CNPJ: 75.835.702/0001-94, \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2006, com a inclusão das classes extrajudiciais: 129 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Santa Cecília, quarta-feira, 23 de junho de 2021.

PEDIDO Nº:

0011240685



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 928329**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, **NADA CONSTA** distribuído em relação a:

**NOME: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

Raiz do CNPJ: 75.835.702

Certidão emitida às 14:30 de 23/06/2021.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ.
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário.
- 5) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                            |                                                             |                                       |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</b> | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b> |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------|

|                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b> |
|-----------------------------------------------------------------|

|                                                                       |                    |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b> | PORTE<br><b>ME</b> |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|

|                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                         |                      |                             |
|---------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b> | NÚMERO<br><b>251</b> | COMPLEMENTO<br><b>*****</b> |
|---------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|

|                          |                                  |                                   |                 |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| CEP<br><b>89.540-000</b> | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b> | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b> | UF<br><b>SC</b> |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|

|                     |                                   |
|---------------------|-----------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b> |
|---------------------|-----------------------------------|

|                                                   |
|---------------------------------------------------|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b> |
|---------------------------------------------------|

|                                    |                                                 |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b> | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b> |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|

|                              |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

|                                   |                                           |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b> | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b> |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/06/2021** às **07:55:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:37:39 do dia 26/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/08/2021.

Código de controle da certidão: **45B1.330E.15D0.E15C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO FRAIBURGO LTDA**  
CNPJ/CPF: **83.399.980/0001-74**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

|                                                                                     |                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Dispositivo Legal:                                                                  | Lei nº 3938/66, Art. 154 |
| Número da certidão:                                                                 | 210140066984626          |
| Data de emissão:                                                                    | 21/05/2021 10:46:53      |
| Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.): | 20/07/2021               |

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Este documento foi assinado digitalmente  
Impresso em: 02/06/2021 16:49:46

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA CNPJ: 75835702000194

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 4589 - RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Endereço: Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 - Bairro CENTRO - CEP 89.540-000

Código de Controle

CWN5YPHLDSD2YFO1

A Validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Santa Cecília (SC), 23 de Junho de 2021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:25:04 do dia 22/06/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/07/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94

**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

**Endereço:** R SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA 476 / CENTRO / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/04/2021 a 07/08/2021

**Certificação Número:** 2021041002041633768445

Informação obtida em 01/06/2021 15:22:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão nº: 17586198/2021

Expedição: 01/06/2021, às 15:27:51

Validade: 27/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

*Angelo*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.134.469 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/ABR/2019

NOME ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA

FILIAÇÃO ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

NATURALIDADE VIDEIRA SC DATA DE NASCIMENTO 18/05/2002

DCC ORIGEM CERT. NASC. 19598 LV A-44 FL 184  
CART. RCENIT-VIDEIRA SC  
AVRB. EMANC. ESC. PUB

CPF 085.026.699-82

VIDEIRA - SC

FERNANDO LUIZ DE SOUZA  
Perito Criminal  
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 26/08/83

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOM PEDRO II, 766 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89506-096  
Tel: (49) 3566-7000 - Fax: (49) 3566-3885 - www.tabelionatodevidera.com.br  
Mário Teresa Hessel Kinzler - Tabelante

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 26 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMÄCHER - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL / FLO68993-POGCI

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Tabionato de Notas e Protestos  
Mário Teresa Hessel Kinzler  
Tabelante  
VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

085.026.699-82

ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA

18/05/2002

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

NOV/2008

BANCO DO BRASIL

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOM PEDRO II, 766 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89506-096  
Tel: (49) 3566-7000 - Fax: (49) 3566-3885 - www.tabelionatodevidera.com.br  
Mário Teresa Hessel Kinzler - Tabelante

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 26 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMÄCHER - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL / FLO68994-SUXN

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Tabionato de Notas e Protestos  
Mário Teresa Hessel Kinzler  
Tabelante  
VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.066.405 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/NOV/2007

NOME ANTONIO CARLOS DE SOUZA

RELACÃO MAURICIO ANTONIO DE SOUZA  
EVA DA SILVA SOUZA

NATURALIDADE ESTEIO RS DATA DE NASCIMENTO 10/OUT/1967

DOC. ORIGEM C CAS 2880 LV B13 FL 122  
CART PILATTI/MARAU RS

CITY VIDEIRA SC

Assinatura do Diretor: Igor Siqueira de Araújo  
Delegado de Polícia  
Matr. 364313-0

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/04/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR

INSTITUTO GERAL DE POLÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Assinatura do Diretor: Igor Siqueira de Araújo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC

AV. DR. PEDRO IL. 706 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89060-000

Tel: (48) 3566 5084 - Fax: (48) 3566 5885 - www.cartoridvidera.com.br

[Aperta] [Simão] [Hélio] [Rafael] - Tabelães

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 28 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMACHER - Escrevente Notarial

Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FLQ88986-E2JQ

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Assinatura: Maria Inês Kinzler

Tabelão de Notas e Protestos

Maria Inês Kinzler

Tabelã

VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição

495.183.130-91

Nome

ANTONIO CARLOS DE SOUZA

Nascimento

10/10/1967

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

MAR/2010

**CAIXA**

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC

AV. DR. PEDRO IL. 706 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89060-000

Tel: (48) 3566 5084 - Fax: (48) 3566 5885 - www.cartoridvidera.com.br

[Aperta] [Simão] [Hélio] [Rafael] - Tabelães

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 28 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMACHER - Escrevente Notarial

Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FLQ88990-B8C

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Assinatura: Maria Inês Kinzler

Tabelão de Notas e Protestos

Maria Inês Kinzler

Tabelã

VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR IMPRESSO

ASSINATURA TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.247.614 DATA DE EMISSÃO 13/JAN/2010

NOME NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

FILIAÇÃO CLEMENTINO FELICIO ZOLET PAGNUSSAT  
SANTINA LODI PAGNUSSAT

NATURALIDADE CAMARGO RS DATA DE NASCIMENTO 23/07/1968

DOC. ORDEM CERT. CAS. 6.061 LV 31 PL 143  
CART. TRENTIN - MARAU RS

CPF 576.160.350-00

ASSINATURA DO DETENTOR

VIDEIRA - SC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOUTOR PEDRO DE LIMA - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89500-000  
TEL: (41) 3566.3804 - FAX: (41) 3566.3805 - www.cartoriodetabellita.com.br  
Diana Tereza Hölzel Kinder - Tabellita

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 21 de fevereiro de 2018.

*Daiane Cenci*  
DAIANE CENCI - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,40 + Selo: R\$ 1,90 - Total: R\$ 5,30  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - EYD45231-NGAH

Confira os dados do ato em: selo.tjcsc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Diana Tereza Hölzel Kinder  
Tabellita  
VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
**CPF**  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição  
576.160.350-00

Nome  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

Nascimento  
23/07/1968

Cartão de uso pessoal e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
MAR/2010

**CAIXA**

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOUTOR PEDRO DE LIMA - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89500-000  
TEL: (41) 3566.3804 - FAX: (41) 3566.3805 - www.cartoriodetabellita.com.br  
Diana Tereza Hölzel Kinder - Tabellita

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 21 de fevereiro de 2018.

*Daiane Cenci*  
DAIANE CENCI - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,40 + Selo: R\$ 1,90 - Total: R\$ 5,30  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - EYD45233-LF4N

Confira os dados do ato em: selo.tjcsc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Diana Tereza Hölzel Kinder  
Tabellita  
VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Samuel Renovato de Lima - Diretor-Presidente da Fundação Eurico Bergsten - Funeb.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Siqueira Campos, estado do Paraná.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Pedro Nogueira Barboza - representante legal da Fundação Cultural São Francisco de Assis.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Maristela Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Maristela Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Torres, estado do Rio Grande do Sul.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Jaime Pedro Kohl - administrador da Rádio Maristela Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Poxoréu, estado do Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Antônio Fagundes Neto - administrador da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Costa do Sol Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Costa do Sol Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araruama, estado do Rio de Janeiro.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, e Comunicações, e Manoel Diamantino da Costa - administrador da Rádio Costa do Sol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ary Correa Ramos - administrador da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.

**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Nilton Pereira Matias - procurador da Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Assunção Cearense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Assunção Cearense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sobral, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Carlos Roberto Costa Filho - administrador da Rádio Assunção Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mirassol, estado de São Paulo.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Devair Paschoalon - procurador da Rádio Difusora de Mirassol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São João Nepomuceno, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Dulcineia Aparecida Detoni de Freitas e/ou Michelle Detoni de Freitas - administradoras da Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Carmelindo Romildo Roos - administrador da Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Osório Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Osório Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Elias Silveira dos Santos - procurador da Rádio Osório Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sousa, estado da Paraíba.

**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Homero de Sá Pires - administrador da Rádio Progresso de Sousa Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Sul Cearense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sul Cearense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Brejo Santo, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldênia Assunção Tavares Farias - procuradora da Rádio Sul Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araxá, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ênio Braga de Araújo - administrador da Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Crato, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Raimundo de Sousa Lima - administrado da Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rodolfo Machado Moura e/ou Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Solange de Castro Almeida - administradora da Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.





TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, ESTADO DA SANTA CATARINA.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano dois mil e duzentos, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.835.702/0001-94, representada por seu administrador, **ARY CORREA RAMOS**, inscrito no CPF n.º 066.498.749-49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, por meio da Portaria n.º 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.** o canal 233 (duzentos e trinta e três), correspondente à frequência 94,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto Legislativo n.º 933, de 1º de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 2, de dezembro de 2003, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

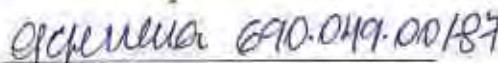
**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.


**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência Tecnologia  
Inovações e Comunicações**

  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha** 796834925-04



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/10/2016, às 19:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016,



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1414567** e o código CRC **9E0FAE52**.



Processo nº 53000.018038/2014-17

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

SEI nº 1414567

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 931, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GOIANAPOLINA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO/CULTURAL - FM (AGDA-FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico/Cultural - FM (AGDA-FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 932, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CANTANHEDE (ACCCTMA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCTMA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 933, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 27 de dezembro de 1994, que renova, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 934, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE ITACARAMBI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 935, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 936, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 24 de agosto de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 937, DE 2003**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 576, de 24 de setembro de 2001, que renova, a partir de 06 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 938, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA ASTOLFO DUTRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Rádio

Difusora Astolfo Dutra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 939, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à IBIAPINA RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 366, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 940, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 27 de maio de 1997, que renova, a partir de 7 de junho de 1993, a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 941, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA FORMIGUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 1º de outubro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Formigueense Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

LEI Nº 10.247, DE 2003





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                                                                             |                                                     |                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ                                                                                                  | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b>                                                                                             |                                                     |                                                 |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b>                                                                                       |                                                     | PORTE<br><b>ME</b>                              |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                                                              |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b> |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                                                                     |                                                     |                                                 |
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b>                                                                                                     | NÚMERO<br><b>251</b>                                | COMPLEMENTO<br><b>*****</b>                     |
| CEP<br><b>89.540-000</b>                                                                                                                                    | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b>                    | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b>               |
| UF<br><b>SC</b>                                                                                                                                             |                                                     |                                                 |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO                                                                                                                                         |                                                     | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b>               |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b>                                                                                                           |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>                                                                                                                          |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL                                                                                                                                |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>                                                                                                                           |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/07/2022** às **14:50:24** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94  
**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**Endereço:** R SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA 476 / CENTRO / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/07/2022 a 06/08/2022

**Certificação Número:** 2022070802111066235708

Informação obtida em 14/07/2022 14:52:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão nº: 22322416/2022

Expedição: 14/07/2022, às 14:48:42

Validade: 10/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:15:26 do dia 15/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/08/2022.

Código de controle da certidão: **6E12.54FC.F4F8.3141**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

|                          |                                                                                                  |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CNPJ:</b>             | 75.835.702/0001-94                                                                               |
| <b>NOME EMPRESARIAL:</b> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                                             |
| <b>CAPITAL SOCIAL:</b>   | R\$152.711,77 (Cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

|                               |                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA |
| <b>Qualificação:</b>          | 22-Sócio                          |

|                               |                         |
|-------------------------------|-------------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | ANTONIO CARLOS DE SOUZA |
| <b>Qualificação:</b>          | 49-Sócio-Administrador  |

|                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA |
| <b>Qualificação:</b>          | 05-Administrador           |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/07/2022 às 14:50 (data e hora de Brasília).





Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                                                                       |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> radioalvoradasc@uol.com.br                        |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2022                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                            |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                    | <b>Numero:</b> 476  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                      |                     |                      |
|-----------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                         | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                 |                     |                      |
|-----------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                         | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                            |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 3.343kW |
| <b>HCI:</b> 45 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1             |

## Informações da Estação



22.15:07:05 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1004756000         | <b>Número Indicativo:</b> ZYR925               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 14/11/2019 | <b>Número da Licença:</b> 53500.046011/2019-80 |

| Estação Principal                 |                                    |                               |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Localização                       |                                    |                               |
| <b>Latitude:</b> 26° 58' 37.99" S | <b>Longitude:</b> 50° 25' 23.02" S | <b>Cota da base:</b> 1157.9 m |

| Transmissor Principal                                        |                                   |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 3000 ágil       |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 2 kW |

| Linha de Transmissão Principal      |                                 |                                  |                            |
|-------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF78-50JA           | <b>Fabricante:</b>              |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 59.5 m | <b>Atenuação:</b> 0.452 dB/100m | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Principal        |                       |                            |                              |                  |                            |
|-------------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------------|------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> GK-7/8-4 | <b>Fabricante:</b>    |                            |                              |                  |                            |
| <b>Ganho:</b> 3 dBd     | <b>Beam-Tilt:</b> 0 ° | <b>Orientação NV:</b> 60 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 45 m | <b>ERP Máxima:</b> 3.34 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 0                | 5°: 0.02   | 10°: 0.07  | 15°: 0.11  | 20°: 0.12  | 25°: 0.11  | 30°: 0.11  | 35°: 0.11  | 40°: 0.11  | 45°: 0.11  | 50°: 0.11  | 55°: 0.11  |
| 60°: 0.11            | 65°: 0.11  | 70°: 0.11  | 75°: 0.11  | 80°: 0.11  | 85°: 0.11  | 90°: 0.11  | 95°: 0.11  | 100°: 0.12 | 105°: 0.11 | 110°: 0.07 | 115°: 0.02 |
| 120°: 0              | 125°: 0    | 130°: 0.03 | 135°: 0.11 | 140°: 0.26 | 145°: 0.46 | 150°: 0.7  | 155°: 0.98 | 160°: 1.29 | 165°: 1.62 | 170°: 1.98 | 175°: 2.36 |
| 180°: 2.72           | 185°: 3.07 | 190°: 3.4  | 195°: 3.71 | 200°: 4.01 | 205°: 4.28 | 210°: 4.52 | 215°: 4.71 | 220°: 4.87 | 225°: 4.99 | 230°: 5.08 | 235°: 5.12 |
| 240°: 5.14           | 245°: 5.12 | 250°: 5.08 | 255°: 4.99 | 260°: 4.87 | 265°: 4.71 | 270°: 4.52 | 275°: 4.29 | 280°: 4.01 | 285°: 3.71 | 290°: 3.38 | 295°: 3.02 |
| 300°: 2.64           | 305°: 2.22 | 310°: 1.79 | 315°: 1.38 | 320°: 1.01 | 325°: 0.67 | 330°: 0.42 | 335°: 0.3  | 340°: 0.28 | 345°: 0.24 | 350°: 0.15 | 355°: 0.06 |

| Coordenadas por radial |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon -        | 5°: Lat - Lon -   | 10°: Lat - Lon -  | 15°: Lat - Lon -  | 20°: Lat - Lon -  | 25°: Lat - Lon -  | 30°: Lat - Lon -  | 35°: Lat - Lon -  | 40°: Lat - Lon -  | 45°: Lat - Lon -  | 50°: Lat - Lon -  | 55°: Lat - Lon -  |
| 60°: Lat - Lon -       | 65°: Lat - Lon -  | 70°: Lat - Lon -  | 75°: Lat - Lon -  | 80°: Lat - Lon -  | 85°: Lat - Lon -  | 90°: Lat - Lon -  | 95°: Lat - Lon -  | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon -      | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon -      | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon -      | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon -      | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°:                  | 5°:   | 10°:  | 15°:  | 20°:  | 25°:  | 30°:  | 35°:  | 40°:  | 45°:  | 50°:  | 55°:  |
| 60°:                 | 65°:  | 70°:  | 75°:  | 80°:  | 85°:  | 90°:  | 95°:  | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°:                | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°:                | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°:                | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°:                | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar           |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar       |                                           |
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |





| Transmissor Auxiliar 2                          |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
|-------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------|
| <b>Código Equipamento:</b>                      |                           |                         |                     | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |                            |                                   |          |
| <b>Fabricante:</b>                              |                           |                         |                     | <b>Potência de Operação:</b> kW           |                            |                                   |          |
| Linha de Transmissão Auxiliar                   |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Modelo:</b>                                  |                           |                         |                     | <b>Fabricante:</b>                        |                            |                                   |          |
| <b>Comprimento da Linha:</b> m                  | <b>Atenuação:</b> dB/100m |                         |                     | <b>Perdas Acessórias:</b> dB              |                            | <b>Impedância:</b> ohms           |          |
| Antena Auxiliar                                 |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Modelo:</b>                                  |                           |                         |                     | <b>Fabricante:</b>                        |                            |                                   |          |
| <b>Ganho:</b> dBd                               | <b>Beam-Tilt:</b> °       | <b>Orientação NV:</b> ° | <b>Polarização:</b> | <b>HCI:</b> m                             | <b>ERP Máxima:</b> 3.34 kW |                                   |          |
| RDS                                             |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Código PI:</b>                               |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Informações do documento de Outorga             |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 187371981                                       | 115                       | Portaria                | MC                  | 17/06/1982                                | 21/06/1982                 | Outorga                           | Jurídico |
| Informações do documento de Aprovação de Locais |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 012500107392017<br>05                           | 1265                      | Despacho                | MCTIC               | 11/08/2017                                | 17/08/2017                 | Aprovação de Local                | Técnico  |
| Histórico de Documentos Emitidos                |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                                 | 11                        | Decreto                 | PR                  | 12/12/1994                                | 28/12/1994                 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                                 | 208                       | Exposição de Motivos    | MC                  | 06/11/1996                                | 06/11/1996                 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                                 | 933                       | Decreto Legislativo     | CN                  | 01/12/2003                                | 02/12/2003                 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                                 | 286                       | Exposição de Motivos    | MC                  | 26/11/2004                                | 24/06/2005                 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201<br>7-61                        | 11884                     | Ato                     | ORLE                | 01/09/2017                                | 29/09/2017                 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| Horário de funcionamento                        |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:                    |                | CNPJ                                 |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
|--------------------------------------|----------------|--------------------------------------|--------------------|-------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| CNPJ:                                |                | 75.835.702/0001-94                   |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA |                |                                      |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                                 | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ               | CARGO             | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ARY CORREA RAMOS                     | 066.498.749-49 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Diretor (GERENTE) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                                      |                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Sócio             | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| TEREZINHA JULIA RAMOS                | 026.514.159-10 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Sócio             | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **14/07/2022**

Hora: **14:54:39**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                                |                                      |                                    |       |               |             |             |          |      |    |               |
|------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------|---------------|-------------|-------------|----------|------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 026.514.159-10   |                                |                                      |                                    |       |               |             |             |          |      |    |               |
| NOME                         | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO | Qtd.<br>Cotas | PART.<br>ON | PART.<br>PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| TEREZINHA JULIA RAMOS        | <a href="#">026.514.159-10</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio | 1500          | 0,00%       | 0,00%       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 14/07/2022

Hora: 14:55:27



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                | CPF: 066.498.749-49                  |                                    |                   |               |             |             |          |      |    |               |
|------------------------------|----------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------|-------------|-------------|----------|------|----|---------------|
| NOME                         | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO             | Qtd.<br>Cotas | PART.<br>ON | PART.<br>PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ARY CORREA RAMOS             | 066.498.749-49 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (GERENTE) | 0             | --          | --          | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                              |                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio             | 1500          | 0,00%       | 0,00%       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **14/07/2022**

Hora: **14:55:03**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

|                                                                |          |                                  |                                |                                                      |
|----------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|
| UF: SC                                                         |          | Município: Santa Cecília         |                                |                                                      |
| Entidade                                                       |          | Município                        | Data Outorga                   | Validade                                             |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                           |          | Santa Cecília                    |                                |                                                      |
| Usuário: <a href="#">anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa</a> |          | Data: <a href="#">14/07/2022</a> | Hora: <a href="#">15:15:37</a> |                                                      |
| Registro 1 até 1 de 1 registros                                |          |                                  | Página: [1]                    | [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |
| Tela Inicial                                                   | Imprimir | Exportar Excel                   |                                |                                                      |

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

**CNPJ:** **75.835.702/0001-94**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:54:02 do dia 14/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Data de Envio:**

14/07/2022 16:07:50

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta de Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**Anexos:**

Requerimento\_10173415\_000\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2022.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**RE: Consulta de Pena de Cassação**

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Sex, 15/07/2022 17:46

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

**Enviado:** quinta-feira, 14 de julho de 2022 16:07

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta de Pena de Cassação

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/corrc@mcom.gov.br/inbox/id/AAQkAGI5NTJIMDQwLWRkODIhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQAAQALR... 1/1

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 9844/2022/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03**

**INTERESSADO: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Santa Cecília/SC, referente ao seguinte período: 21/06/2022 a 21/06/2032.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento (Atualizado), solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Santa Cecília/SC, encontra-se com o status "(FM-C7) Aguardando Ato de RF", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 19/07/2022, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10173719** e o código CRC **BD9AD85C**.







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 17054/2022/MCOM

Brasília, 19 de julho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ Nº 75.835.702/0001-94)**  
Rua Tânia Aparecida Ceolla Gaudêncio, nº 251 - Centro  
89.540-000 Santa Cecília/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9844/2022/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (SEI nº 10173415), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10173790** e o código CRC **F0AD85F3**.

**Anexos:**

- Nota Técnica 9844 (10173719)
- Requerimento Modelo (10173415)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 17054/2022/MCOM - Processo nº 53115.017788/2021-03 - Nº SEI: 10173790



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |                                    |                                                                                                    |  |
|---------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>CNPJ:</b>                    |                                    | <b>CEP da sede:</b>                                                                                |  |
| <b>Endereço da sede:</b>        |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>E-mail de contato:</b>       |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  | ( ) Radiodifusão sonora            | ( ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais |  |
|                                 | ( ) Radiodifusão de sons e imagens |                                                                                                    |  |
| <b>Período da renovação:</b>    |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>Localidade da renovação:</b> |                                    | <b>UF:</b>                                                                                         |  |

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura do representante legal**





ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>RELATIVOS<br/>À PESSOA<br/>JURÍDICA E<br/>AOS SÓCIOS</b> | (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                             | (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. |
|                                                             | (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                             | (d) prova de inscrição no CNPJ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                             | (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                             | (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                             | (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                                             | (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |





**Data de Envio:**

19/07/2022 16:20:28

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mcom.gov.br>

**Para:**

comercial@alvorada945.com.br  
sabalbinotti@sabalbinotti.com.br  
acs.souza1967@gmail.com  
processos@sulradio.com.br  
sulradioprocessos@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03

INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10173790.html  
Nota\_Tecnica\_10173719.html  
Requerimento\_10173415\_000\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2022.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar ▾ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

75.835.702/0001-94

Razão Social

Pesquisar

10 ▾



1 / 1



Razão Social



CNPJ



Emails

RADIO ALVORADA DE SANTA  
CECILIA LTDA

75.835.702/0001-  
94

comercial@alvorada945.com.br, sabalbinotti@sabalbinotti.com.br, acs.souza1967@gmail.com,  
processos@sulradio.com.br, sulradioprocessos@gmail.com

10 ▾



1 / 1



E/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 29078/2022/MCOM

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ Nº 75.835.702/0001-94)**  
Rua Tânia Aparecida Ceolla Gaudêncio, nº 251 - Centro  
89.540-000 Santa Cecília/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reencaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 9844/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 16/12/2022, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10510125** e o código CRC **DF933A66**.

**Anexos:**

- Nota Técnica n.º 9844 (SEI 10173719).
- Requerimento (SEI 10173415).

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29078/2022/MCOM - Processo nº 53115.017788/2021-03 - Nº SEI: 10510125



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Data de Envio:**

16/12/2022 14:20:12

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

comercial@alvorada945.com.br  
sabalbinotti@sabalbinotti.com.br  
acs.souza1967@gmail.com  
processos@sulradio.com.br  
sulradioprocessos@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03

INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10173790.html  
Nota\_Tecnica\_10173719.html  
Anexo\_10191115\_CADSEI\_019.png



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Maxwell Garcia da Silva

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

75.835.702/0001-94

Razão Social

[Pesquisar](#)

| 10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/> |                    |                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Razão Social                                                                                   | CNPJ               | Emails                                                                                                                                          |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                                           | 75.835.702/0001-94 | comercial@alvorada945.com.br, sabalbinotti@sabalbinotti.com.br, acs.souza1967@gmail.com, processos@sulradio.com.br, sulradioprocessos@gmail.com |
| 10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/> |                    |                                                                                                                                                 |

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf](https://gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf)<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> Radio Alvorada                                                                        |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> acs.souza1967@gmail.com                           |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2032                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                                |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                             |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 4.5764kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1              |

## Informações da Estação



24/10/2021 10:04:01 emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

| Informações Gerais                    |                                         |
|---------------------------------------|-----------------------------------------|
| Número da Estação: 1004756000         | Número Indicativo: ZYR925               |
| Data Último Licenciamento: 21/07/2023 | Número da Licença: 53500.057029/2023-93 |

| Estação Principal          |                             |                      |
|----------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Localização                |                             |                      |
| Latitude: 26° 58' 48.79" S | Longitude: 50° 25' 23.30" W | Cota da base: 1180 m |

| Transmissor Principal                    |                              |
|------------------------------------------|------------------------------|
| Código Equipamento: 002850402252         | Modelo: FM 3000              |
| Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP | Potência de Operação: 3.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal |                                         |                           |                     |
|--------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------|---------------------|
| Modelo: LCF78-50JA             | Fabricante: RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                           |                     |
| Comprimento da Linha: 60 m     | Atenuação: 1.11 dB/100m                 | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50 ohms |

| Antena Principal |                                 |                     |                       |           |                     |
|------------------|---------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------|---------------------|
| Modelo: EB 7/8-4 | Fabricante: EVOLUTION BROADCAST |                     |                       |           |                     |
| Ganho: 3 dBd     | Beam-Tilt: 5 °                  | Orientação NV: 60 ° | Polarização: Circular | HCl: 46 m | ERP Máxima: 4.58 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.21             | 5°: 1.21   | 10°: 1.28  | 15°: 1.31  | 20°: 1.31  | 25°: 1.31  | 30°: 1.31  | 35°: 1.36  | 40°: 1.39  | 45°: 1.39  | 50°: 1.39  | 55°: 1.39  |
| 60°: 1.39            | 65°: 1.39  | 70°: 1.39  | 75°: 1.39  | 80°: 1.39  | 85°: 1.34  | 90°: 1.34  | 95°: 1.3   | 100°: 1.3  | 105°: 1.3  | 110°: 1.25 | 115°: 1.21 |
| 120°: 1.21           | 125°: 1.25 | 130°: 1.25 | 135°: 1.39 | 140°: 1.47 | 145°: 1.75 | 150°: 1.93 | 155°: 2.12 | 160°: 2.52 | 165°: 2.83 | 170°: 3.15 | 175°: 3.71 |
| 180°: 3.94           | 185°: 4.31 | 190°: 4.56 | 195°: 5.22 | 200°: 5.25 | 205°: 5.5  | 210°: 5.79 | 215°: 5.94 | 220°: 6.09 | 225°: 6.2  | 230°: 6.28 | 235°: 6.4  |
| 240°: 6.4            | 245°: 6.34 | 250°: 6.25 | 255°: 6.2  | 260°: 6.09 | 265°: 5.9  | 270°: 5.73 | 275°: 5.5  | 280°: 5.25 | 285°: 4.91 | 290°: 4.53 | 295°: 4.23 |
| 300°: 3.94           | 305°: 3.59 | 310°: 2.99 | 315°: 2.59 | 320°: 2.15 | 325°: 1.76 | 330°: 1.66 | 335°: 1.56 | 340°: 1.47 | 345°: 1.45 | 350°: 1.39 | 355°: 1.3  |

| Coordenadas por radial                        |                                               |                                               |                                                |                                               |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 26°47'51.95" S<br>Lon 50°25'23.3" W   | 5°: Lat 26°48'3.9" S<br>Lon 50°24'20.09" W    | 10°: Lat 26°48'25.27" S<br>Lon 50°23'20.13" W | 15°: Lat 26°48'18.88" S<br>Lon 50°22'14.21" W  | 20°: Lat 26°48'35.96" S<br>Lon 50°21'13.41" W | 25°: Lat 26°49'36.39" S<br>Lon 50°20'34.69" W  | 30°: Lat 26°49'36.26" S<br>Lon 50°19'25.91" W  | 35°: Lat 26°50'44.99" S<br>Lon 50°18'3.73" W   | 40°: Lat 26°51'27.22" S<br>Lon 50°18'28.14" W  | 45°: Lat 26°51'14.14" S<br>Lon 50°16'53.99" W  | 50°: Lat 26°52'7.64" S<br>Lon 50°16'27.75" W   | 55°: Lat 26°53'18.01" S<br>Lon 50°16'34.08" W  |
| 60°: Lat 26°54'47.89" S<br>Lon 50°17'35.79" W | 65°: Lat 26°56'29.39" S<br>Lon 50°19'48.21" W | 70°: Lat 26°56'31.56" S<br>Lon 50°18'20.88" W | 75°: Lat 26°56'55.03" S<br>Lon 50°17'27.95" W  | 80°: Lat 26°57'14.14" S<br>Lon 50°15'23.36" W | 85°: Lat 26°57'59" S<br>Lon 50°14'49.86" W     | 90°: Lat 26°58'48.31" S<br>Lon 50°13'43.5" W   | 95°: Lat 26°59'41.86" S<br>Lon 50°13'56.68" W  | 100°: Lat 27°0'43.15" S<br>Lon 50°13'12" W     | 105°: Lat 27°1'15.1" S<br>Lon 50°15'8.81" W    | 110°: Lat 27°2'37.82" S<br>Lon 50°13'35.29" W  | 115°: Lat 27°3'37.93" S<br>Lon 50°13'45.87" W  |
| 120°: Lat 27°4'31" S<br>Lon 50°14'16.78" W    | 125°: Lat 27°6'4.9" S<br>Lon 50°13'42.88" W   | 130°: Lat 27°6'45.47" S<br>Lon 50°14'44.55" W | 135°: Lat 27°6'56.43" S<br>Lon 50°16'15.12" W  | 140°: Lat 27°7'55.29" S<br>Lon 50°16'47.79" W | 145°: Lat 27°8'41.02" S<br>Lon 50°17'37.13" W  | 150°: Lat 27°9'56.02" S<br>Lon 50°18'10.2" W   | 155°: Lat 27°10'5.63" S<br>Lon 50°19'28.48" W  | 160°: Lat 27°10'12.79" S<br>Lon 50°20'43.44" W | 165°: Lat 27°9'59.86" S<br>Lon 50°22'1.19" W   | 170°: Lat 27°9'21.63" S<br>Lon 50°23'17.89" W  | 175°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°24'22.68" W   |
| 180°: Lat 27°9'21.92" S<br>Lon 50°25'23.3" W  | 185°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°26'23.92" W  | 190°: Lat 27°8'34.92" S<br>Lon 50°27'19.45" W | 195°: Lat 27°8'14.51" S<br>Lon 50°28'13.65" W  | 200°: Lat 27°7'59.12" S<br>Lon 50°29'8.4" W   | 205°: Lat 27°7'43.84" S<br>Lon 50°30'3.68" W   | 210°: Lat 27°7'48.76" S<br>Lon 50°31'13.67" W  | 215°: Lat 27°7'15.61" S<br>Lon 50°32'2.14" W   | 220°: Lat 27°6'13.66" S<br>Lon 50°32'22.8" W   | 225°: Lat 27°5'25.98" S<br>Lon 50°32'49.66" W  | 230°: Lat 27°5'5.02" S<br>Lon 50°34'47.24" W   | 235°: Lat 27°4'46.17" S<br>Lon 50°34'57.06" W  |
| 240°: Lat 27°3'53.15" S<br>Lon 50°35'15.97" W | 245°: Lat 27°2'53.97" S<br>Lon 50°35'14.49" W | 250°: Lat 27°2'20.05" S<br>Lon 50°36'16.25" W | 255°: Lat 27°1'35.86" S<br>Lon 50°37'5.26" W   | 260°: Lat 27°0'42.33" S<br>Lon 50°37'29.37" W | 265°: Lat 26°59'49.16" S<br>Lon 50°38'25.39" W | 270°: Lat 26°58'48.15" S<br>Lon 50°38'54.87" W | 275°: Lat 26°57'48.49" S<br>Lon 50°38'9.25" W  | 280°: Lat 26°56'53.39" S<br>Lon 50°37'34.2" W  | 285°: Lat 26°56'4.47" S<br>Lon 50°36'49.27" W  | 290°: Lat 26°55'5.3" S<br>Lon 50°36'50.53" W   | 295°: Lat 26°54'38.91" S<br>Lon 50°35'23.41" W |
| 300°: Lat 26°54'5.13" S<br>Lon 50°34'33.66" W | 305°: Lat 26°53'9.84" S<br>Lon 50°34'25.58" W | 310°: Lat 26°52'4.59" S<br>Lon 50°34'22.93" W | 315°: Lat 26°51'20.86" S<br>Lon 50°34'45.11" W | 320°: Lat 26°50'21.77" S<br>Lon 50°33'19.9" W | 325°: Lat 26°48'32.82" S<br>Lon 50°32'26.38" W | 330°: Lat 26°48'18.18" S<br>Lon 50°32'11.11" W | 335°: Lat 26°47'49.19" S<br>Lon 50°30'20.89" W | 340°: Lat 26°47'42.82" S<br>Lon 50°29'5.97" W  | 345°: Lat 26°48'55.53" S<br>Lon 50°28'21.41" W | 350°: Lat 26°47'43.23" S<br>Lon 50°27'34.77" W | 355°: Lat 26°47'49.73" S<br>Lon 50°26'27.9" W  |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |             |            |             |             |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| 0°: 20.29            | 5°: 20     | 10°: 19.56 | 15°: 20.14 | 20°: 20.14 | 25°: 18.82 | 30°: 19.7  | 35°: 18.24 | 40°: 17.8   | 45°: 19.85 | 50°: 19.26  | 55°: 17.8   |
| 60°: 14.87           | 65°: 10.18 | 70°: 12.38 | 75°: 13.55 | 80°: 16.77 | 85°: 17.5  | 90°: 19.26 | 95°: 18.97 | 100°: 20.43 | 105°: 17.5 | 110°: 20.73 | 115°: 21.17 |





|             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 120°: 21.17 | 125°: 23.51 | 130°: 22.92 | 135°: 21.31 | 140°: 22.05 | 145°: 22.34 | 150°: 23.8  | 155°: 23.07 | 160°: 22.49 | 165°: 21.46 | 170°: 19.85 | 175°: 19.12 |
| 180°: 19.56 | 185°: 19.12 | 190°: 18.38 | 195°: 18.09 | 200°: 18.09 | 205°: 18.24 | 210°: 19.26 | 215°: 19.12 | 220°: 17.94 | 225°: 17.36 | 230°: 18.09 | 235°: 19.26 |
| 240°: 18.82 | 245°: 17.94 | 250°: 19.12 | 255°: 20    | 260°: 20.29 | 265°: 21.61 | 270°: 22.34 | 275°: 21.17 | 280°: 20.43 | 285°: 19.56 | 290°: 20.14 | 295°: 18.24 |
| 300°: 17.5  | 305°: 18.24 | 310°: 19.41 | 315°: 19.56 | 320°: 20.43 | 325°: 23.22 | 330°: 22.49 | 335°: 19.41 | 340°: 17.94 | 345°: 18.97 | 350°: 20.87 | 355°: 20.43 |

|                                                       |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|-------------------------------------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar                                      |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar                                  |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002480300528                      |  |  |  |  |  | Modelo: SP 1000 ágil         |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 1.0 kW |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                     |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|---------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                     |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                     |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 4.58 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                     |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                     |

|                                     |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 187371981                           | 115           | Portaria       | MC    | 17/06/1982   | 21/06/1982 | Outorga      | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500107392017<br>05                           | 1265          | Despacho       | MCTIC | 11/08/2017   | 17/08/2017 | Aprovação de Local | Técnico  |

|                                  |               |                      |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|----------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                      |       |              |            |                                   |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento       | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                  | 11            | Decreto              | PR    | 12/12/1994   | 28/12/1994 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                  | 208           | Exposição de Motivos | MC    | 06/11/1996   | 06/11/1996 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                  | 933           | Decreto Legislativo  | CN    | 01/12/2003   | 02/12/2003 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                  | 286           | Exposição de Motivos | MC    | 26/11/2004   | 24/06/2005 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201<br>7-61         | 11884         | Ato                  | ORLE  | 01/09/2017   | 29/09/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
|                                  | 8806388       | Ato                  | ORLE  | 14/07/2022   |            |                                   |          |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |



Estações 

Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtros

| Ações             | Status                   | CNPJ          | Entidade                             | NumFiel     | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município     | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP    | HCI | Fiel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal  | Observações                                                |
|-------------------|--------------------------|---------------|--------------------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|---------------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|--------|-----|---------------|------|---------------------|----------------------|--------------|------------------------------------------------------------|
|                   |                          | 758357020001  |                                      |             |         | (Todos)    |         |             |    |               |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |        |     |               |      |                     |                      |              |                                                            |
| Visualizar em PDF | PM-C4 (Canal Licenciado) | 7583570200194 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 50414508548 | P       | Comercial  | PM      | 230         | SC | Santa Cecília |                  | 233   |     | 94.5       | A4     | Principal            | 28° 58' 48.79" S | 50° 25' 23.30" W | 4.5764 | 46  |               | 1    | 2023-12-20 10:11:49 |                      | 57bac57c0a25 | Canal planejado em atendimento ao Decreto R.139/2013. (ZC) |







|                                                           |                                                           |            |                              |                               |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda |                                                           |            |                              | CNPJ<br>75835702000194        |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1004756000                               | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>26° 58' 48.79" S | LONGITUDE<br>50° 25' 23.30" W |

|                                                                                             |                            |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN, nº S/Nº. | DISTRITO                   |          |
| BAIRRO<br>CENTRO                                                                            | MUNICÍPIO<br>Santa Cecília | UF<br>SC |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 21/06/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Santa Cecília UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 94.5 MHz CANAL: 233

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 1180

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYR925

NOME FANTASIA: Radio Alvorada NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Santa Cecília

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Santa Cecília UF: SC

NUMERO: 251 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 3.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528 POTÊNCIA: 1.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: EVOLUTION BROADCAST MODELO: EB 7/8-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 60 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 46 m BEAM TILT: 5 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/04/2024 10:58:52



Emitido Em  
21/07/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2020031004ed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU4MmRhMDU2OWQ3NQ==ed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** Radio Alvorada de Santa Cecilia Ltda

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:03:00 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Gabriela Mello dos Santos**

Data/Hora: **26/04/2024 11:03:29**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** Radio Alvorada de Santa Cecilia Ltda

**Nº FISTEL:** 50414508548

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 75835702000194

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio 251

**Bairro:** Centro

**Município:** Santa Cecília

**CEP:** 89540-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO 251

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Santa Cecília

**CEP:** 89540-000

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita      | Est. / Ref. / Parc. | Ano  | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação      | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|--------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|------|---------------|----------------------------|
| 7241 - PPDUR | 0                   | 2017 | 12/11/2017      | R\$ 200,00     | 11/10/2017        | 200,00     | 200,00          | 0001 | Quitado       | 0,00                       |
| 1550         | 0                   | 2018 | 03/10/2018      | R\$ 6.000,00   | 20/09/2018        | 6.000,00   | 6.000,00        | 0002 | Quitado - DOU | 0,00                       |
| 8766 - TFI   | 1                   | 2019 | 11/12/2019      | R\$ 2.600,00   | 11/11/2019        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0003 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 858,00     | 12/05/2020        | 858,00     | 858,00          | 0006 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 130,00     | 12/05/2020        | 130,00     | 130,00          | 0007 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 858,00     | 25/03/2021        | 858,00     | 858,00          | 0008 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 130,00     | 25/03/2021        | 130,00     | 130,00          | 0009 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2022 | 31/03/2022      | R\$ 858,00     | 18/03/2022        | 858,00     | 858,00          | 0010 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2022 | 31/03/2022      | R\$ 130,00     | 18/03/2022        | 130,00     | 130,00          | 0011 | Quitado       | 0,00                       |
| 7242 - PPDUR | 1                   | 2022 | 10/08/2022      | R\$ 280,70     | 12/07/2022        | 280,70     | 280,70          | 0012 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 858,00     | 22/03/2023        | 858,00     | 858,00          | 0013 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 130,00     | 20/03/2023        | 130,00     | 130,00          | 0014 | Quitado       | 0,00                       |
| 8766 - TFI   | 1                   | 2023 | 23/08/2023      | R\$ 2.600,00   | 19/07/2023        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0015 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 858,00     | 22/03/2024        | 858,00     | 858,00          | 0016 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 130,00     | 22/03/2024        | 130,00     | 130,00          | 0017 | Quitado       | 0,00                       |

**Total devido em 26/04/2024 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 26/04/2024 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

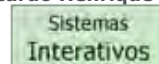
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita                                                                                       |
|-------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento                                                         |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite                                              |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações                                              |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP                                                |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados                                              |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC                                         |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização                                                          |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados                                                             |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC                                                                     |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ                                                                        |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão                                                   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração                                                      |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade                                             |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite                                            |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite                                              |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar                                                   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU                                                       |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST                                                       |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC                                               |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição                                                               |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC                                                                         |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta                                                                 |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC                                          |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada                                         |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS                                                                              |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações                                               |
| 2129              | 9129             | DIVIDAATIVA                                                                                   |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA                                                                       |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos                                                        |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade                                                   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade                                                     |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação                                                                      |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória                                                    |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | M U L T A / J U R O S                                                                         |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea                                                                  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD                                                                    |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício                                                                        |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública                                           |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas                                                               |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais                                                           |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente                                                    |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias                                                            |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas                                                            |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos                                                                      |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício                                                              |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços                                                      |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea                                                                     |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://trileg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|      |      |                                                                                                                       |
|------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis                                                                                                |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos                                                                                 |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)                                                                                   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)                                                                              |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias                                                                                          |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial                                                                                            |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios                                                                                               |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta                                                   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa                                                      |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços                                                                                                       |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário                                                                                           |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão                                                                  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa                                            |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo                                                                                           |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo                                                          |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados                                                                                               |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI                                                                            |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos                                                                                             |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros                                                                                                 |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição                                                                 |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro                                                                |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos                                                                     |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade                                                          |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )                                                 |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)                                                                     |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências                                                           |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem                                                        |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME                                                                                                |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G                                             |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz                                              |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)                                        |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite                                                                  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações                                               |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite                                                 |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )                                                 |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência                                                                  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração                                                      |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação                                                                                    |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite                                                                         |
| 8801 | 9801 | Caução                                                                                                                |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias                                                                                  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN                                                          |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)                                                                    |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício                                                                         |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações                                                                                             |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI                                                                  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício                                                                                       |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas                                                                                     |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores                                                                 |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações                                                                                                   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício                                                                                      |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://trilog-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b>             |                                | CNPJ                                 |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CNPJ:</b>                         |                                | 75.835.702/0001-94                   |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA |                                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                                 | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO                              | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA    | <a href="#">085.026.699-82</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                              | 3817794    | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA              | <a href="#">495.183.130-91</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADOR)            | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                                      |                                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                              | 11453383   | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA           | <a href="#">576.160.350-00</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 26/04/2024

Hora: 11:04:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BOM DIA  
Gabriela Mello dos Santos

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF      |                       |                                      |                           |       |            |          |          |          |      |    |               |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|---------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 085.026.699-82        |                       |                                      |                           |       |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                              | CNPJ/CPF              | ENTIDADE MC                          | CNPJ                      | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA | <u>085.026.699-82</u> | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <u>83.399.980/0001-74</u> | Sócio | 100000     | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                                   |                       | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <u>75.835.702/0001-94</u> | Sócio | 3817794    | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **03192948116 - Gabriela Mello dos Santos**

Data: **26/04/2024**

Hora: **11:04:18**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:       |                                | CPF                                  |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |               |
|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
|                         |                                | CPF: 495.183.130-91                  |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                    | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA | <a href="#">495.183.130-91</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                         |                                | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <a href="#">83.399.980/0001-74</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                         |                                | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <a href="#">83.399.980/0001-74</a> | Sócio                   | 300000     | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                         |                                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                   | 11453383   | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 26/04/2024

Hora: 11:04:25



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:          |                       | CPF                                  |                           |                                    |            |          |          |          |          |    |               |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|---------------|
|                            |                       | CPF: 576.160.350-00                  |                           |                                    |            |          |          |          |          |    |               |
| NOME                       | CNPJ/CPF              | ENTIDADE MC                          | CNPJ                      | CARGO                              | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO     |
| NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA | <u>576.160.350-00</u> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <u>75.835.702/0001-94</u> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --       | SC | Santa Cecília |
|                            |                       | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <u>83.399.980/0001-74</u> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --       | SC | Fraiburgo     |
|                            |                       | RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA        | <u>01.850.436/0001-32</u> | Diretor (DIRETORA)                 | 0          | --       | --       | OM       | Regional | SC | Videira       |
|                            |                       | RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA        | <u>01.850.436/0001-32</u> | Sócio                              | 14000      | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | SC | Videira       |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 26/04/2024

Hora: 11:04:31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BOM DIA  
Gabriela Mello dos Santos

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 75.835.702/0001-94 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **03192948116 - Gabriela Mello dos Santos**

Data: **26/04/2024**

Hora: **11:04:45**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ                                                                                                                                                                                          | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b>                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                                 |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b>                                                                                                                                                                               |                                                     | PORTE<br><b>ME</b>                              |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                                                                                                                                                      |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b><br><b>73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b> |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                                                                                                                                                             |                                                     |                                                 |
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b>                                                                                                                                                                                             | NÚMERO<br><b>251</b>                                | COMPLEMENTO<br><b>*****</b>                     |
| CEP<br><b>89.540-000</b>                                                                                                                                                                                                                            | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b>                    | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b>               |
| UF<br><b>SC</b>                                                                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                                 |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO                                                                                                                                                                                                                                 |                                                     | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b>               |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b>                                                                                                                                                                                                   |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>                                                                                                                                                                                                                  |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL                                                                                                                                                                                                                        |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>                                                                                                                                                                                                                   |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/04/2024** às **11:06:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
75.835.702/0001-94  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:**  
05-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/04/2024 às 11:06 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94  
**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**Endereço:** - RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO 251 - / - / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/04/2024 a 14/05/2024

**Certificação Número:** 2024041519441432472989

Informação obtida em 26/04/2024 11:06:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão nº: 29036144/2024

Expedição: 26/04/2024, às 11:07:04

Validade: 23/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

CPF/CNPJ: **75.835.702/0001-94**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:07:24 do dia 26/04/2024 , com validade até o dia 26/05/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ljGUV5nBnKL80I90muhm

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 2140738**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

Raiz do CNPJ: 75.835.702

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : SANTA CECILIA

Endereço da sede : r tania aparecida ceolla gaudencio 251

Certidão emitida às 11:17 de 26/04/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 12:20:19 do dia 22/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2024.

Código de controle da certidão: **E8BE.6442.88EE.DC98**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
CNPJ/CPF: **75.835.702/0001-94**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **240140023198118**  
Data de emissão: **22/01/2024 14:40:58**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **20/07/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

**Este documento foi assinado digitalmente**  
Impresso em: 26/04/2024 11:15:29

Assinado por: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 26/04/2024

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5







**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Samuel Renovato de Lima - Diretor-Presidente da Fundação Eurico Bergsten - Funeb.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Siqueira Campos, estado do Paraná.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Pedro Nogueira Barboza - representante legal da Fundação Cultural São Francisco de Assis.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Maristela Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Maristela Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Torres, estado do Rio Grande do Sul.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Jaime Pedro Kohl - administrador da Rádio Maristela Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Poxoréu, estado do Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA DE ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Antônio Fagundes Neto - administrador da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Costa do Sol Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Costa do Sol Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araruama, estado do Rio de Janeiro.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Manoel Diamantino da Costa - administrador da Rádio Costa do Sol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ary Correa Ramos - administrador da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Nilton Pereira Matias - procurador da Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Assunção Cearense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Assunção Cearense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sobral, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Carlos Roberto Costa Filho - administrador da Rádio Assunção Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mirassol, estado de São Paulo.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Deivar Paschoalon - procurador da Rádio Difusora de Mirassol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São João Nepomuceno, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Dulcineia Aparecida Detoni de Freitas e/ou Michelle Detoni de Freitas - administradoras da Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Carmelindo Romildo Roos - administrador da Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Osório Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Osório Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Elias Silveira dos Santos - procurador da Rádio Osório Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sousa, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Homero de Sá Pires - administrador da Rádio Progresso de Sousa Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Sul Cearense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Rádio Sul Cearense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Brejo Santo, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldénia Assunção Tavares Farias - procuradora da Rádio Sul Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araxá, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Enio Braga de Araújo - administrador da Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Crato, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Raimundo de Sousa Lima - administrador da Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rodolfo Machado Moura e/ou Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Solange de Castro Almeida - administradora da Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA, Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.





TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, ESTADO DA SANTA CATARINA.

Aos 07 dias do mês de NOVEMBRO do ano dois mil e dezessete, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.835.702/0001-94, representada por seu administrador, **ARY CORREA RAMOS**, inscrito no CPF n.º 066.498.749-49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, por meio da Portaria n.º 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.** o canal 233 (duzentos e trinta e três), correspondente à frequência 94,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto Legislativo n.º 933, de 1º de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 2, de dezembro de 2003, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.


**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

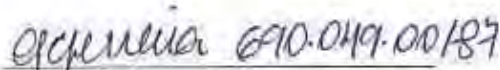
**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

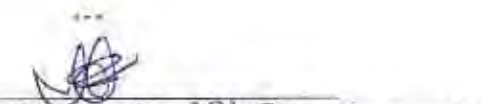
**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência Tecnologia  
Inovações e Comunicações**

  
\_\_\_\_\_  
Permissionária

  
Testemunha

  
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 13/10/2016, às 19:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016,



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 1414567 e o código CRC 9E0FAE52.





**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 931, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GOIANAPOLINA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL - FM (AGDA-FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico-Cultural - FM (AGDA-FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 932, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CANTANHEDE (ACCCTMA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCTMA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 933, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 27 de dezembro de 1994, que renova, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 934, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE ITACARAMBI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 935, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 936, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 24 de agosto de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 937, DE 2003**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 576, de 24 de setembro de 2001, que renova, a partir de 06 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 938, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA ASTOLFO DUTRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Rádio

Difusora Astolfo Dutra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 939, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à IBIAPINA RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Murum, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 366, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Murum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 940, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 27 de maio de 1997, que renova, a partir de 7 de junho de 1993, a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 941, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA FORMIGUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 1º de outubro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1990, a concessão da Rádio Difusora Formiguesense Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:



DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994

Renova a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29820.000195/92-90,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. concedida pela Portaria nº 115, de 17 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 1994; 173ª da Independência e 106ª da República.

ITAMAR FRANCO  
*Djalma Bastos de Moraes*







Portaria n.º 115, de 17 de 06 de 1982

O Ministro de Estado das CO  
MUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do  
Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que  
consta do Processo MC nº 18.737/81 (Edital nº 118/81),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32  
do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decre  
to nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à RÁDIO ALVORADA DE SANTA  
CECILIA LTDA., para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma  
estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na  
cidade de Santa Cecilia, Estado de Santa Catarina.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor  
do com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor  
na data de sua publicação.

Haroldo Corrêa de Sá  
Ministro de Estado das Comunicações





CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA  
Nº 115 , DE 17 DE 06 DE 1982

I

Fica assegurada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Santa Cecilia, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, com as características de operação de acordo com as Normas Técnicas para Execução de Emissoras de Radiodifusão Sonora em Onda Média.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona



mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à permissionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, convocadas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Imprensa e Divulgação, para a transmissão de assunto de relevante interesse nacional;





m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au





torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.

#### V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

#### VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



## VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

## VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

## IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explícitas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a

**não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticidade eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).                                                                                                                            | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |



|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.                                                      | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### **II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### **MINUTA DE PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas





médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Data de Envio:**

02/05/2024 13:05:41

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Qui, 02/05/2024 13:36

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quinta-feira, 2 de maio de 2024 13:05**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIjNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIjNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...)

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.017788/2021-03**Entidade:** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**CNPJ nº:** 75.835.702/0001-94**FISTEL nº:** 50414508548**Localidade:** Santa Cecília/SC**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 02/07/2021**Período:** 21/06/2022 a 21/06/2032**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, **adaptada**.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                            | SEI nº                | Base Legal                                                                                                                                                                                                  | Observações                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | *7825139<br>Págs. 1-2 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | *Requerimento subscrito pelo representante legal da entidade à época, Antônio Carlos de Souza (SEI 7825139 - Págs. 82). |
| Declaração:<br><br>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;                                          | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10624552<br>Págs. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".                            |                                                                                                                         |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                  |                               |                                                                                                                                                                                         |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>                                                                                                                                                                                                                               | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                  |                                 |                                                                                                                                                                                                                 |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p>   | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>                                                                                                             | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p>   | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>                                                                      | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p>   | <p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>                                                                                                                              |  |
| <p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>                                                                                                                                                                                                                                                                  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11496675<br/>Págs. 10-14</p> | <p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>                                                                          |  |

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                     | SEI nº                        | Base Legal                                                                                                                                           | Observações |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 7-8</p> | <p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p> |             |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

|                                                                                                                  |                                         |                                                  |                                                                                                                                                    |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496907<br>Pág. 6                               | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X". |  |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;      | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496907<br>Págs. 1-2                            | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".  |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F 11496907<br>Pág. 7                             | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".       |  |
|                                                                                                                  |                                         | E 11496907<br>Pág. 8<br><br>M 7825139<br>Pág. 96 |                                                                                                                                                    |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496675<br>Pág. 6                               | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".     |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;  | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS 11496907<br>Pág. 7                          | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".     |  |
|                                                                                                                  |                                         | FGTS 11496907<br>Pág. 3                          |                                                                                                                                                    |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                         |                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                         |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496907<br>Pág. 4                                                                                                                                                                          | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".                                                                                             |  |
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:<br>(i) certidão de nascimento ou casamento;<br>(ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.<br><br>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | <b>NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA</b><br>10624552<br>Pág. 11<br><br><b>ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA</b><br>10624552<br>Pág. 10<br><br><b>ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA</b><br>10624552<br>Pág. 9 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".                                                                                              |  |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | (X) Sim<br>( ) Não                      | 11496675<br>Págs. 4-5                                                                                                                                                                       | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII". |  |
| 12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | ( ) Sim<br>(X) Não                      | 11496675<br>Págs. 7-9                                                                                                                                                                       | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".                                                                                                   |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |                    |                                                                                      |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga; | (X) Sim<br>( ) Não | 11506482           | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V". |  |
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | ( ) Sim<br>(X) Não | 11496907<br>Pág. 5 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.                    |  |

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Conformidade                            | SEI nº | Base Legal                                                                                                              | Observações |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990; | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. |             |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.                                                                          |             |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a                  |

| Conclusão                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|
| A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação. |





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11496908** e o código CRC **AAA43B33**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

SEI nº 11496908



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 7698/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.017788/2021-03

INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 75.835.702/0001-94** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414508548**, referente ao período de 21 de junho de 2022 a 21 de junho de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda** outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria nº 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de junho de 1982 (SEI11497260 - Págs. 6-11). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 11497260 - Págs. 1-3).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002**. De acordo com o Decreto s/nº, de 27 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 1992**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 933, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de dezembro de 2003 (SEI 11497260 - Págs. 4-5).

8. Concernente ao período de **2002-2012**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 5 de março de 2002, gerando o protocolo nº 53740.000089/2002-87, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de dezembro de 2001 e 21 de março de 2002. Após a análise do processo, os órgãos técnico e jurídico desta Pasta Ministerial se posicionaram favoravelmente pelo deferimento do pedido (SEI0619604 - Págs. 73-79). Na sequência, os autos foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, no entanto, em razão de mudança de titularidade da pasta, o processo foi restituído, o que resultou em nova instrução processual. Desta forma, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

9. Quanto ao período de **2012-2022**, a interessada protocolou o requerimento de renovação no dia 5 de março de 2012, sob o nº 53000.010767/2012-55. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, ou seja, entre 21 de dezembro de 2011 e 21 de março de 2012. De igual modo, o referido processo administrativo passou por várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11497454).



14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de julho de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2022-2032** (SEI 7825139 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de junho de 2021 a 21 de junho de 2022.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11496908). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11496908).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Págs. 10-14).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Antônio Carlos de Souza e o sócio Ângelo Antônio Pagnussat de Souza compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC. Já a administradora Neliege Pagnussat de Souza participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Videira/SC.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI11496675 - Págs. 1-3). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11506482).

21. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11496908).



Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de julho de 2023, com validade até 21 de junho de 2032 (SEI 11496675 - Págs. 4-5).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11496675 - Págs. 7-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11497454).

## CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497261** e o código CRC **039176FA**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11497507)
- Minuta Exposição de Motivos (11497509)

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497261



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497507** e o código CRC **1000DAC1**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497507

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94) nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497509** e o código CRC **2A54CE76**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497509

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13107, DE 6 DE MAIO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/05/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510976** e o código CRC **1AD8CAFE**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510976



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 06 de maio de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13107, de 6 de maio de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94) nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/05/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510983** e o código CRC **99EF32F7**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510983



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50345/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13107/2024 (11510976) e a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 7698/2024 (11497261), encaminho a Portaria nº 13107/2024 (11510976) e a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/05/2024, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510992** e o código CRC **7A830D0B**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510992



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>


c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 13/05/2024 16:57:24  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10330937  
**Data prevista de publicação:** 14/05/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias   |                                |                                  |              |            |
|------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------|------------|
| Sequencial | Arquivo(s)                     | MD5                              | Tamanho (cm) | Valor      |
| 21623865   | ATO DESPACHO NA 212.rtf        | 9c45f0d644a08fd9643677e1a3d7ca7d | 4,00         | R\$ 155,68 |
| 21623866   | ATO PORTARIA MCOM NA 13068.rtf | b7e8c2a83574a712bcbb11bbf2bb6e1c | 7,00         | R\$ 272,44 |
| 21623907   | ATO PORTARIA MCOM NA 13069.rtf | d91605e255a65bcbdf9271375aab3564 | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623908   | ATO PORTARIA MCOM NA 13075.rtf | 0f44130fe92d1edfd941c27fe8e3b0cc | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623909   | ATO PORTARIA MCOM NA 13071.rtf | 42e3f1eda2fca428fdda04792880edc6 | 11,00        | R\$ 428,12 |
| 21623910   | ATO PORTARIA MCOM NA 13106.rtf | a9ba54753a80ed3e2bfd73e5dad1d118 | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623911   | ATO PORTARIA MCOM NA 13074.rtf | 957f86d6c4f2293e446498d0fcec2a8d | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623912   | ATO PORTARIA MCOM NA 13077.rtf | 6f8e03df06e3409650b926c45bf6256e | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623913   | ATO PORTARIA MCOM NA 13095.rtf | 66b8e6501818e984d490a79ad901cad0 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623914   | ATO PORTARIA MCOM NA 13096.rtf | 9a83be8ac1905fd1e2016e51f53759b4 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623915   | ATO PORTARIA MCOM NA 13099.rtf | 909a2b9aae11f0a39657564dd39f027f | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623916   | ATO RETIFICACAO..rtf           | e5196b8354d6796ea32bcbf2aeb16517 | 15,00        | R\$ 583,80 |
| 21623917   | ATO PORTARIA MCOM NA 13100.rtf | 3c53e7a6ffca237fefc23e7a77d8f434 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623918   | ATO PORTARIA MCOM NA 13101.rtf | ebae67896ae7d9b19087319d3661bf88 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623919   | ATO PORTARIA MCOM NA 13102.rtf | 8b46559907c2d82412283d41e78f054c | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623920   | ATO PORTARIA MCOM NA 13104.rtf | a0307040c68a99539e5a7edc52163d8a | 9,00         | R\$ 350,28 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
gov.br/recibo.do?idof=10330937  
https://mtdg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

1/2

13/05/2024, 16:57

Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

|                 |                                 |                                  |        |               |
|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|--------|---------------|
| 21623921        | ATO PORTARIA MCOM NA 13026..rtf | a40d6ec68d69252948ea3a69ae7ae156 | 11,00  | R\$ 428,12    |
| 21623922        | ATO PORTARIA MCOM NA 13028.rtf  | 92c9249753ffc19b05a24b60f6a23992 | 11,00  | R\$ 428,12    |
| 21623923        | ATO PORTARIA MCOM NA 13025.rtf  | 213e5edd0a9f057cc16e02a2f0fb6d85 | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623924        | ATO PORTARIA MCOM NA 13023.rtf  | 8682bf27985849deb96054ae0019bfca | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623925        | ATO PORTARIA MCOM NA 12997.rtf  | 5ca8c74a266da71c005281953f30c1be | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623926        | ATO PORTARIA MCOM NA 12996.rtf  | 1931efa65b622aa895c80597efe9818c | 16,00  | R\$ 622,72    |
| 21623927        | ATO PORTARIA MCOM NA 13031.rtf  | 14c31e93b0c42dd17d22851788dd7206 | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623928        | ATO PORTARIA MCOM NA 12995.rtf  | 7d4191d8a782dab53f23e08beeeafa66 | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623929        | ATO PORTARIA MCOM NA 12994.rtf  | 67c4cd64d38935ff2c1eae86ce8ec51a | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623930        | ATO PORTARIA MCOM NA 13060..rtf | ea54c8de70ae74e9384234331f2c5bad | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623931        | ATO PORTARIA MCOM NA 13004.rtf  | 56c98c6a236796b6c109d1aecdf361af | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623932        | ATO PORTARIA MCOM NA 13019.rtf  | 009d298cf3f6477b52fcf0f15a38247e | 6,00   | R\$ 233,52    |
| 21623933        | ATO PORTARIA MCOM NA 13036.rtf  | b0ad6483d36fe29b480a66c54682ebee | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623934        | ATO PORTARIA MCOM NA 13048.rtf  | 3a3964714e0b89ea46ba7e1db634c6dd | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623935        | ATO PORTARIA MCOM NA 13107.rtf  | 1f1bf52bf93e16a4a8ada77b5dd7a517 | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623936        | ATO PORTARIA MCOM NA 13070.rtf  | 24dc3a2fc1e66c27d917aabb9b55734  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| TOTAL DO OFICIO |                                 |                                  | 292,00 | R\$ 11.364,64 |



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/05/2024 | Edição: 92 | Seção: 1 | Página: 15  
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.107, DE 6 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> Radio Alvorada                                                                        |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> acs.souza1967@gmail.com                           |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2032                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                                |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                             |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 4.5764kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1              |

## Informações da Estação



24.09.2015 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1004756000         | <b>Número Indicativo:</b> ZYR925               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 21/07/2023 | <b>Número da Licença:</b> 53500.057029/2023-93 |

| Estação Principal                 |                                    |                             |
|-----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| Localização                       |                                    |                             |
| <b>Latitude:</b> 26° 58' 48.79" S | <b>Longitude:</b> 50° 25' 23.30" W | <b>Cota da base:</b> 1180 m |

| Transmissor Principal                           |                                     |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002850402252         | <b>Modelo:</b> FM 3000              |
| <b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP | <b>Potência de Operação:</b> 3.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |                                                |                                  |                            |
|-----------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF78-50JA         | <b>Fabricante:</b> RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 60 m | <b>Atenuação:</b> 1.11 dB/100m                 | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Principal        |                                        |                            |                              |                  |                            |
|-------------------------|----------------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> EB 7/8-4 | <b>Fabricante:</b> EVOLUTION BROADCAST |                            |                              |                  |                            |
| <b>Ganho:</b> 3 dBd     | <b>Beam-Tilt:</b> 5 °                  | <b>Orientação NV:</b> 60 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 46 m | <b>ERP Máxima:</b> 4.58 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.21             | 5°: 1.21   | 10°: 1.28  | 15°: 1.31  | 20°: 1.31  | 25°: 1.31  | 30°: 1.31  | 35°: 1.36  | 40°: 1.39  | 45°: 1.39  | 50°: 1.39  | 55°: 1.39  |
| 60°: 1.39            | 65°: 1.39  | 70°: 1.39  | 75°: 1.39  | 80°: 1.39  | 85°: 1.34  | 90°: 1.34  | 95°: 1.3   | 100°: 1.3  | 105°: 1.3  | 110°: 1.25 | 115°: 1.21 |
| 120°: 1.21           | 125°: 1.25 | 130°: 1.25 | 135°: 1.39 | 140°: 1.47 | 145°: 1.75 | 150°: 1.93 | 155°: 2.12 | 160°: 2.52 | 165°: 2.83 | 170°: 3.15 | 175°: 3.71 |
| 180°: 3.94           | 185°: 4.31 | 190°: 4.56 | 195°: 5.22 | 200°: 5.25 | 205°: 5.5  | 210°: 5.79 | 215°: 5.94 | 220°: 6.09 | 225°: 6.2  | 230°: 6.28 | 235°: 6.4  |
| 240°: 6.4            | 245°: 6.34 | 250°: 6.25 | 255°: 6.2  | 260°: 6.09 | 265°: 5.9  | 270°: 5.73 | 275°: 5.5  | 280°: 5.25 | 285°: 4.91 | 290°: 4.53 | 295°: 4.23 |
| 300°: 3.94           | 305°: 3.59 | 310°: 2.99 | 315°: 2.59 | 320°: 2.15 | 325°: 1.76 | 330°: 1.66 | 335°: 1.56 | 340°: 1.47 | 345°: 1.45 | 350°: 1.39 | 355°: 1.3  |

| Coordenadas por radial                        |                                               |                                               |                                                 |                                                |                                                |                                                    |                                                  |                                                |                                                |                                                |                                                |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 26°47'51.95" S<br>Lon 50°25'23.3" W   | 5°: Lat 26°48'3.9" S<br>Lon 50°24'20.09" W    | 10°: Lat 26°48'25.27" S<br>Lon 50°23'20.13" W | 15°: Lat 26°48'18.88" S<br>Lon 50°22'14.21" W   | 20°: Lat 26°48'35.96" S<br>Lon 50°21'13.41" W  | 25°: Lat 26°49'36.39" S<br>Lon 50°20'34.69" W  | 30°: Lat 26°49'36.26" S<br>Lon 50°19'25.91" W      | 35°: Lat 26°50'44.99" S<br>Lon 50°18'50.19" W    | 40°: Lat 26°51'27.22" S<br>Lon 50°18'28.14" W  | 45°: Lat 26°51'14.14" S<br>Lon 50°16'53.99" W  | 50°: Lat 26°52'7.64" S<br>Lon 50°16'27.75" W   | 55°: Lat 26°53'18.01" S<br>Lon 50°16'34.08" W  |
| 60°: Lat 26°54'47.89" S<br>Lon 50°17'35.79" W | 65°: Lat 26°56'29.39" S<br>Lon 50°19'48.21" W | 70°: Lat 26°56'31.56" S<br>Lon 50°18'20.88" W | 75°: Lat 26°56'55.03" S<br>Lon 50°17'27.95" W   | 80°: Lat 26°57'14.14" S<br>Lon 50°15'23.36" W  | 85°: Lat 26°57'59" S<br>Lon 50°14'49.86" W     | 90°: Lat 26°58'48.31" S<br>Lon 50°13'50.13'43.5" W | 95°: Lat 26°59'41.86" S<br>Lon 50°13'56.68" W    | 100°: Lat 27°0'43.15" S<br>Lon 50°13'12" W     | 105°: Lat 27°1'15.1" S<br>Lon 50°15'8.81" W    | 110°: Lat 27°2'37.82" S<br>Lon 50°13'35.29" W  | 115°: Lat 27°3'37.93" S<br>Lon 50°13'45.87" W  |
| 120°: Lat 27°4'31" S<br>Lon 50°14'16.78" W    | 125°: Lat 27°6'4.9" S<br>Lon 50°13'42.88" W   | 130°: Lat 27°6'45.47" S<br>Lon 50°14'44.55" W | 135°: Lat 27°6'56.43" S<br>Lon 50°16'15.12" W   | 140°: Lat 27°7'55.29" S<br>Lon 50°16'47.79" W  | 145°: Lat 27°8'41.02" S<br>Lon 50°17'37.13" W  | 150°: Lat 27°9'56.02" S<br>Lon 50°18'10.2" W       | 155°: Lat 27°10'5.63" S<br>Lon 50°19'28.48" W    | 160°: Lat 27°10'12.79" S<br>Lon 50°20'43.44" W | 165°: Lat 27°9'59.86" S<br>Lon 50°22'1.19" W   | 170°: Lat 27°9'21.63" S<br>Lon 50°23'17.89" W  | 175°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°24'22.68" W   |
| 180°: Lat 27°9'21.92" S<br>Lon 50°25'23.3" W  | 185°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°26'23.92" W  | 190°: Lat 27°8'34.92" S<br>Lon 50°27'19.45" W | 195°: Lat 27°8'14.51" S<br>Lon 50°28'13.65" W   | 200°: Lat 27°7'59.12" S<br>Lon 50°25'29'8.4" W | 205°: Lat 27°7'43.84" S<br>Lon 50°30'3'6.8" W  | 210°: Lat 27°7'48.76" S<br>Lon 50°31'13.67" W      | 215°: Lat 27°7'15.61" S<br>Lon 50°32'2.14" W     | 220°: Lat 27°6'13.66" S<br>Lon 50°32'22.8" W   | 225°: Lat 27°5'25.98" S<br>Lon 50°32'49.66" W  | 230°: Lat 27°5'5.02" S<br>Lon 50°34'47.24" W   | 235°: Lat 27°4'46.17" S<br>Lon 50°34'57.06" W  |
| 240°: Lat 27°3'53.15" S<br>Lon 50°35'15.97" W | 245°: Lat 27°2'53.97" S<br>Lon 50°35'14.49" W | 250°: Lat 27°2'20.05" S<br>Lon 50°36'16.25" W | 255°: Lat 27°1'35.86" S<br>Lon 50°35'37'5.26" W | 260°: Lat 27°0'42.33" S<br>Lon 50°37'29.37" W  | 265°: Lat 26°59'49.16" S<br>Lon 50°38'25.39" W | 270°: Lat 26°58'48.15" S<br>Lon 50°38'54.87" W     | 275°: Lat 26°57'48.49" S<br>Lon 50°38'9.25" W    | 280°: Lat 26°56'53.39" S<br>Lon 50°37'34.2" W  | 285°: Lat 26°56'4.47" S<br>Lon 50°36'49.27" W  | 290°: Lat 26°55'5.3" S<br>Lon 50°36'50.53" W   | 295°: Lat 26°54'38.91" S<br>Lon 50°35'23.41" W |
| 300°: Lat 26°54'5.13" S<br>Lon 50°34'33.66" W | 305°: Lat 26°53'9.84" S<br>Lon 50°34'25.58" W | 310°: Lat 26°52'4.59" S<br>Lon 50°34'22.93" W | 315°: Lat 26°51'20.86" S<br>Lon 50°34'45.11" W  | 320°: Lat 26°50'21.77" S<br>Lon 50°33'19.9" W  | 325°: Lat 26°48'32.82" S<br>Lon 50°32'6.38" W  | 330°: Lat 26°48'18.18" S<br>Lon 50°32'11.11" W     | 335°: Lat 26°46'49.19.2" S<br>Lon 50°30'20.89" W | 340°: Lat 26°49'42.82" S<br>Lon 50°29'5.97" W  | 345°: Lat 26°48'55.53" S<br>Lon 50°28'21.41" W | 350°: Lat 26°47'43.23" S<br>Lon 50°27'34.77" W | 355°: Lat 26°47'49.73" S<br>Lon 50°26'27.9" W  |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |             |            |             |             |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| 0°: 20.29            | 5°: 20     | 10°: 19.56 | 15°: 20.14 | 20°: 20.14 | 25°: 18.82 | 30°: 19.7  | 35°: 18.24 | 40°: 17.8   | 45°: 19.85 | 50°: 19.26  | 55°: 17.8   |
| 60°: 14.87           | 65°: 10.18 | 70°: 12.38 | 75°: 13.55 | 80°: 16.77 | 85°: 17.5  | 90°: 19.26 | 95°: 18.97 | 100°: 20.43 | 105°: 17.5 | 110°: 20.73 | 115°: 21.17 |





|             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 120º: 21.17 | 125º: 23.51 | 130º: 22.92 | 135º: 21.31 | 140º: 22.05 | 145º: 22.34 | 150º: 23.8  | 155º: 23.07 | 160º: 22.49 | 165º: 21.46 | 170º: 19.85 | 175º: 19.12 |
| 180º: 19.56 | 185º: 19.12 | 190º: 18.38 | 195º: 18.09 | 200º: 18.09 | 205º: 18.24 | 210º: 19.26 | 215º: 19.12 | 220º: 17.94 | 225º: 17.36 | 230º: 18.09 | 235º: 19.26 |
| 240º: 18.82 | 245º: 17.94 | 250º: 19.12 | 255º: 20    | 260º: 20.29 | 265º: 21.61 | 270º: 22.34 | 275º: 21.17 | 280º: 20.43 | 285º: 19.56 | 290º: 20.14 | 295º: 18.24 |
| 300º: 17.5  | 305º: 18.24 | 310º: 19.41 | 315º: 19.56 | 320º: 20.43 | 325º: 23.22 | 330º: 22.49 | 335º: 19.41 | 340º: 17.94 | 345º: 18.97 | 350º: 20.87 | 355º: 20.43 |

| Estação Auxiliar                                      |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|-------------------------------------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar                                  |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002480300528                      |  |  |  |  |  | Modelo: SP 1000 ágil         |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 1.0 kW |  |  |  |  |  |

| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                     |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|---------------------|
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                     |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCl: m | ERP Máxima: 4.58 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                     |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                     |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 187371981                           | 115           | Portaria       | MC    | 17/06/1982   | 21/06/1982 | Outorga      | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500107392017 05                              | 1265          | Despacho       | MCTIC | 11/08/2017   | 17/08/2017 | Aprovação de Local | Técnico  |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                      |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|----------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento       | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                  | 11            | Decreto              | PR    | 12/12/1994   | 28/12/1994 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                  | 208           | Exposição de Motivos | MC    | 06/11/1996   | 06/11/1996 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                  | 933           | Decreto Legislativo  | CN    | 01/12/2003   | 02/12/2003 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                  | 286           | Exposição de Motivos | MC    | 26/11/2004   | 24/06/2005 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201 7-61            | 11884         | Ato                  | ORLE  | 01/09/2017   | 29/09/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
|                                  | 8806388       | Ato                  | ORLE  | 14/07/2022   |            |                                   |          |
| 531150177882021 03               | 13107         | Portaria             | MC    | 06/05/2024   | 14/05/2024 | Renovação                         | Jurídico |

| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|                          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50664/2024/MCOM

Brasília, 14 de maio de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11510983)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7698/2024 (11497261), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 14/05/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525968** e o código CRC **4EE416C9**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11525968



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Brasília, 16 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13107, de 6 de maio de 2024, publicada em 14 de maio de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16793/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 17/05/2024, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11532081** e o código CRC **6AA7F65F**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11532081



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

### IDENTIFICAÇÃO

**Nome da Pessoa Jurídica:** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

**CEP da sede:** 89.540-000

**Endereço da sede:** RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO, 251 – BAIRRO CENTRO – SANTA CECÍLIA/SC

**E-mail de contato:** [comercial@alvorada945.com.br](mailto:comercial@alvorada945.com.br)

**Serviço a ser renovado:**

☒ (X) Radiodifusão sonora

☐ ( ) em frequência modulada (adaptada de OM para FM)

☐ ( ) em ondas curtas

☐ ( ) em ondas médias

☐ ( ) em ondas tropicais

☐ ( ) Radiodifusão de sons e imagens

**Período da renovação:** 21/06/2022 A 21/06/2032

**Localidade da renovação:** SANTA CECÍLIA

**UF:** SC

Eu, **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 1

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Santa Cecília/SC, 22 de junho de 2021.

  
**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**  
DIRETOR

**Estado de Santa Catarina**  
Município e Comarca de Santa Cecília  
Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecília  
ADEMIR GRANEMANN GAUDÊNCIO - Tabelião  
Rua João Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecília - SC, 89540-000 - (49)  
3244-2464 - tabellionato@yahood.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé  
**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA (GER23155-ÚVA3) \*\*\*\*\***  
\*\*\*\*\*

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 3,52 | 1 Selo de Fiscalização  
pago R\$ 2,82 | ISS R\$ 0,11 | Total R\$ 6,45 | Recibo N° 236477  
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>  
Dou fé, Santa Cecília - 24 de junho de 2021



MARAIZA SENN > Escrevente

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 2

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA



Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 3



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

03202

ANEX 82

51200

JUCESC

BKM0167

RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

- CONTRATO SOCIAL -

**HERMES ANTONIO BONET**

brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Leoberto Leal nº 227, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10/R- 685.500, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 006.146.459-72;

**FLORESNAL GRANEMANN**

brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Nereu Ramos, nº 597, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10/R- 3.270.644, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 105.121.019-49;

**JOÃO BERTOLI JUNIOR**

brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Souza F - França, nº 28, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1/R- 96.- 773, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 221.369.759-00;

**ARNOLDO WERNER**

brasileiro, casado industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, à Al. Aristiliano Ramos, nº 1.366, portador da Cédula de Identidade RG. nº 7/R-527.962, expedida pelo SSI/SC e do C.I.C. de nº 005.578.709-68.

Certificado de Autenticidade - Certificador  
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Informatica



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado eletronicamente em 21/07/2017.  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 4

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BKM0168

CONSTITUEM,

entre si, e na melhor forma de direito, So-  
ciedade comercial por cotas de responsabi-  
lidade limitada, cujos negócios serão régi-  
dos pelas cláusulas e condições a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á RÁDIO PALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., e terá por finalidade a execução de Serviços de Radiodifusão Sono-  
ra em Geral, quer de ONDA MÉDIA, FREQUÊNCIA MODULADA-FM, SONS E  
IMAGENS (televisão), ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, mediante autori-  
zação do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da legis-  
lação vigentes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade e de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1.963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a di-  
vulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos e sua necessária expansão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade tem como endereço a cidade de Santa Cecilia, no Estado de Santa Catarina, à Av. Leoberto Leal, nº 227.

#### CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir da data em que o Mi-  
nistério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão, em seu nome, se necessário for a sua dissolução, se-  
rão observados os dispositivos da Lei.

#### CLÁUSULA QUINTA

A Sociedade se compromete, por seu Diretor e Sócios Cotistas, a -  
não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social sem que te-  
nha para isso sido plena e legalmente autorizada pelos órgãos do  
Ministério das Comunicações, previamente.

#### CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do Capital Social pertencerão na sua to-  
talidade, sempre a brasileiros natos e são inalienáveis e incau-  
cionáveis direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurí-  
dicas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as -  
Leis, Decretos, Regulamentos, Códigos, Portarias e quaisquer des-  
pachos ou decisões emanadas do Ministério das Comunicações e de -  
seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vir, e referente  
à legislação de Radiodifusão Sonora em Geral.,,

segue.....



car a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticidade eletrônica, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 5

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



CLÁUSULA OITAVA **BKM0169**

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários, um número mínimo de dois terços de brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora em Geral, no País além dos limites fixados pelo Artigo 12 do Decreto Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), representados por 1.200 (um mil e duzentas) cotas, no valor cada uma de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), e subscritas pelos Sócios da forma que se segue:

| *****                      |             |              |
|----------------------------|-------------|--------------|
| COTISTAS                   | COTAS       | VALOR CR\$   |
| *****                      |             |              |
| HERMES ANTONIO BONET ..... | 300 .....   | 300.000,00   |
| FLORESNAL GRANEMANN .....  | 300 .....   | 300.000,00   |
| JOÃO BERTOLI JUNIOR .....  | 300 .....   | 300.000,00   |
| ARNOLDO WERNER .....       | 300 .....   | 300.000,00   |
| *****                      |             |              |
| TOTAIS .....               | 1.200 ..... | 1.200.000,00 |
| *****                      |             |              |

§ ÚNICO - De acordo com o Artigo 22 "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A integralização do Capital Social será efetivada pelos Sócios em moeda corrente nacional, a saber:

A - 50% (cincoenta por cento) ou sejam R\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) neste ato;

B - 50% (cincoenta por cento) ou sejam R\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) como integralização total do Capital Social, - na data em que o Ministério das Comunicações publicar o ato de outorga da concessão ou permissão em Diário Oficial da União, se este for deferido em nome da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As cotas serão individuais em relação a Sociedade que para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelo Sócio ARNOLDO WERNER, na função de DIRETOR GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração da Sociedade e sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e

segue.....



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 6

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



BKM0170

documentos, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

II.

12.0011

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os Sócios Gerente terá como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas nas legislações do Imposto de Renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O uso da denominação social, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outras atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade ficando o DIRETOR, na hipótese de infração desta CLÁUSULA, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As cotas do Capital Social não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais Sócios e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos da cláusula quinta do presente Contrato, e para isso o Sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à Entidade, em qualquer eventualidade, os Sócios remanescentes terão sempre, preferencialmente a aquisição das cotas do Sócio retirante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Falecendo um dos Sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os demais remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do Sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros do último Balanço Geral Anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou a interdição após seis meses da data de aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos fixados pela Portaria nº 505, do Ministério das Comunicações, se entretanto desejarem os herdeiros continuar na Sociedade, e com isso concordarem todos os demais Sócios, deverão aqueles designar quem os represente no lugar do Sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações, e dele recebendo a sua aprovação, poderá integrar o Quadro Social, do que advirá necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual, serão distribuídos entre os Sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores depois de deduzida, preliminarmente a importância equivalente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um fundo de reserva legal até que atinja a importância de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Nas funções específicas de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas, e principalmente para cargo

segue.....



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 7

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



cargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já admitir somente brasileiros-natos.



#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da empresa. o Balanço Geral Anual levará a assinatura de todos os Sócios e será acompanhado do Extrato da conta de lucros e perdas.

§ ÚNICO - Se acusados forem prejuízos, os mesmos serão cobertos com nova integralização do Capital Social, em partes proporcionais ao número de cotas de cada Sócio, sempre em moeda corrente nacional, nos termos da cláusula Decima deste Instrumento.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, o foro da sede da Sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha surgir entre as partes contratantes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.808, de 10 de Janeiro de 1.919, a guisa de observância, como as demais cláusulas deste Contrato se obrigam Diretor e Sócios Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas da Lei, José Buzzi, bras., casado, funcionário público, residente na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, à Rua Sebaldo Klein s/nº, RG nº 1/R-447.056 SSI/SC e do CIC nº 221.529.119-20; José Itamar de Sa, bras., casado funcionário público, residente em Florianópolis, Santa Catarina, à R Prof. Bayer Filho nº 334, RG nº 1/R-69.876 SSI/SC e do CIC de nº-002.648.579-68.

Santa Cecília, SC, 28 de Fevereiro de 1.982

*Hermes Antonio Bonet*  
HERMES ANTONIO BONET

*Floresnal Granemann*  
FLORESNAL GRANEMANN

*João Bertoli Junior*  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

*Arnoldo Werner*  
ARNOLDO WERNER

TESTEMUNHAS:

1. *[Assinatura]*

2. *[Assinatura]*



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 8



000000

BKM0172

021054796

**CERTIDÃO**

Certifico que este documento  
foi REGIADO sob número e data  
estampados mecanicamente.

- 4 MAR 1982



SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUCESC

10-82  
APRESENTAÇÃO  
Tpo  
02.82  
Funcionário Responsável  
Mat



Para a autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
número 022949/2017-03 na consulta de processos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 9

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



06697

MAR 15

8 58

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Avenida Leoberto Leal, nº 227, portador da Cédula de Identidade RG/10/R nº 685.500, expedida pelo SSI/SC e do CIC 006.146.459-79;

FLORESNAL GRANEMANN, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Avenida Nereu Ramos, nº 597, portador da Cédula de Identidade RG/10/R nº 3.270.644, expedida pelo SSI/SC e do CIC 105.121.019-79 ;

JOÃO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à rua Souza França, nº 28, portador da Cédula de Identidade RG/1R nº 96.773, expedida pelo SSI/SC e do CIC 221.369.759-00 ;

ARNOLDO WERNER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, à alameda Aristiliano Ramos, nº 1366, portador da Cédula de Identidade RG/7/R nº 527.962, expedida pelo SSI/SC e do CIC 005.578.709-68 .

Alteram,

entre si, e na melhor forma do direito, o contrato da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada celebrado em 28 de fevereiro de 1982, tendo presente, o interesse particular do sócio FLORESNAL GRANEMANN, que afasta-se da sociedade, assumindo os demais suas cotas em partes proporcionais. Concordam ainda, os sócios que permanecem na sociedade, em aumentar o capital social em Cr\$ 24.000.000 (vinte e quatro milhões de cruzeiros), mediante subscrição de novas cotas, ficando assim modificada a redação das cláusulas décima e décima primeira do contrato original, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Décima - O capital social é de Cr\$ 25.200.000, (vinte e cinco milhões e duzentos mil cruzeiros), representadas / por 25.200 (vinte e cinco mil e duzentas) cotas, no valor cada uma de Cr\$ 1.000 - (hum mil cruzeiros) e, subscritas pelos sócios na forma que se segue:

| COTISTAS             | COTAS  | VALOR            |
|----------------------|--------|------------------|
| HERMES ANTONIO BONET | 8.400  | Cr\$ 8.400.000 , |
| JOÃO BERTOLI JUNIOR  | 8.400  | Cr\$ 8.400.000 , |
| ARNOLDO WERNER       | 8.400  | Cr\$ 8.400.000 , |
| TOTAIS               | 25.200 | Cr\$25.200.000 , |

Parágrafo Único-De acordo como o Artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.



Cláusula Décima Primeira - A integralização do Capital social será efetivada pelos sócios em moeda corrente nacional, a saber:

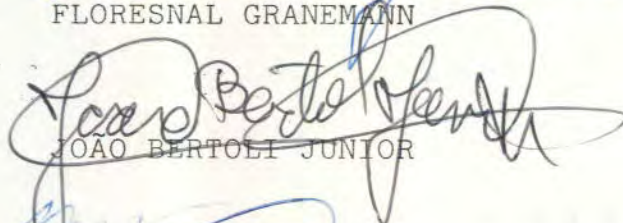
- a. 400 (quatrocentas) cotas relativas ao capital já integralizado pelos sócios, inclusive o percentual assumido referente as cotas adquiridas ao sócio que afastou-se da sociedade;
- b. 4.000 (quatro mil) cotas integralizadas no presente ato;
- c. 4.000 (quatro mil) cotas que serão integralizadas no prazo de sessenta (60) dias.

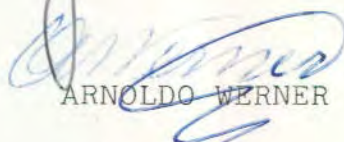
E, por estarem justos e contratados, assinam a presente 1ª Alteração de Contrato Social, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de lei, JOSÉ BUZZI, brasileiro, casado, funcionário público, residente na cidade de São José, SC. à Rua Nove de Julho, nº 977, RG/1R nº 447.056, SSI/SC, e CIC nº 221.529.119-20 e, ZULMAR HERMÔGENES SAIBRO, brasileiro, casado, funcionário público estadual, domiciliado e residente em Florianópolis, SC. na Rua Procasa, s/nº, RG 1/R nº 322473 e CIC nº 179295 559-68.

Santa Cecília, SC, em 02 de maio de 1985.

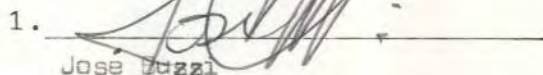
  
HERMES ANTONIO BONET

  
FLORESNAL GRANEMANN

  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

  
ARNOLDO WERNER

Testemunhas

1.   
José Buzzi

2.   
Zulmar Hermogenes Saibro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 11

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



... (faint mirrored text) ...

... (faint mirrored text) ...

CAIXA

... (faint mirrored text) ...

15 JUN 1985

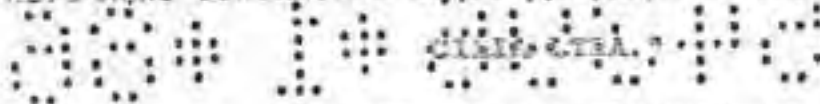
SECRETARIA DE ECONOMIA  
SECRETARIA DE ECONOMIA  
SECRETARIA DE ECONOMIA

JUCESC  
DISPENSADO DA APRESENTAÇÃO  
DA 3ª VIA DA F.O.M.  
15.05.85  
... (signature) ...  
... (signature) ...

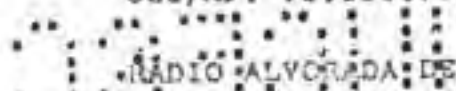


c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





COC/NF: 75.835.702/0001-94



RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com contrato social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 1982 e Alteração nº 54.396-1-85 em sessão de 15 de maio de 1985, por seus sócios:

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, à Av. Getúlio Vargas, 227, portador da Cédula de Identidade nº RG-10/R-685.500, expedida pela SSI-SC, e CIC 008, 146.459-79;

JOÃO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à rua Souza França, 28, portador da cédula de Identidade, RG-1R/96.773, expedida pela SSI-SC, e CIC. 221.369, 759-00;

ARNOLDO WERNER, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Rio de Sul, Estado de Santa Catarina, à Alameda Aristiliano Ramos, 1366 portador da cédula de Identidade RG-7/R-527.962, expedida pela SSI-SC, e CIC 005.578.709 - 68; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da Lei, resolveram alterar seu contrato social Primitivo e 1ª Alteração, como segue:

I

Cláusula Décima - passa a ter a seguinte redação: O Capital Social é de CR\$-55.200.000-(CINCOENTAS CINCO MILHÕES, DUZENTOS MIL CRUZEIROS), que era de CR\$-25.200.000 (vinte e cinco milhões, duzentos mil cruzeiros), com a incorporação de CR\$-30.000.000-(Trinta Milhões de Cruzeiros) em moeda corrente do país, pelos três sócios, cabendo a cada um a parcela de CR\$-10.000.000-(Dez milhões de cruzeiros), integralizados no ato da assinatura do presente contrato, ficando assim distribuído entre os sócios:

| COTISTA              | COTA   | VALOR       |
|----------------------|--------|-------------|
| HERMES ANTONIO BONET | 18.400 | 18.400.000, |
| JOÃO BERTOLI JUNIOR  | 18.400 | 18.400.000  |
| ARNOLDO WERNER       | 18.400 | 18.400.000  |




As demais cláusulas do contrato social primitivo e 1ª Alteração que não foram atingidas por esta, permanecerão de pleno vigor e inalteradas.

E, por estas razões justas e contratadas, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 04-(quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas instrumentais abaixo, obrigando-se fielmente por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


SANTA CECILIA, 10 DE DEZEMBRO DE 1985, IP.


  
Hermes Antonio Bonet

  
João Bertoli Junior

  
Arndio Werner

Testemunhas:

  
Ivo Pirolli  
CIC 141.779.279-53

  
Saulo Grasmann Teixeira.  
CIC 249.306.529-87,





94395 #1 000  
000000

24 JUL 1985

UNCE 50  
DEFENDIDA A APRESENTAÇÃO

DA GP. Nº 001/85

Em 27.07.85

TERCEIRO MINISTRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 15

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



### 3. ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE FIANÇA: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.

-CAC/ME n. 75.835.702/0001-94 -

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com Contrato Social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-SC, sob n. 4220054396 por despacho de 04 de março de 1982, alterações ns. 54.396-1/85 de 15 de maio de 1985 e 54.396-1/86 por despacho de 29 de julho de 1986 por seus socios:

**HERMES ANTONIO BONET**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Cecilia-SC, a Av. Getulio Vargas, 227, portador da CI n. 10R-685.500-SSI-SC e CIC n. 006146459-79;

**JOAO BERTOLI JUNIOR**, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Souza Franca, 28 portador da CI n. 1R-96.773-SSI-SC e CIC n. 221367759-00;

**ARNOLDO WERNER**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul-SC, a Alameda Aristiliano Ramos, 1366 portador da CI n. 7R-527.962-SSI-SC e CIC n. 005578709-68;

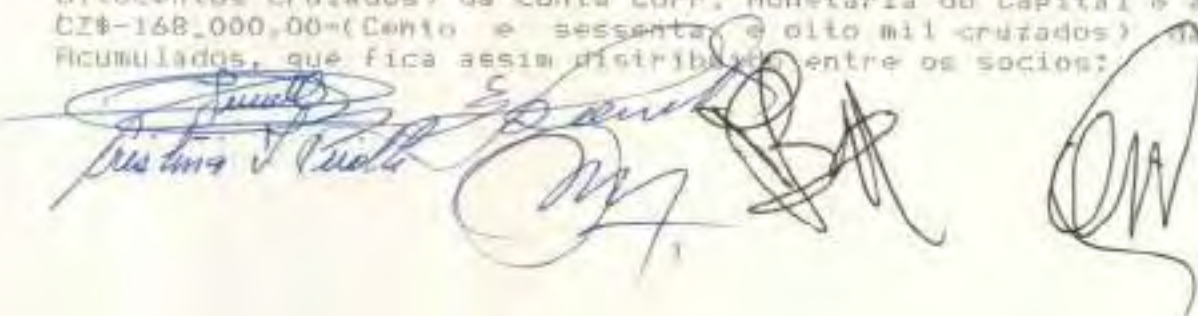
**ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Coqueiros, portador da CI n. 7R-529.376-SSI-SC e CIC n. 005578629-49; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da Lei, resolveram alterar seu contrato social primitivo e alteracoes anteriores como segue:

#### I

O socio **ARNOLDO WERNER**, possuidor de 18.400-(dezoito mil e quatrocentas) cotas de capital no valor de CZ\$-18.400,00-(Dezoito mil e quatrocentos cruzados) retira-se da sociedade, transferindo suas cotas, em sua totalidade, ao socio **ARTENIR WERNER** admitido neste ato, declarando haver recebido todos os seus creditos e direitos bem como o valor sua cotas citado pela venda de suas cotas de capital, nada mais tendo a reclamar, de para tanto da plena geral e irrevogavel quitacao aos socios e a sociedade.

#### II

O Capital Social que era de CZ\$-55.200,00-(Cincoenta e cinco mil duzentos cruzados), fica elevado pelo presente contrato de alteracao para CZ\$-315.000,00-(Trezentos e quinze mil cruzados) com a incorporacao das seguintes reservas: a importancia de CZ\$-91.800,00-(Noventa e um mil e oitocentos cruzados) da conta Corr. Monetaria do Capital e a importancia de CZ\$-168.000,00-(Cento e sessenta e oito mil cruzados) da conta Lucros Acumulados, que fica assim distribuido entre os socios:



c6df4690-4eed-4e88-836f-369d959ecd5



| COTISTA              | COTAS   | VALOR           |
|----------------------|---------|-----------------|
| HERMES ANTONIO BONET | 105.000 | CZ\$ 105.000,00 |
| JOAO BERTOLI JUNIOR  | 105.000 | CZ\$ 105.000,00 |
| ARTENIR WERNER       | 105.000 | CZ\$ 105.000,00 |
| TOTAL DO CAPITAL     | 315.000 | CZ\$ 315.000,00 |

### III


Fica escolhido como gerente da empresa o socio Sr. HERMES ANTONIO BONET, que declara-se ciente dos direitos e obrigacoes atinentes ao cargo, na forma do Contrato Social.

### IV

Os demais artigos constantes do Contrato Social e Alteracoes anteriores nao alcançadas pela presente alteracao permanecerao em pleno vigor e inalterados.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteracao em 05-(cinco) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos, na presenca das testemunhas instrumentais abaixo.

SANTA CECILIA - SC, 21 DE JUNHO DE 1988.


  
Hermes Antonio Bonet

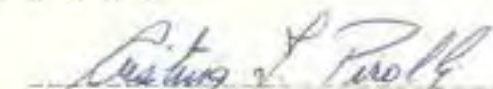
  
Joao Bertoli Junior

  
Arnaldo Werner

  
Artenir Werner

### TESTEMUNHAS

  
Ivo Pirolli  
CIC n. 141779279-53

  
Cristina I. R. Pirolli  
CIC n. 141779279-53





JUL 6 1988

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO - Cartão de Registro de Propriedade  
Arquivado no Livro e Folha 100/100

M. J. José Raulo  
M. J. José Raulo  
Secretário de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 18

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



II. ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

CSC/MF: 75.835.702/0001-94

RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com Contrato Social devidamente registrado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-SC, sob n. 4220054396 por despacho de 04 de março de 1982, alterações n.º 54.393-1/85 de 15 de maio de 1985, 54.396-1/86 de 29 de julho de 1986 e 54.396-1/88 por despacho em 06 de julho de 1988, por seus socios:

HERMES ANTONIO BONET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Cecilia-SC, a Av. Getulio Vargas, 227, portador da CI 10R-685.500-BSI-SC e CIC n. 006146459-79;

JOAO BERTOLI JUNIOR, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Souza Franca, 28, portador da CI 1R-96.773-BSI-SC e CIC n. 22136959-00;

ARTENIR WERNER, brasileiro, casado, funcionario publico, residente e domiciliado na cidade de Florianopolis-SC, a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Coqueiros, portador da CI 7R-529.376-SSI-SC e CIC n. 005578629-49; abaixo assinados, de comum acordo e na forma da lei, resolveram alterar seu contrato social primitivo e alteracoes posteriores como segue:

I

O Capital Social passa a ser dividido em cotas no valor de CZs-1.000,00-(Hum mil cruzados) cada uma.

II

O Capital Social que era de CZs-315.000,00-(Trezentos e quinze mil cruzados), fica elevado pelo presente contrato de alteracao para CZs-2.250.000,00-(Dois milhoes,duzentos e cinquenta mil cruzados), com a incorporacao de CZs-659.083,00-(Seiscentos e cinquenta e nove mil, oitenta e tres cruzados) da conta reserva de lucros, a importancia de CZs-583.713,00-(Quinhentos e oitenta e tres mil, setecentos e treze cruzados) da conta curr.monet, do capital realizado, a importancia de CZs-8.936,00-(Oito mil novecentos e trinta e seis cruzados) da conta reserva de incentivos fiscais, a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Hermes Antonio Bonet, a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Joao Bertoli Junior e a importancia de CZs-227.756,00-(Duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados) pelo socio Artenir Werner; todos integralizados no ato da assinatura do presente contrato em moeda corrente do pais, que fica assim distribuido entre os socios:



| NOMES                   | COTAS | VALOR        |
|-------------------------|-------|--------------|
| HERMES ANTONIO BONET    | 750   | 750.000,00   |
| JOAO BERTOLI JUNIOR     | 750   | 750.000,00   |
| ARTENIR WERNER          | 750   | 750.000,00   |
| TOTAL DO CAPITAL SOCIAL | 2.250 | 2.250.000,00 |

III

Os demais artigos constantes do Contrato Social primitivo e alterações posteriores não alcançadas pela presente alteração permanecerão em pleno vigor e inalterados.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 05-(cinco) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença das testemunhas instrumentais abaixo.

SANTA CECILIA (SC), 07 DE JULHO DE 1988

Hermes A. Bonet

João Bertoli Junior

Artenir Werner

TESTEMUNHAS

Ivo Pirolli  
CIC n.141779279-53

Cristina I. R. Pirolli  
CIC n.141779279-53





AUG 11 1988

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO CATARINA  
CERTIFICAÇÃO - Certifica-se que foi a 1ª reunião da sociedade  
Acquiescenti sub adunco e 100% da sociedade.

*W. J. F. de Almeida*  
M. J. F. de Almeida  
M. J. F. de Almeida  
Secretaria Geral em Exercício





RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
CGC (MF) nr. 75.835.702/0001-94

5a. (QUINTA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

HERMES ANTONIO BONET, JOÃO BERTOLI JUNIOR e ARTENIR WERNER, já qualificandos anteriormente, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nr. 4220054396, em 04/03/82; 1a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-85, em 15/05/85; 2a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-86, em 29/07/86; 3a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 54396-1-88, em 06/07/88 e 4a. alteração contratual arquivada na JUCESC, sob nr. 44396-1-88, em 11/08/88, RESOLVEM, de comum acordo, alterar seu contrato social, visando a conversão e aumento do valor do capital social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

I - DA CONVERSÃO E DO AUMENTO DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL:

Cláusula Primeira: Em razão das sucessivas alterações do padrão monetário nacional, fica convertido o valor do capital social, da seguinte forma:

- a) de Cz\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzados), para o valor de NCz\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzados novos);
- b) de NCz\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzados novos), para o valor de Cr\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros);
- c) de Cr\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), para o valor de CR\$ 2,25 (dois cruzeiros reais e vinte e cinco centavos).

Parágrafo Único: Fica mantida a participação societária anterior entre os sócios quotistas.

Cláusula Segunda: Fica aumentado o valor do capital social de CR\$ 2,25 (dois cruzeiros reais e vinte e cinco centavos), para o valor de CP\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), mediante a distribuição aos sócios quotistas, continua na folha 02 ---



REGISTRO GERAL DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NO 31191

TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Emiliano Ramos, 228 - Centro  
89012-220 - Lages-SC - Fone/Fax 0xx49 222-5036

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução, do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi

Lages 01 AGO 2002 SC

☐ Yara Faria Camargo - Tabelião  
☐ Daniel Camargo Klein - Tabelião Substituto  
☐ Alexandre Wolff  
☐ Sílvia Maria de Lima  
☐ Nelba Salomão Belaver  
☐ Tânia Apª de Liz Ramos

Escreventes





----- folha 02 -----  
de forma proporcional a participação anterior de cada um, com incorporação ao valor do capital social, de Cr\$ 2.249.997,75 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzeiros reais e setenta e cinco centavos).

**Parágrafo Único:** A integralização do presente aumento do valor do capital social, é feita mediante a transferência contábil das contas de lucros, reservas e correções do patrimônio líquido.

**Cláusula Terceira:** Em razão das conversões e do aumento do capital social, o capital social, que é no valor de CR\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), fica dividido e representado por 2.250 (duas mil e duzentas e cinquenta) quotas sociais, todas nominativas e integralizadas, no valor de CR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros reais), cada uma, que ficam distribuídas entre os sócios quotistas da seguinte forma:

| nome do sócio quotista | ! nr. de quotas ! | valor CR\$   |
|------------------------|-------------------|--------------|
| Hermes Antônio Bonet   | 750               | 750.000,00   |
| João Bertoli Junior    | 750               | 750.000,00   |
| Artenir Werner         | 750               | 750.000,00   |
| soma                   | 2.250             | 2.250.000,00 |

## II - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS:

**Cláusula Quarta:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor.

E, por estarem todos de comum acordo é que firmam este instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Santa Cecília SC, 20 de Dezembro de 1993

HERMES ANTONIO BONET

JOÃO BERTOLI JUNIOR

ARTENIR WERNER

TESTEMUNHAS:

Nereu S. do Amarante  
CPF 250993459-72

Ranieri Moacir Bertoli  
CPF 558534129-49



QUARTO TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Emiliano Ramos, 228 - Centro  
Lages - SC - Fone/Fax 0xx49 222-5036

### AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução, do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi

Lages 01 AGO 2002 SC

☐ Yara Faria Camargo-Tabaliã  
☐ Daniel Camargo Klein- Tabelião Substituto  
☐ Alexandre Wolff  
☐ Sônia Maria de Lima  
☐ Nelba Salomão Belaver  
☐ Tania Apª de Liz Ramos

Escreventes



JAN 31 1994

422.00543967

238  
Tribunal Geral

238  
Tribunal Geral



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**Instrumento Particular da 6ª (Sexta) Alteração do Contrato Social da  
Sociedade Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.**

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**  
CGC(MF) nº 75.835.702/0001-94

6ª (Sexta) Alteração Contratual

**HERMES ANTÔNIO BONET**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 006.146.459-79, portador da Carteira de Identidade nº 10/R 685.500, expedida pela SSI/SC; **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 96.773, expedida pela SSI/SC, e inscrito no CPF sob nº 005.578.709-68; e, **ARTE-NIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/82, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85; em 15/05/85; 2ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-86, em 29/07/86; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-88, em 06/07/88; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-88, em 11/08/88; e, 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422,0054396,7, em 31/01/94, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

**I - DA CONVERSÃO E DO AUMENTO DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Primeira:** Em razão da instituição do real, como padrão monetário nacional, fica convertido o valor do capital social de CR\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais), para o valor de R\$ 818,18 (oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), mediante a conversão equivalente a CR\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros reais), por R\$ 1,00 (hum real), mantendo-se a proporção anterior entre os sócios quotistas;

< 01 >



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 25

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Cláusula Segunda:** Fica aumentado o valor do capital social de R\$ 818,18 (oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), para o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), mediante a distribuição aos sócios quotistas, com incorporação ao valor do capital social de R\$ 1.431,82 (hum mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), proveniente da transferência contábil das contas de correções do patrimônio líquido, mantendo-se a participação anterior entre os sócios quotistas;


## **II - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS:**

**Cláusula Terceira:** O sócio quotista fundador **HERMES ANTÔNIO BONET**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, para **ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 - Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 067197089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R-1.432.742, expedida pela SSI de SC, que neste ato ingressa na sociedade, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação;

**Cláusula Quarta:** O sócio quotistas fundador **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), cede e transfere, neste ato, 375 (trezentas e setenta e cinco) quotas, no valor de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), para o novo sócio quotista **ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, dando por este instrumento plena geral e irrevogável quitação sobre a mencionada transferência de quotas;

## **III - DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA:**

**Cláusula Quinta:** Em razão da conversão, do aumento do valor do capital social e das transferências de quotas, **fica o capital social, no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais)**, dividido e representado por 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, todas integralizadas, que ficam assim distribuídas entre os sócios quotistas:



| nome do sócio quotista         | nº quotas | valor R\$ | %     |
|--------------------------------|-----------|-----------|-------|
| ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL..... | 1.125     | 1.125,00  | 50,00 |
| ARTENIR WERNER.....            | 750       | 750,00    | 33,33 |
| JOÃO BERTOLI JÚNIOR.....       | 375       | 375,00    | 16,67 |
| soma                           | 2.250     | 2.250,00  | 100,0 |

## **IV - DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:**

< 02 >



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 26

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Cláusula Sexta:** A sociedade passa a ser administrada pelo sócio **quotista ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**, com o cargo de **Diretor Gerente**, com os poderes estabelecidos na cláusula décima terceira do contrato social em vigor;

#### **V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula Sétima:** A presente alteração contratual é efetivada nos termos do disposto:

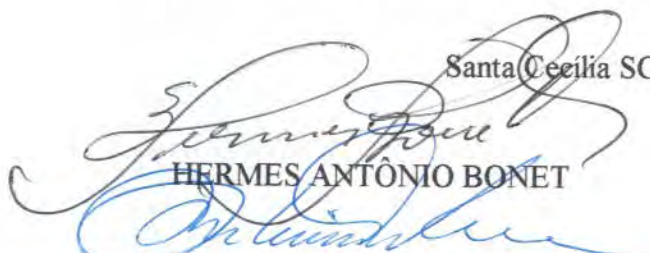

- a) na Exposição de Motivos nº 208, de 19/10/96, do Ex.mo Sr. Ministro de Estado das Comunicações e autorizada pelo Ex.mo Sr. Presidente da República em 05.11.96, publicada no D.O.U. de 06/11/96;
- b) na Portaria nº 441/76, baixada pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22/04/76.

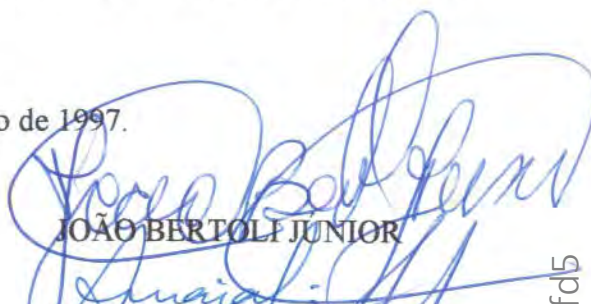
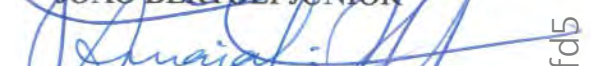
**Cláusula Oitava:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais;


**Declaração de Desempedimento:** O novo sócio quotista, já qualificado neste instrumento, declara para os devidos fins, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que o impeça de exercer atividade mercantil.

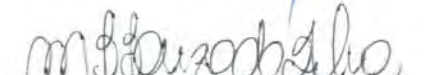
E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.


Santa Cecília SC, 05 de maio de 1997.

  
**HERMES ANTÔNIO BONET**  
  
**ARTENIR WERNER**

  
**JOÃO BERTOLI JUNIOR**  
  
**ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL**

TESTEMUNHAS:   
**TEREZA SANTOS AZEUV**  
**CInº 137.9016-1-SSP-SC**

  
**MARIA SÔNIA DE S. DA SILVA**  
**CInº 1/R. 920.824-SSI-SC**

Visto:  
  
**Nereu S. do Amarante**  
**Advogado OAB/SC 7617**

< 03 >



720043967

Mr. J. M. Smith  
Box 1000, Kansas City, Mo.

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª (sétima) ALTERAÇÃO DO  
CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE: RÁDIO ALVORADA DE  
SANTA CECILIA LTDA.**

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**  
CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.

**7ª (Sétima) Alteração Contratual.**

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF SOB Nº 067.197.089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R- 1.432.742, expedida pela SSI-SC, **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a rua Souza França, 28, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 1/R- 96.773, expedida pela SSI-SC, e inscrito no CPF sob nº 221.369.759-00; neste ato representado por seu procurador Sr **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado e, **ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hodold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, neste ato representado por seu procurador Sr. **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985, 2ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986, 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988, 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988, 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994 e, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 21/01/1998, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

**1- DO NOVO ENDEREÇO DA SOCIEDADE.**

**Cláusula Primeira:** A sociedade passa a ter o novo endereço comercial que é a sede da empresa na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476- centro- na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 29



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## II – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS:

**Clausula Segunda:** O sócio quotista Sr. **JOÃO BERTOLI JÚNIOR**, que detém na sociedade 375 (trezentas e setenta e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas para o novo sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, casado, comerciante, maior, residente e domiciliado na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 066.498.749-49 e Carteira de Identidade nº 10/C - 631.239, expedida pela SSP-SC, que neste ato ingressa na sociedade, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação.

**Clausula Terceira:** O socio quotista Sr. **ARTENIR WERNER**, que detém na sociedade 750 (setecentas e cinquenta) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 750,00 - (setecentos e cinquenta reais), cede parte destas, cedendo e transferindo a quantidade de 540 (quinhentas e quarenta) cotas, no valor de R\$ - 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para a nova sócia Sra. **TEREZINHA JULIA RAMOS**, brasileira, casada, comerciante, maior, residente e domiciliada na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob nº 026.514.159-10 e Carteira de Identidade nº 10/R 3.805.645-SSP-SC, que neste ato ingressa na sociedade; o Sr. **Artenir Werner**, vende também a quantia de 165 (cento e sessenta e cinco) quotas no valor de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) cedendo e transferindo para o novo sócio supra já qualificado Sr. **Ary Correa Ramos**, que o vendedor dá pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação das quotas ora cedidas;

## III – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Clausula Quarta:** Em razão da cessão de quotas supra citadas com a saída de sócio e a entrada dos novos sócios, fica o capital social no mesmo valor de R\$ - 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), dividido e representado por 2.250 (duas mil e duzentas e cinquenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

| SOCIOS COTISTAS                | COTAS | VALOR    | %      |
|--------------------------------|-------|----------|--------|
| ROBERTO ROGERIO DO AMARAL..... | 1.125 | 1.125,00 | 50,00  |
| ARY CORREA RAMOS.....          | 540   | 540,00   | 24,00  |
| TEREZINHA JULIA RAMOS.....     | 540   | 540,00   | 24,00  |
| ARTENIR WERNER.....            | 45    | 45,00    | 2,00   |
| SOMA.....                      | 2.250 | 2.250,00 | 100,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.tamara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 30



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



#### IV – DA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

**Clausula Quinta:** A Sociedade passa a ser administrada pelos novos sócios quotistas Srs. ARY CORREA RAMOS e TEREZINHA JULIA RAMOS, com o cargo de Sócios Gerentes, com os poderes estabelecidos na clausula décima terceira do contrato social em vigor.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Clausula Sexta:** A presente alteração contratual é efetivada nos termos do disposto: Portaria Número 60 de 27 de março de 2002, Emitida pela Delegada Interina do Ministério das Comunicações, Tereza Fialkoski Dequeche.


**Clausula Sétima:** Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições contratuais;

**Declaração de Desimpedimento:** Os novos sócios quotista, já qualificados neste instrumento, declaram para os devidos fins, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos na presença das testemunhas instrumentais abaixo: **IVO PIROLI**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado neste município de Santa Cecília-SC. Na Av. XV de novembro, 318, portador da carteira de identidade nº 10/C-285.265 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 141.779.279-53; **LILIANE NARA PIROLI**, brasileira, solteira, maior, Técnica em Contabilidade, residente e domiciliada neste município de Santa Cecília – SC. Na Av. XV de novembro, 318, portadora da carteira de identidade nº 10/R - 2.408.023 – SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 657.218.709-82.

SANTA CECILIA – SC. 08 DE ABRIL DE 2002.

  
ROBERTO ROGERIO DO AMARAL

  
ARTENIR WERNER

  
JOÃO BERTOLI JUNIOR

  
ARY CORREA RAMOS

  
TEREZINHA JULIA RAMOS

TESTEMUNHAS:

  
IVO PIROLI

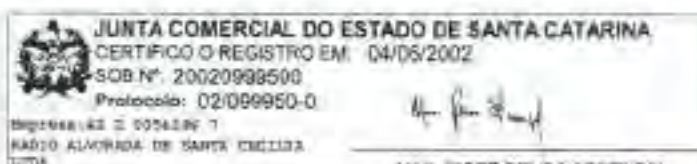
C.I. 10C-285.265-SSP-SC.

C;P;F. 141.779.279-53

  
LILIANE NARA PIROLI

10R-2.408.023-SSP-SC.

657.218.709-82



MAX JOSEF REUSS STRENZEL  
SECRETARIO GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7625153 - SEI 05149.017/2021-05, pg. 31

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# INSTRUMENTO PARTICULAR DA 8ª (oitava) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**

CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.

## 8ª (Oitava) Alteração Contratual.

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, casado, engenheiro, maior, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 067.197.089-53, portador da Carteira de Identidade nº 8/R- 1.432.742, expedida pela SSI-SC, **ARTENIR WERNER**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hodold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 7/R 529.376, expedida pela SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 005.578.629-49, neste ato representado por seu procurador Sr. Roberto Rogério do Amaral, supra qualificado, **ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, casado, comerciante, maior, residente e domiciliado na Av.XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nr. 066.498.749-49 e Carteira de Identidade nr. 10C- 631.239, expedida pela SSP-SC, **TEREZINHA JULIA RAMOS**, brasileira, casada, comerciante, maior, residente e domiciliada na Av. XV de novembro, 357, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob nr. 026.514.159-10 e com Carteira de Identidade nr. 10R- 3.805.645, expedida pela SSP-SC, únicos sócios quotistas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede a rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 nesta cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985; 2ª alteração contratual arquivado sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988; 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 2//01/1998, e 7ª Alteração contratual arquivada sob nr. 422.005.4396.7, em 04 de junho de 2002, todas arquivadas na JUCESC, resolvem, de comum acordo, proceder a alteração de seu contrato social, tudo conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

Certisign - Autenticidade Certificadora  
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 30/11/2020  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
e verifique a autenticidade dos dados com original.  
Número 133780/2020-03 na consulta de processos.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## I – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Clausula Primeira** – O Capital Social no valor de R\$ - 2.250,00 – (dois mil, duzentos e cinquenta reais) pelo presente instrumento e com autorização do Ministério das Comunicações fica elevado para R\$ - 3.000,00 – (três mil reais), com as seguintes incorporações: o sócio **Ary Correa Ramos**, subscreve e integraliza neste ato a quantia de 375 – (trezentos e setenta e cinco) quotas de capital no valor de R\$ - 375,00 – (trezentos e setenta e cinco reais) em moeda corrente do país; a sócia **Terezinha Julia Ramos**, subscreve e integraliza neste ato a quantia de 375 – (trezentos e setenta e cinco) quotas de capital no valor de R\$ - 375,00 – (trezentos e setenta e cinco reais) em moeda corrente do país.

Com estas incorporações o Capital Social passa a ter sua nova composição, sendo dividido e representado por 3.000 (três mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que ficam assim distribuídas entre os sócios:

| SOCIOS COTISTAS                | COTAS | VALOR    | %      |
|--------------------------------|-------|----------|--------|
| ROBERTO ROGERIO DO AMARAL..... | 1.125 | 1.125,00 | 37,50  |
| ARY CORREA RAMOS.....          | 915   | 915,00   | 30,50  |
| TEREZINHA JULIA RAMOS.....     | 915   | 915,00   | 30,50  |
| ARTENIR WERNER.....            | 45    | 45,00    | 1,50   |
| SOMA.....                      | 3.000 | 3.000,00 | 100,00 |

## II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Clausula Segunda:** A presente Alteração Contratual é efetivada nos termos do disposto: Portaria MC nr. 1.640 de 21 de Agosto de 2002, Emitida pelo Ministro de Estado das Comunicações Sr. Juarez Quadros do Nascimento.

**Clausula Terceira:** Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições contratuais;



BKM0113

100000

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato de alteração em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, se responsabilizando por si e seus sucessores herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos na presença das testemunhas instrumentais abaixo: **IVO PIROLI**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado neste município de Santa Cecília-SC. Na Av. XV de novembro, 318, portador da carteira de identidade nº 10/C-285.265 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 141.779.279-53; **LILIANE NARA PIROLI**, brasileira, solteira, maior, Técnica em Contabilidade, residente e domiciliada neste município de Santa Cecília – SC. Na Av. XV de novembro, 318, portadora da carteira de identidade nº 10/R – 2.408.023 – SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 657.218.709-82.

Santa Cecília – SC. 28 de outubro de 2002.

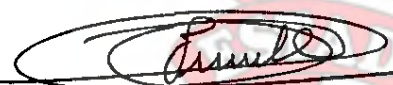
  
ROBERTO ROGERIO DO AMARAL


  
R.P. ARTENIR WERNER


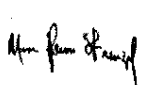
  
ARY CORREA RAMOS

  
TEREZINHA JULIA RAMOS

TESTEMUNHAS:

  
IVO PIROLI  
C.I. 10C-285.265-SSP-SC  
C.P.F. 141.779.279-53

  
LILIANE NARA PIROLI  
C.I. 10R-2.408.023 – SSP – SC.  
C.P.F. 0657.218.709-82

|                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br>CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/12/2002<br>SOB Nº: 2002237380<br>Protocolo: 02/223738-0<br>Empresa: 42 2 0054396 7<br>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA<br>LTDA |
|                                                                                     | <br>MAX JOSEF REUSS STRENZEL<br>SECRETARIO GERAL                                                                             |

**9ª (nona) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA  
LTDA.**

**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94.**

**ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, brasileiro, engenheiro, casado pelo regime universal de bens, nascido em 08 de junho de 1947, São Paulo – SP. Portador da Cédula de Identidade RG 1.432.742, emitida em 08/11/1994 pela SSP-SC e Inscrito no CPF nr. 067.197.089-53, residente e domiciliado na Rua Caetano Vieira da Costa, 550 – Apto. 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina CEP: 88.500-000.

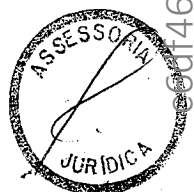
**ARTENIR WERNER**, brasileiro, funcionário público, casado pelo regime universal de bens, nascido em 01 de agosto de 1940 em Apiuna – SC. Portador da Cédula de Identidade RG nr. 529.376-6, emitida em 14 de março de 2002 pela SSP-SC, e Inscrito no CPF: nr. 005.578.629-49, residente e domiciliado a Rua Monsenhor Frederico Hobold, 30, Bairro Coqueiros, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina CEP: 88085-450, neste ato representado por seu procurador Sr. **Roberto Rogério do Amaral**, supra qualificado, conforme Procuração já arquivada na JUCESC, sob nr 2002099500 em 04 de junho de 2002.

**ARY CORREA RAMOS**, brasileiro, comerciante, casado pelo regime universal de bens, nascido em 31 de dezembro de 1943 em Curitiba - SC, Portador da Cédula de Identidade RG nr. 10C – 631.239, emitida em 21 de outubro de 1992 pela SSP – SC. E Inscrito no CPF. Nr. 066.498.749-49 residente e domiciliado na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 726, centro, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina CEP: 89540.-000;

**ESPOLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS**, neste ato representado pelo inventariante sr. Ary Correa Ramos, acima identificado;

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA.**, com sede e foro jurídico a rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 Centro, nesta cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.540-000, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 4220054396, em 04/03/1982, 1ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-85, em 15/05/1985; 2ª alteração contratual arquivado sob nº 54396-1-1986, em 29/07/1986; 3ª alteração contratual arquivada sob nº 54396-1-1988, em 06/07/1988; 4ª alteração contratual arquivada sob nº 44396-1-1988, em 11/08/1988; 5ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 31/01/1994, 6ª alteração contratual arquivada sob nº 422.0054396.7, em 2//01/1998 e 7ª Alteração contratual arquivada sob nr. 422.005.4396.7, em 04 de junho de 2002, 8ª alteração contratual arquivada sob nr 422.005.439.67, em 05 de dezembro de 2002, e inscrito no CNPJ. 75.835.702/0001-94.

**RESOLVEM** de comum acordo de proceder as alterações em seu contrato social, pelos motivos e condições a seguir:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.tamara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 35

6c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



I – Em decorrência da Autorização Presidencial constante do despacho nº 286 e requerida em 26-11-2004 e constante do processo 53000018154/2004 do Ministério das Comunicações deliberam os sócios abaixo assinados ~~de RATIFICAR~~, através deste instrumento e na forma abaixo as alterações ~~contratuais~~ verbalmente acordadas em novembro de 2004 e que foram objeto de análise e aprovação do Ministério das Comunicações, conforme processo 53000018154/2004-56, e o fazem da forma a seguir:

## I – DA TRANSFÊRENCIA DE QUOTAS SOCIAIS:

**Primeira:** O sócio Sr. **ARTENIR WERNER**, que detém na sociedade 45 (quarenta e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 45,00 (Quarenta e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a **totalidade** de suas quotas, dando pelo presente instrumento plena geral e irrevogável quitação, para o sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, supra qualificado.

**Segunda:** O sócio Sr. **ROBERTO ROGERIO DO AMARAL**, que detém na sociedade 1.125 (Hum mil, cento e vinte e cinco) quotas, todas integralizadas, no valor de R\$ - 1.125,00 – (Hum mil, cento e vinte e cinco reais), retira-se da sociedade cedendo e transferindo a **totalidade** de suas quotas, a saber: Para o **Espolio de TEREZINHA JULIA RAMOS**, cede e transfere a quantia de 585 (quinhentas e oitenta e cinco) quotas, no valor de R\$ - 585,00 – (quinhentos e oitenta e cinco reais); para o sócio Sr. **ARY CORREA RAMOS**, cede e transfere o saldo da quantia de 540 (quinhentas e quarenta) quotas, no valor de R\$ - 540 – (quinhentos e quarenta reais), o sócio cedente e retirante dá a mais ampla, geral irrevogável e irretroatável quitação das quotas ora vendidas.

## II – DA NOVA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

**Terceira -** Em razão da cessão de quotas supra citadas com a saída e ingresso de sócios, fica o capital social no valor de R\$ - 3.000,00 (três mil reais), dividido e representado por 3.000 (três mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

| N O M E S                        | COTAS | VALOR    | %    |
|----------------------------------|-------|----------|------|
| ARY CORREA RAMOS.....            | 1.500 | 1.500,00 | 50%  |
| ESPOLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS | 1.500 | 1.500,00 | 50%  |
| T O T A I S .....                | 3.000 | 3.000,00 | 100% |

**Quarta –** A sociedade passa a ser administrada pelo sócio: **ARY CORREA RAMOS** isoladamente, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, podendo onerar ou alienar imóveis da sociedade.

**Quinta –** Diante da necessidade de adaptar seu contrato social as novas normas prescritas pela Lei 10.406/2002- (Novo Código Civil) os sócios deliberam reformar e dar nova redação consolidada a seu contrato social, da forma a seguir:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 36



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

### **Clausula 7 – DA ADMINISTRAÇÃO.**

7 – 1 – A sociedade será administrada pelo sócio: **ARY CORREIA RAMOS**, isoladamente, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, podendo onerar ou alienar imóveis da sociedade.

7 – 2 – Pelos serviços prestados à sociedade, os sócios poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores.

7 – 3 – Nos quatro primeiros meses seguintes ao termino do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

### **Clausula – 8 – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DESTINO DOS RESULTADOS.**

8 – 1 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e se encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

8 – 2 – No final do exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

8 – 3 – Os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

### **Clausula 9 – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SOCIO.**

9 – 1 – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

### **Clausula 10 – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO**

10 – 1- O(s) administrador(es) e sócio(s) signatário(s) deste instrumento declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.tamara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 37



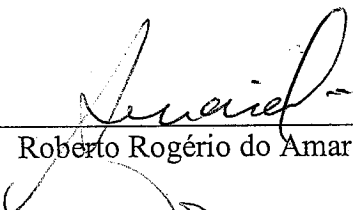
c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

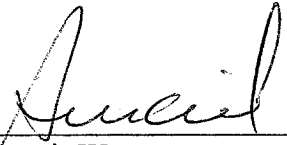
## Clausula 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

11-1- A presente Alteração Contratual é efetivada nos termos do disposto: despacho do Presidente da Republica, exposição de motivos nr. 286 de 25 de novembro de 2004 e publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2005. com assinatura do Sr. EUNICIO OLIVEIRA, Ministro de Estado das Comunicações.

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 3 (três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas instrumentais, comprometendo-se por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

SANTA CECILIA – SC. 20 de novembro de 2006.

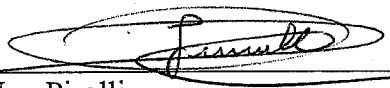
  
Roberto Rogério do Amaral

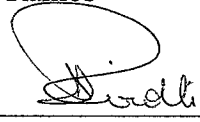
  
p.p. Artenir Werner

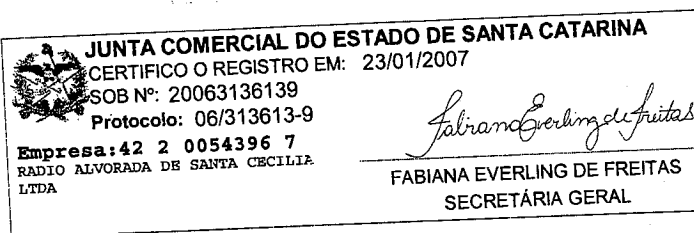
  
Ary Correa Ramos

  
p/ Espôlio de Terezinha Julia Ramos  
Ass. Ary Correa Ramos

Testemunhas:

  
Ivo Pirolli  
C.I. 10C-285.265-SSP-SC.  
CPF. 141.779.279-53

  
Liliane Nara Pirolli  
C.I. 10R-2.408.023 –SSP-SC.  
CPF. 657.218.709-82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.tamara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 38



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro  
JUCESC)  
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE  
CAÇADOR

18/927175-2



Matrícula(da sede ou da filial  
quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA  
NATUREZA  
JURÍDICA

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE  
AUXILIAR DO COMÉRCIO

42200543967

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81800000405046  
DBE analisado.  
Emitida em 30/04/2018 - V3

NOME: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

| Nº DE VIAS | CÓD. ATO | CÓD. EVENTO | QTD | DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO                      |
|------------|----------|-------------|-----|----------------------------------------------|
| 0          | 002      |             |     | ALTERAÇÃO                                    |
|            |          | 021         | 1   | Alteracao de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
|            |          | 051         | 1   | Consolidação de Contrato/Estatuto            |

CAÇADOR

18 MAIO 2018

SANTA CECÍLIA/SC  
30/04/2018

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: GERSON LUIDY RAMOS PASCHERA

Assinatura:

Telefone de contato: (49)32442011 sabalbinotti@sabalbinotti.com.br

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

A decisão.

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

04 JUN, 2018

Luciano Kowalski  
Representante da JUCESC  
luciano.kowalski@jucesc.sc.gov.br  
Fone: (48) 9974-6146  
Vogal Jucesc

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

**Espólio de Terezinha Julia Ramos**, brasileira, nascida em 21/07/1946, CPF nº 026.514.159-10, carteira de identidade nº 3.805.643, órgão expedidor SSP/SC, representada por seu inventariante, Sr. Ary Correa Ramos, nascido em 31/12/1943, CPF nº 066.498.749-49, carteira de identidade nº 631.239 SSP/SC, que em razão do falecimento do inventariante é representada pelo inventariante do Sr. Ary Correa Ramos, Sr. Emerson Ernani Ramos, maior, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado em comunhão parcial de bens, bancário, CPF nº 749.629.579-53, carteira de identidade nº 2.667.840 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Coronel Henrique Almeida, nº 333, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520000, Brasil.

**Espólio de Ary Correa Ramos**, nascido em 31/12/1943, CPF nº 066.498.749-49, carteira de identidade nº 631.239 SSP/SC, representado por seu inventariante, Sr. Emerson Ernani Ramos, maior, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado em comunhão parcial de bens, bancário, CPF nº 749.629.579-53, carteira de identidade nº 2.667.840 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Coronel Henrique Almeida, nº 333, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520000, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42200543967, com sede Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecilia/SC, CEP 89.540-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 75.835.702/0001-94, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Admitem-se neste ato os seguintes sócios:

CAMILA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 07/06/1984, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, SECRETARIA, CPF nº 043.012.899-17, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 4.560.437, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA FRANCISCO RAUEN, 218, BOSQUE, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 12/03/1966, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, DONA-DE-CASA, CPF nº 725.480.619-49, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.595.275, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ADOLFO DOTTI, 59, SAO LUIZ, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

ANGELA MARIA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 05/11/1970, SEPARADA JUDICIALMENTE, APOSENTADA, CPF nº 737.397.589-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3.484.010, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA LAURO MULLER, 162, CENTRO, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

EMERSON ERNANI RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 18/11/1973, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, BANCARIO, CPF nº 749.629.579-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.667.840, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CORONEL HENRIQUE ALMEIDA, 333, CENTRO, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

MARA LUCIA RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 05/11/1969, DIVORCIADA, BABÁ, CPF nº 807.724.559-53, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1.915.861, órgão

Req: 81800000405046

Página 1/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RODOVIA ARMANDO CALIL, S/N, VARGEM DO BOM JESUS, CURITIBANOS, SC, CEP 89520000, BRASIL.

GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 31/01/1994, SOLTEIRO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CPF nº 060.924.259-80, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5.500.861, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 170, CENTRO, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL.

ADRIANO GIOVANI RAMOS, admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 01/03/1972, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, PEDREIRO, CPF nº 807.723.319-87, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2.669.714, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA PEDRO GREGORIO FRANZON, S/N, ADOLFO CORREA DA SILVA, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL.

Retira-se da sociedade a sócia TEREZINHA JULIA RAMOS por força do formal de partilha nº 056.06.000416-4 da Vara Única da comarca de Santa Cecília/SC, folhas 33, 93, 94, 106, 107, 110 e 127, onde suas quotas de participação ficaram aos herdeiros Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Adriano Giovani Ramos, Emerson Ernani Ramos, Tania Aparecida Ramos Scheffer, Camila Ramos e Gerson Luidy Ramos Baschera, ficando atribuídas 1.500 (um mil e quinhentas) quotas de capital que eram suas, ou seja, 7,14% para cada um dos herdeiros.

Retira-se da sociedade o sócio ARY CORREA RAMOS, por força Inventário Extrajudicial Consensual, translado do livro 101, folhas 293 à 298, protocolo 5734 de 17/08/2017, onde suas quotas ficaram aos herdeiros Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Adriano Giovani Ramos, Emerson Ernani Ramos, Tania Aparecida Ramos Scheffer, Camila Ramos e Gerson Luidy Ramos Baschera, ficando atribuídas 1.500 (um mil e quinhentas) quotas de capital que eram suas, ou seja, 7,14% para cada um dos herdeiros.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O capital social que era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) dividido em 3.000 (três mil) quotas, passa a ser de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, representado por 15.271.177 (quinze milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e setenta e sete) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios com aproveitamento de parte do saldo da conta lucros acumulados de acordo com o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2016, ficando assim distribuído:

CAMILA RAMOS, com 2.181.596 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,96 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e seis centavos) integralizado.

TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

ANGELA MARIA RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

Req: 81800000405046

Página 2/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

EMERSON ERNANI RAMOS, com 2.181.596 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,96 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e seis centavos) integralizado.

MARA LUCIA RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

ADRIANO GIOVANI RAMOS, com 2.181.597 (dois milhões e cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) quotas, perfazendo um total de R\$ 21.815,97 (vinte e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos) integralizado.

| Sócio                          | Quotas     | Valor      | Percentual |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Camila Ramos                   | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Tania Aparecida Ramos Scheffer | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Angela Maria Ramos             | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Emerson Ernani Ramos           | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Mara Lucia Ramos               | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Gerson Luidy Ramos Baschera    | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,28%     |
| Adriano Giovanni Ramos         | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Total                          | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A administração da sociedade caberá aos sócios **Camila Ramos** e **Gerson Luidy Ramos Baschera**, em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

**CLÁUSULA QUARTA** - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**CLÁUSULA QUINTA** - O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece Santa Cecília/SC.

**CLÁUSULA SEXTA** - As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Conforme determina o código civil, consolida-se o contrato social com a redação abaixo.

Req: 81800000405046

Página 3/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

**CONSOLIDAÇÃO**

**Clausula 1ª - NOME EMPRESARIAL**

1-1 - Sob o nome empresarial de **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**, está constituída uma sociedade limitada que será regida por este contrato social, pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

**Clausula 2ª - SEDE E FORO JURIDICO**

2-1 - A sede e foro jurídico da sociedade é na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000.

**Clausula 3ª - FILIAIS**

3-1 - A Sociedade atualmente não possui filiais, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, mediante deliberação e autorização do Ministério das Comunicações e em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do capital social.

**Clausula 4ª - INICIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

4-1 - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**Clausula 5ª - OBJETO SOCIAL**

5-1 - A sociedade tem por objeto social o ramo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO.

**Clausula 6ª - CAPITAL SOCIAL/QUOTAS/RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS**

6-1 - O capital social da sociedade é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, representado por 15.271.177 (quinze milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e setenta e sete) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma já totalmente integralizado.

6-2 - O Capital Social está assim subscrito pelos sócios:

| Sócio                          | Quotas     | Valor      | Percentual |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Camila Ramos                   | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Tania Aparecida Ramos Scheffer | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Angela Maria Ramos             | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Emerson Ernani Ramos           | 2.181.596  | 21.815,96  | 14,28%     |
| Mara Lucia Ramos               | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Gerson Luidy Ramos Baschera    | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,28%     |
| Adriano Giovani Ramos          | 2.181.597  | 21.815,97  | 14,29%     |
| Total                          | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

6-3 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

6-4 - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço o direito

Req: 81800000405046

Página 4/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7825138 / SEI 35145.017760/2021-03 / pg. 43



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas alteração contratual pertinente.

6-5 – As quotas sociais também não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas total ou parcialmente a qualquer título, sem autorização do outro sócio.

### **Cláusula 7ª – DA ADMINISTRAÇÃO**

7-1 – A administração da sociedade cabe aos sócios **Camila Ramos** e **Gerson Luidy Ramos Baschera**, em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

7-2 – Pelos serviços prestados à sociedade, os sócios poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores.

7-3 – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso.

### **Cláusula 8ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DESTINO DOS RESULTADOS**

8-1 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e se encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

8-2 – No final do exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

8-3 – Os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital.

### **Cláusula 9ª – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

9-1 – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

### **Cláusula 10 – DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO**

10-1 – O(s) administrador(es) e sócio(s) signatário(s) deste Instrumento declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional,

Req: 81800000405046

Página 5/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



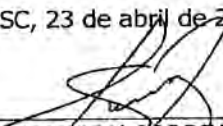
**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10**  
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ nº 75.835.702/0001-94**

contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

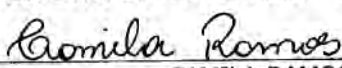
**Clausula 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

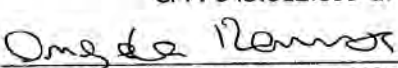
11-1 – A presente alteração contratual é efetivada nos termos da Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017.  
E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

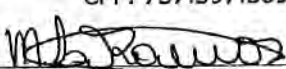
Santa Cecília/SC, 23 de abril de 2018.

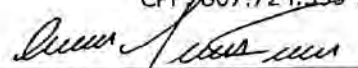
  
ESPÓLIO DE ARY CORREA RAMOS  
CPF: 066.498.749-49


INVENTARIANTE EMERSON ERNANI RAMOS

  
CAMILA RAMOS  
CPF: 043.012.899-17

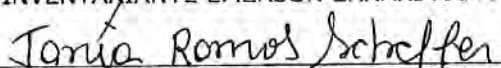
  
ANGELA MARIA RAMOS  
CPF: 737.397.589-53


  
MARA LUCIA RAMOS  
CPF: 807.724.559-53

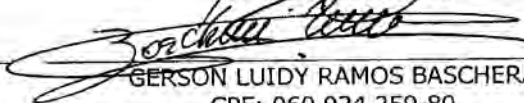
  
ADRIANO GIOVANI RAMOS  
CPF: 807.723.319-87

  
ESPÓLIO DE TEREZINHA JULIA RAMOS  
CPF: 026.514.189-10

INVENTARIANTE EMERSON ERNANI RAMOS

  
TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER  
CPF: 725.480.619-49

  
EMERSON ERNANI RAMOS  
CPF: 749.629.579-53

  
GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA  
CPF: 060.924.259-80

Req: 81800000405046

Página 6/6

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



189271752

**TERMO DE AUTENTICACAO**

|                 |                                                    |
|-----------------|----------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA               |
| PROTOCOLO       | 189271752 - 18/05/2018                             |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                    |
| EVENTO          | 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |

**MATRIZ**

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2018  
SOB N: 20189271752

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

04/06/2018

Certifico o Registro em 04/06/2018

Arquivamento 20189271752 Protocolo 189271752 de 18/05/2018

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444610523857928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018

por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Petição (7825158)

SEI 35113.017760/2021-03 / pg. 46

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11  
RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA  
CNPJ nº 75.835.702/0001-94  
NIRE nº 42200543967

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42200543967, com sede na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, delibera de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - Na qualidade de sócios, ingressam na sociedade:**

- **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 18/05/2002, em Videira, no Estado de Santa Catarina, portador da carteira de identidade de nº 6134469, expedida pela SSP/SC em 02/04/2019, inscrito no CPF sob o nº 085.026.699-82, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, emancipado, conforme Certidão de Emancipação em anexo, mediante compra de capital, no montante de R\$ 38.177,94 (trinta e oito mil, cento e setenta e sete Reais e noventa e quatro centavos), que correspondem a 3.817.794 (três milhões oitocentos e dezessete mil, setecentos e noventa e quatro) quotas; e,

- **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, nascido em 10/10/1967, em Estelo, no Estado do Rio Grande do Sul/RS, portador da carteira de identidade de nº 6066405, expedida pela SSP/SC, em 05/11/2007, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, mediante compra de capital, no montante de R\$ 114.533,83 (cento e quatorze mil, quinhentos e trinta e três Reais e oitenta e três centavos), que correspondem a 11.453.383 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e três) quotas.

**2.1 - CAMILA RAMOS**, brasileira, nascida em 07/06/1984, secretária, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade nº 4.560.437, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF 043.012.899-17, residente e domiciliada na Rua Francisco Rauem, nº 218, Bosque, Curitiba/SC, CEP 89.520-000, vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.696** (Dois milhões, cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e seis), pelo valor de R\$ 21.816,96 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e seis centavos), para o sócio ingressante **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQ4KEssf0I2kn2WdsA&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 42705312072-MARCOS ANTONIO SILVEIRA

5dfc6e56d698-1938-884f-4e88-836f-869d959ecfd5

14/12/2020



**2.2 - TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER**, brasileira, nascida em 12/03/1966, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, dona de casa, portadora da carteira de identidade nº 2.595.275, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF.725.480.619-49, residente e domiciliado na Rua Adolfo Dotti, nº 59, São Luiz, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 1.636.198 (Um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, cento e noventa e oito), pelo valor de R\$ 16.361,98 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e um Reais e noventa e oito centavos), para o sócio ingressante **ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação; e, vende e transfere o restantes de suas quotas sociais, 545.399 (Quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e nove), pelo valor de R\$ 5.453,99 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três Reais e noventa e nove centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.3 - ANGELA MARIA RAMOS**, brasileira, nascida em 05/11/1970, separada judicialmente, aposentada, portadora da carteira de identidade nº 3.484.010, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 737.397.589-53, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, nº 162, centro, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.597 (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de R\$ 21.815,97 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.4 - EMERSON ERNANI RAMOS**, brasileiro, nascido em 18/11/1973, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, bancário, portador da cédula de identidade nº 2.667.840, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 749.629.579-53, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, nº 46, apartamento 01, centro, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.596 (Dois milhões, cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e seis), pelo valor de R\$ 21.815,96 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e seis centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.5 - MARA LUCIA RAMOS**, brasileira, nascida em 05/11/1969, divorciada, babá, portadora da carteira de identidade nº 1.915.861, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 807.724.559-53, residente e domiciliada na Rodovia Armando Calil s/nº, Vargem do Bom Jesus, Curitiba/SC, CEP 89.520-000. Vende e transfere suas quotas sociais, 2.181.597 (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de R\$ 21.815,97 (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.6 - GERSON LUIDY RAMOS BASCHERA**, brasileiro, nascido em 30/01/1994, solteiro, auxiliar administrativo, portador da carteira de identidade nº



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 48

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



5.500.861, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 060.924.259-80, residente e domiciliada na Avenida XV de novembro, nº 170, centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000. Vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.597** (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de **R\$ 21.815,97** (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**2.7 - ADRIANO GIOVANI RAMOS**, brasileiro, nascido em 01/03/1972, casado pelo regime de comunhão parcial de bens. Trabalhador Autônomo, portador da carteira de identidade nº 2.669.714, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 807.723.319-87, residente e domiciliada na Rua Pedro Gregório Franzon, s/nº, Adolfo Corrêas da Silva, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000. Vende e transfere suas quotas sociais, **2.181.597** (Dois milhões cento e oitenta e um mil com quinhentos e noventa e sete), pelo valor de **R\$ 21.815,97** (vinte um mil, oitocentos e quinze Reais e noventa e sete centavos), para o sócio ingressante **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, que paga o valor integral e recebe quitação.

**CLÁUSULA 3ª** – O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e onze Reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo de Real) cada uma, distribuído entre os sócios:

| SÓCIO                             | QUOTAS     | VALOR      | %    |
|-----------------------------------|------------|------------|------|
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25%  |
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75%  |
| TOTAL                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100% |

**CLÁUSULA 4ª** – A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 5ª** – A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, já devidamente qualificado, na qualidade de **DIRETOR**, bem como pela Sra. **NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23/07/1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 578.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA**.

**CLÁUSULA 6ª** – É expressamente vedado ao **DIRETOR** e a **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA** utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos e outros de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

*Comila Ramos*  
*Impulso, Durand*  
*Tomio*  
*E M. S. P. S.*  
*Adm*

MARAJA  
MARAJA  
MARAJA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 49

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**CLÁUSULA 7ª** – A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

**CLÁUSULA 8ª** – Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação vigente quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

§1º - Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º - O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

**CLÁUSULA 9** – As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 10** – Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 11** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

**CLÁUSULA 12** - Quanto ao exercício social, balanço e destino dos resultados é alterada para atualização termos, sendo que continua seguindo a legislação vigente:  
12.1 - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

12.2 - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

**CLÁUSULA 13** – É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 14** – Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

*Blasco Ramos*  
*Carla Ramos*  
*Tomás*  
*M. Ramos*  
*8*  
*3*  
*Carla*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 50

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**CLÁUSULA 15** – A cláusula quanto a retirada, interdição ou falecimento de sócio sofre alteração para atualizar a redação e detalhar as condições nos termos da legislação vigente:

15.1 – A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

15.2 – A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

**CLÁUSULA 16** – A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único- Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 17** – As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo a que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 18** - Os sócios declaram que:

18.1 – Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente;

18.2 – Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

18.3 – Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

18.4 – Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 51



Blasco Borges Barcellos  
11/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

art. 1º, caput, inciso I, alínea "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 19** – Ocorre alteração da cláusula quanto à declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor.

19.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedido por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA 20** – A sociedade adotará o nome empresarial de **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**.

**CLÁUSULA 21** - O objeto social da sociedade permanecerá o mesmo, inalterado, devendo apenas ser modificado o seu texto, em conformidade com o art. 15, inciso II do Decreto nº 52.795/63 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), incluído pelo Decreto nº 9.138/2017, da seguinte forma:

21.1 - A sociedade tem como objeto a execução de **SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO** em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Conforme determina o Código Civil Brasileiro, consolida-se o Contrato Social com a redação abaixo:

#### CONSOLIDAÇÃO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº 11  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
CNPJ nº 75.835.702/0001-94  
NIRE nº 42200543967

**ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 18/05/2002, em Videira, no Estado de Santa Catarina, portador da carteira de identidade de nº 8134469, expedida pela SSP/SC, em 02/04/2019, inscrito no CPF sob o nº 085.026.899-82, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, emancipado, conforme Certidão de Emancipação em anexo; e,

**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, nascido em 10/10/1967, em Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul/RS, portador da carteira de identidade de nº



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.vamaraialeg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5> / pg. 52

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



6066405, expedida pela SSP/SC, em 05/11/2007, inscrito no CPF sob o nº 495.183.130-91, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, Brasil, resolve ingressar na SOCIEDADE EMPRESARIAL LTDA, que se regerá pela legislação civil aplicável e, supletivamente, no que couber, pela Lei das Sociedades Anônimas, segundo as seguintes cláusulas e condições:

### I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE

**CLÁUSULA 1ª.** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª.** A sociedade adotará o nome empresarial de RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

**CLÁUSULA 3ª.** A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Santa Cecília/SC, localizada na Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

### II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**CLÁUSULA 4ª.** A sociedade tem como objeto a execução de **SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO** em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério das Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoas e da família.

**CLÁUSULA 5ª.** A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

### III- CAPITAL E QUOTAS

**CLÁUSULA 6ª.** O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), dividido em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, distribuído entre os sócios:

| SÓCIO                             | QUOTAS     | VALOR      | %    |
|-----------------------------------|------------|------------|------|
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25%  |
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75%  |
| TOTAL                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100% |

**CLÁUSULA 7ª.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.jucemar.jus.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5> / pg. 53

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



**CLÁUSULA 8ª.** As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª.** Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país, seguindo a legislação vigente, que dispõe:

§1º- Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

#### IV- ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA 10 -** A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11 -** A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**, já devidamente qualificado, na qualidade de **DIRETOR**, bem como pela Sra. **NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.560-000, na qualidade de **ADMINISTRADORA NÃO-SÓCIA**.

**CLÁUSULA 12 -** É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos e outros em favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13 -** A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 54

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** - Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

## VI-EXERCÍCIO SOCIAL

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

## VII-CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** - Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

## VIII-RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interditado ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> Petição 7825136 / SEI 55143.01760/2021-03 / pg. 55

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

## IX-DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 25** - Os sócios declaram que:

25.1 - Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente.

25.2 - Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 - Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 - Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 26** - Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor.

26.1 - Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedido por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 56

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**CLÁUSULA 27** – Fica eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, firma o presente instrumento, em tantas vias quantas bastem para prova entre as partes e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Santa Cecília/SC, 04 de dezembro de 2020.

**2º TABELIONATO**  
**GAMILA RAMOS**  
*Gamila Ramos*  
**ANGELA MARIA RAMOS**  
*Angela Maria Ramos*

**2º TABELIONATO**  
**TANIA APARECIDA RAMOS SCHEFFER**  
*Tania Ramos Scheffer*

**MARAIZA**  
**EMERSON ERNANI RAMOS**  
*Emerson Ernani Ramos*

**MARAIZA**  
**GERSON LUIDY RAMOS BAGHERA**  
*Gerson Luidy Ramos Baghera*

**MARAIZA**  
**ADRIANO GIOVANI RAMOS**  
*Adriano Giovani Ramos*

**MARAIZA**  
**ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA**  
*Ângelo Antônio Pagnussat de Souza*

**MARAIZA**  
**MARA LUCIA RAMOS**  
*Mara Lucia Ramos*

**MARAIZA**  
**ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA**  
*Antônio Carlos de Souza*

**MARAIZA**  
**NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA**  
*Neliege Pagnussat de Souza*



11



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5> / pg. 57

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

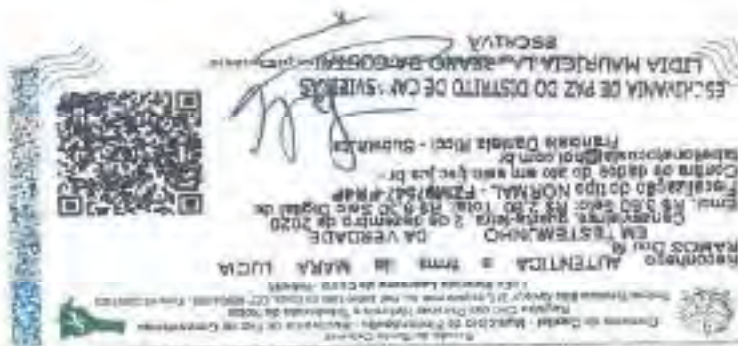
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5> / pg. 58



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5





202408183

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                                |
|-----------------|------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA           |
| PROTOCOLO       | 202408183 - 11/12/2020                         |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                |
| EVENTO          | 022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/12/2020  
SOB N: 20202408183

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20202408183

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 42705312072 - MARCOS ANTONIO SILVEIRA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825156)

SEI 35113.017/2021-03 / pg. 59

14/12/2020

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQ4KessfoI2kn2WdsA&chave2=Ug8Cwswph.-oKj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 42705312072-MARCOS ANTONIO SILVEIRA

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **MARCOS ANTÔNIO SILVEIRA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/SC 15.312, inscrito no CPF/MF sob o nº 427.053.120-72, portador do RG nº 6032124635, expedido pela SSP/RS, com endereço profissional na Rua Jerônimo Coelho, nº 280, sala 1.106, centro, Florianópolis/SC, Cep 88.034-450, tel. Fixo (48) 3028 5159, tel. Móvel (48) 99961 9078, endereço eletrônico (massilveira@msn.com), **declaro** sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados neste ato são autênticas e condizem com os documentos originais que me foram apresentados:

- a) Alteração nº 11 da empresa Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda, assinadas e rubricadas 11 (onze) páginas por Camila Ramos, Emerson Ernani Ramos, Mara Lucia Ramos, Angela Maria Ramos, Gerson Luidy Ramos Baschera, Adriano Giovanni Ramos, Angelo Antonio Pagnussat de Souza, Antonio Carlos de Souza e Neliege Pagnussat de Souza;
- b) Carteira profissional do advogado inscrito na OAB/SC sob nº 15.312.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2020.

Marcos Antônio Silveira  
OAB/SC 15.312



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

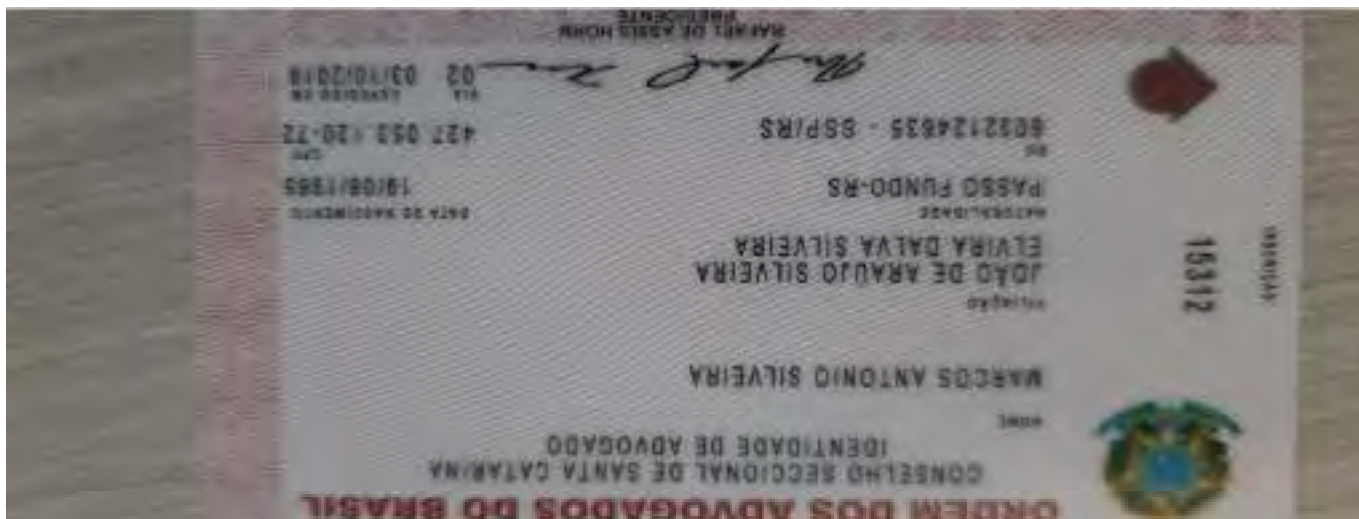
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 14/12/2020

Arquivamento 20202408183 Protocolo 202408183 de 11/12/2020 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 631898180542441

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



http://assinado.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMxL-T56p82-vwcySWa&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 854016198904-SERGIO ANTONIO BALBINOTTI

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**Antônio Carlos de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 10/10/1967, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão universal de bens, CPF nº 495.183.130-91, RG nº 6066405 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 18/05/2002, estudante, solteiro, CPF nº 085.026.699-82, RG nº 6134469 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42200543967, CNPJ nº 75.835.702/0001-94, com sede na Rua Sargento juvenil Pereira de Souza, nº 476, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89.540-000, deliberam ajustar a presente alteração contratual, nos termos da legislação vigente, mediante as condições estabelecidas:

**Cláusula Primeira** – A empresa passa a ter sua sede na Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000.

**Cláusula Segunda** – Passa a ter o seguinte objeto:

- a) A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais, obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e
- b) A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

Página 1/8

ES



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825158)

SEI35143.017760/2021-03 / pg. 62



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**Cláusula Terceira** - O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento permanece em Santa Cecília/SC.

**Cláusula Quarta** - As cláusulas do contrato social não alteradas acima, permanecem em vigor.

**Cláusula Quinta** - Consolida-se o ato constitutivo com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO**

**I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE**

**CLÁUSULA 1ª - RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª** - A sociedade adotará o nome empresarial de **Rádio Alvorada De Santa Cecília Ltda.**

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade tem sua sede Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

**II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO**

**CLÁUSULA 4ª** - A sociedade tem como objeto:

- a) A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais,

Página 2/8

B

\$ @



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7825158

SEI 35143.017/2021-03 / pg. 63

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e

- b) A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na Internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

**CLÁUSULA 5ª** - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

**III- CAPITAL E QUOTAS**

**CLÁUSULA 6ª** - O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e um mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, distribuído entre os sócios:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA 7ª** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 8ª** - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª** - Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou

Página 3/8

6

6

6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7825158

SEI 53143.017/2021-03 / pg. 64

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país, seguindo a legislação vigente, que dispõe:

§1º- Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

**IV- ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA 10** - A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11** - A sociedade passará a ser administrada pelo sócio **Antônio Carlos de Souza**, já devidamente qualificado, na qualidade de diretor, bem como pela Sra. **Neliege Pagnussat de Souza**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC, em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 – Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias – Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de administradora não-sócia.

**CLÁUSULA 12** – É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses

Página 4/8

8

8 8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825158)

SEI 53143.017/60/2021-03 / pg. 65

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos aceites de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13** – A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

**V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** – Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º do art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

**VI- EXERCÍCIO SOCIAL**

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

**VII- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Página 5/8

B

\$ @



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825158)

SEI 55143.017/60/2021-03 / pg. 66

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

---

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** – Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

**VIII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do *de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recesso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

**IX- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Página 6/8

B

B

B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825158)

SEI35143.017/2021-03 / pg. 67

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

---

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

**CLÁUSULA 25** - Os sócios declaram que:

25.1 - Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente.

25.2 - Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 - Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 - Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alínea "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90.

**CLÁUSULA 26** - Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor:

Página 7/8

5

6

7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7825156

SEI 35113.017760/2021-03 / pg. 68

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12**  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

26.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA 27** – É eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento:

Santa Cecília/SC, 01 de fevereiro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Antônio Carlos de Souza**

  
\_\_\_\_\_  
**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**

  
\_\_\_\_\_  
**Neliege Pagnussat de Souza**

Página 8/8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Feição (7825156)

SEI35143.017760/2021-03 / pg. 69

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



219449228

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                                    |
|-----------------|----------------------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA               |
| PROTOCOLO       | 219449228 - 16/03/2021                             |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                                    |
| EVENTO          | 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2021  
SOB N: 20219449228

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20219449228

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 85406198904 - SERGIO ANTONIO BALBINOTTI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 407008155115804

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825156)

SEI35113.017/2021-03 / pg. 70

16/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

a) Alteração 12 da empresa **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, assinadas e rubricadas **8 (oito) páginas** por **Antônio Carlos de Souza, Ângelo Antônio Pagnussat de Souza e Neliege Pagnussat de Souza**.



16/03/2021

Arquivamento 20219449228 Protocolo 219449228 de 16/03/2021 NIRE 42200543967

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Protocolo de assinaatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d9599e6fd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**Antônio Carlos de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 10/10/1967, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão universal de bens, CPF nº 495.183.130-91, RG nº 6066405 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

**Ângelo Antônio Pagnussat de Souza**, maior, brasileiro, nascido em 18/05/2002, estudante, solteiro, CPF nº 085.026.699-82, RG nº 6134469 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, nº 71, Apto. 201, Bairro Jardim das Hortênsias, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000;

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42200543967, CNPJ nº 75.835.702/0001-94, com sede na Rua Tania Aparecida Cecília Gaudêncio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, deliberam ajustar a presente alteração contratual, nos termos da legislação vigente, mediante as condições estabelecidas:

**Cláusula Primeira** – Tendo em vista incorreção constante da alteração nº 12, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 16/03/2021, arquivamento 20219449228, protocolo 219449228, **retratifica-se** o quadro constante na Cláusula 1ª, passando a ter a seguinte nova redação:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453,383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817,794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**Cláusula Segunda** – O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento permanece em Santa Cecília/SC.

**Cláusula Terceira** – As cláusulas do contrato social não alteradas acima, permanecem em vigor.

Página 1/8

6







Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 72



http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMYL-T54Ap7MwJChA3g&chave2=Ug8cwwspH-cK6j5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85406198904-SESGIO ANTONIO BALBINOTTI

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
CNPJ Nº 73.835.702/0001-94

**Cláusula Quarta** – Consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

### CONSOLIDAÇÃO

#### I- TIPO, NOME EMPRESARIAL E SEDE

**CLÁUSULA 1ª** - **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo jurídico de Sociedade Limitada e regida pelas disposições do art. 1052 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, por este contrato social e, supletivamente, nas suas omissões, pelas disposições aplicáveis à Sociedade Anônimas.

**CLÁUSULA 2ª** - A sociedade adota o nome empresarial de **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.**

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade tem sua sede Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio, nº 251, Centro, Santa Cecília/SC, CEP 89540-000, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

#### II- OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**CLÁUSULA 4ª** - A sociedade tem como objeto:

- A execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente, com orientação educacional, cultural e cívica, tendo, paralelamente, objetivos comerciais, obrigando-se a cumprir as disposições legais e regulamentares vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes a radiodifusão, em tudo compreendido por "Atividades de rádio"; e
- A execução e a exploração dos serviços de veiculação de publicidade na internet, a disponibilização de música, e a informação jornalística e social, através dos "Portais e Provedores de Conteúdo".

Página 2/8

S

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Peça nº 7325136

SEI 53143.017/60/2021-03 / pg. 73

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 5ª** - A sociedade iniciou suas atividades em 04/03/1982, e seu prazo de duração é indeterminado.

### III- CAPITAL E QUOTAS

**CLÁUSULA 6ª** - O capital social, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 152.711,77 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e onze reais e setenta e sete centavos), divididos em 15.271.177 (quinze milhões, duzentas e setenta e uma mil, cento e setenta e sete) quotas, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

| Sócio                             | Quotas     | R\$        | Percentual |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Antônio Carlos de Souza           | 11.453.383 | 114.533,83 | 75,00%     |
| Ângelo Antônio Pagnussat de Souza | 3.817.794  | 38.177,94  | 25,00%     |
| Total                             | 15.271.177 | 152.711,77 | 100,00%    |

**CLÁUSULA 7ª** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 8ª** - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

**CLÁUSULA 9ª** - Os sócios declaram preencher os requisitos previstos na legislação quanto à propriedade de empresas de radiodifusão, que é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país; seguindo a legislação vigente, que dispõe:

§1º - Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Página 3/8

18 18 18



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Peça 17825136

SEI 53113-01760/2021-03 / pg. 74

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 12

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

§2º- O quadro de pessoal será constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

§3º- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez).

### IV- ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA 10** - A sociedade poderá ser administrada por qualquer dos seus sócios, que atuarão com a designação de Diretor ou, ainda, por pessoas que não participem do seu quadro societário, que atuarão com a designação de Administrador Não-Sócio.

**CLÁUSULA 11** - A sociedade é administrada pelo sócio **Antônio Carlos de Souza**, já devidamente qualificado, na qualidade de diretor, bem como pela Sra. **Nellege Pagnussat de Souza**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora de empresa, nascida em 23 de julho de 1968, em Camargo, no Estado do Rio Grande do Sul, portadora da carteira de identidade de nº 6247614, expedida pela SSP/SC em 13/01/2010, inscrita no CPF sob o nº 576.160.350-00, residente e domiciliado na Rua dos Jasmins, 71 - Apto 201, Bairro Jardim das Hortênsias - Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000, na qualidade de administradora não-sócia.

**CLÁUSULA 12** - É expressamente vedado ao Diretor e ao Administrador NÃO-SÓCIO utilizarem-se da sociedade em negócios e transações alheios aos objetivos e interesses sociais, bem como prestar fianças, avais, endossos aceites de favor ou abonos em geral a favor de terceiros e estranhos aos fins da sociedade.

**CLÁUSULA 13** - A título de pró-labore, por serviços prestados à sociedade, o Diretor e/ou o Administrador NÃO-SÓCIO poderão retirar mensalmente quantia a ser ajustada.

### V- DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Página 4/5

B 46



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Peça nº 7825136

SEI 53143.017760/2021-03 / pg. 75

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 14** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos que correspondem a mais da metade do capital social, desde que a lei ou o contrato não exijam outro quórum para decisão da matéria objetivo da deliberação.

**CLÁUSULA 15** - Nas deliberações sociais dar-se-á preferência à forma no § 3º da art. 1072 do Código Civil, ou convocar-se-ão os sócios em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA 16** - Nos meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

### VI- EXERCÍCIO SOCIAL

**CLÁUSULA 17** - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA 18** - No interesse social e a critério da administração, os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspense.

### VII- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**CLÁUSULA 19** - É permitida a cessão e a transferência de quotas entre sócios.

**CLÁUSULA 20** - Qualquer cessão ou transferência de quotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios, os quais terão direito de preferência.

### VIII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Página 5/8

B

B

B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Peça nº 7825136

SEI 53113.017760/2021-03 / pg. 76

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ Nº 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 21** - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores *de de cujus* ou do interditado, com as quotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. A retirada de sócio que não mais deseje permanecer na sociedade ou que dela venha a ser excluído, não a dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, excluído, interditado ou falecido.

**CLÁUSULA 22** - A apuração do capital do sócio retirante, incluindo-se nesta categoria os que exercem o direito de recasso ou aqueles excluídos da sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

## IX- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA 23** - A dissolução da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses previstas em Lei, por deliberação unânime dos sócios ou, ainda, por deliberação dos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único - Qualquer que seja a hipótese, na dissolução e liquidação da sociedade serão observadas as disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato social.

**CLÁUSULA 24** - As alterações contratuais serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da realização do ato, acompanhado

Página 6/8

B B



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição 7825136

SEI 53113-01760/2021-03 / pg. 77

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 13

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ N° 75.835.702/0001-94**

de todos os documentos necessários à instrução do processo e que comprovem atendimento à legislação em vigor.

### **CLÁUSULA 25** – Os sócios declaram que:

25.1 – Nenhum dos sócios faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da concessão ou permissão nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados na legislação vigente;

25.2 – Nenhum dos diretores participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorgada, nem de outra entidade de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pela legislação vigente;

25.3 – Nenhum dos diretores está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função de qual decorra foro especial;

25.4 – Nenhum dos sócios ou diretores foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/90;

### **CLÁUSULA 26** – Ocorre alteração da cláusula quanto a declaração de desimpedimento com o objetivo de atualização do texto em conformidade com a legislação em vigor:

26.1 – Os sócios declaram, para os fins do art. 1.011, § 1º do Código Civil Brasileiro, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peito ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa concorrencial, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Página 7/8

B

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd55>

Peça nº 7825136

SEI 53143-017/2021-03 / pg. 78

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 13**

**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**  
**CNPJ N° 75.835.702/0001-94**

**CLÁUSULA 27** – É eleito o foro da comarca de Santa Cecília/SC, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações emergentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento:

Santa Cecília/SC, 19 de março de 2021.

  
Antônio Carlos de Souza

  
Ângelo Antônio Pagnussat de Souza

  
Neliege Pagnussat de Souza

Página 6/8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral  
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825156)

SEI 35143.017/2021-03 / pg. 79

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



219410569

## TERMO DE AUTENTICACAO

|                 |                                      |
|-----------------|--------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA |
| PROTOCOLO       | 219410569 - 23/03/2021               |
| ATO             | 002 - ALTERACAO                      |
| EVENTO          | 048 - RERRATIFICACAO                 |

### MATRIZ

NIRE 42200543967  
CNPJ 75.835.702/0001-94  
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/03/2021  
SOB N: 20219410569

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20219410569

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 85406198904 - SERGIO ANTONIO BALBINOTTI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825156)

SEI 53113.017/2021-03 / pg. 80

23/03/2021

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE



http://assinado.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMyL-T54Ap7MwJChA3g&chave2=Ug8cwwspH-cK5j5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85406198904-SERGIO ANTONIO BALBINOTTI

Eu, Sérgio Antônio Balbinotti, maior, brasileiro, solteiro, contador, nascido em 10/05/1972, CPF nº 854.061.989-04, RG nº 4.939.673-2 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Altamiro Guimarães, nº 627, Centro, Lebon Régis/SC, CEP 89515-000, declaro sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados neste ato são autênticas e condizem com os documentos originais que me foram apresentados:

- a) Alteração 13 da empresa Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda, assinadas e rubricadas 8 (oito) páginas por Antônio Carlos de Souza, Ângelo Antônio Pagnussat de Souza e Neliege Pagnussat de Souza.

Lebon Régis/SC, 23 de março de 2021.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/03/2021

Arquivamento 20219410569 Protocolo 219410569 de 23/03/2021 NIRE 42200543967

Nome da empresa RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 515688564947646

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825156) SEI 35113.017/2021-03 / pg. 81

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <b>Nome Empresarial</b><br>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Natureza Jurídica:</b> SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)</b><br>42 2 0054396-7                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>CNPJ</b><br>75.835.702/0001-94   | <b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b><br>04/03/1982            | <b>Data de Início de Atividade</b><br>04/03/1982                         |                                          |
| <b>Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)</b><br>RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO, 251, CENTRO, SANTA CECÍLIA, SC, 89.540-000                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Objeto Social</b><br>A) A EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, EM QUALQUER DE SUAS MODALIDADES, MEDIANTE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DO PODER CONCEDENTE, COM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E CÍVICA, TENDO, PARALELAMENTE, OBJETIVOS COMERCIAIS, OBRIGANDO-SE A CUMPRIR AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES VIGENTES, OU QUE VIEREM A VIGORAR, REFERENTES A RADIODIFUSÃO, EM TUDO COMPREENDIDO POR ATIVIDADES DE RÁDIO ; E B) A EXECUÇÃO E A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE NA INTERNET, A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÚSICA, E A INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E SOCIAL, ATRAVÉS DOS PORTAIS E PROVEDORES DE CONTEÚDO. |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Capital: R\$</b> 152.711,77<br>(CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                     | <b>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)</b><br>Não |                                                                          | <b>Prazo de Duração</b><br>Indeterminado |
| <b>Capital Integralizado: R\$</b> 152.711,77<br>(CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL SETECENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Nome/CPF ou CNPJ</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Participação no capital(R\$)</b> | <b>Espécie de Sócio</b>                                                  | <b>Administrador</b>                                                     | <b>Término do Mandato</b>                |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA<br>085.026.699-82                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 38.177,94                           | SOCIO                                                                    |                                                                          | XXXXXXXXXX                               |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA<br>495.183.130-91                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 114.533,83                          | SOCIO                                                                    | Administrador                                                            | XXXXXXXXXX                               |
| <b>Administrador Nomeado/Término do Mandato</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          |                                                                          |                                          |
| <b>Nome/CPF</b><br>NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA<br>576.160.350-00                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                     |                                                                          | <b>Término do Mandato</b><br>XXXXXXXXXX                                  |                                          |
| <b>Último Arquivamento</b><br>Data: 23/03/2021<br>Ato: ALTERAÇÃO<br>Evento(s):<br>CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO<br>RERRATIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                     |                                                                          | <b>Situação</b><br>REGISTRO ATIVO<br><br><b>Status</b><br>XXXXXXXXXXXXXX |                                          |

Florianópolis - SC, segunda-feira, 28 de junho de 2021

Eu,  
Conferi e assino.

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

Documento Assinado Digitalmente 28/06/2021  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
no 196035/2021-01 na consulta de processos

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

NIRE: 42 2 0054396 7

CNPJ: 75.835.702/0001-94

endereço: RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO

complemento:

número: 251

bairro: CENTRO

CEP: 89540-000

município: SANTA CECÍLIA

UF: SC

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

| ato | número      | data       | descrição                                    |
|-----|-------------|------------|----------------------------------------------|
| 090 | 42200543967 | 04/03/1982 | CONTRATO                                     |
| 021 | 850006697   | 15/05/1985 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 860014073   | 29/07/1986 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 880009112   | 06/07/1988 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 880010990   | 11/08/1988 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 940039079   | 31/01/1994 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 980108640   | 28/01/1998 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 020999500   | 04/06/2002 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 206 | 020999518   | 04/06/2002 | PROCURACAO                                   |
| 206 | 020999526   | 04/06/2002 | PROCURACAO                                   |
| 021 | 022237380   | 05/12/2002 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 021 | 20063136139 | 23/01/2007 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20063136139 | 23/01/2007 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 985 | 20178124265 | 13/06/2017 | ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS          |
| 021 | 20189271752 | 04/06/2018 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20189271752 | 04/06/2018 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 022 | 20202408183 | 14/12/2020 | ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL     |
| 051 | 20202408183 | 14/12/2020 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |

FLORIANÓPOLIS - SC, 30 de junho de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



Documento Assinado Digitalmente 30/06/2021  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



autenticidade acesse [www.jucesc.sc.gov.br](http://www.jucesc.sc.gov.br)  
ou 103786/2021-02 na consulta de processos.  
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 002 / 002

|     |             |            |                                              |
|-----|-------------|------------|----------------------------------------------|
| 021 | 20219449228 | 16/03/2021 | ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| 051 | 20219449228 | 16/03/2021 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |
| 048 | 20219410569 | 23/03/2021 | RERRATIFICAÇÃO                               |
| 051 | 20219410569 | 23/03/2021 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO            |

FLORIANÓPOLIS - SC, 30 de junho de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

PERÍODO

01/01/2020 À 31/12/2020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepublica.org.br/c6df4090-4690-4690-4690-469046904690>

Petição (7825139)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 85

c6df4090-4690-4690-4690-469046904690



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

| ATIVO                                        |                     |                     |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                              | Saldo em 31/12/2020 | Saldo em 31/12/2019 |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                      | <b>8.018,03</b>     | <b>65.721,91</b>    |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>         | <b>6.637,97</b>     | <b>65.721,91</b>    |
| <b>CAIXA</b>                                 | <b>4.535,15</b>     | <b>59.389,68</b>    |
| Caixa                                        | 4.535,15            | 59.389,68           |
| <b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>                | <b>2.102,82</b>     | <b>6.332,23</b>     |
| Banco do Brasil s/a                          | 2.102,82            | 6.332,23            |
| <b>OUTROS CREDITOS</b>                       | <b>1.380,06</b>     | <b>0,00</b>         |
| <b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>                  | <b>1.380,06</b>     | <b>0,00</b>         |
| Premios de Seguros a Apropriar               | 1.380,06            | 0,00                |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                  | <b>113.029,33</b>   | <b>120.261,53</b>   |
| <b>IMOBILIZADO</b>                           | <b>58.182,08</b>    | <b>65.414,28</b>    |
| <b>IMOVEIS</b>                               | <b>1.268,35</b>     | <b>1.268,35</b>     |
| Terrenos Rurais                              | 1.268,35            | 1.268,35            |
| <b>BENS MOVEIS E OUTROS IMOBILIZADOS</b>     | <b>181.348,80</b>   | <b>179.148,80</b>   |
| Discos e Fitras                              | 7.255,15            | 7.255,15            |
| Extintores                                   | 83,85               | 83,85               |
| Maquinas, Aparatos e Equipamentos            | 169.481,55          | 167.281,55          |
| Movéis e Utensílios                          | 4.528,25            | 4.528,25            |
| <b>(-) DEPREC/AMORTIZ/EXAUSTAO ACUMULADA</b> | <b>(124.435,07)</b> | <b>(115.002,87)</b> |
| (-) Deprec - Discos e Fitras                 | (7.255,15)          | (7.255,15)          |
| (-) Deprec - Extintores                      | (83,85)             | (83,85)             |
| (-) Deprec - Maquinas e Equipamentos         | (112.567,82)        | (103.135,62)        |
| (-) Deprec - Moveis e Utensílios             | (4.528,25)          | (4.528,25)          |
| <b>INTANGIVEL</b>                            | <b>54.847,25</b>    | <b>54.847,25</b>    |
| <b>CUSTO HISTÓRICO DO INTANGIVEL</b>         | <b>54.847,25</b>    | <b>54.847,25</b>    |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais      | 54.847,25           | 54.847,25           |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                        | <b>121.047,36</b>   | <b>185.983,44</b>   |

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
CNPJ: 75.835.702/0001-94  
RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa  
Cecilia - SC - 89.540-000

Folha: 0003

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

| PASSIVO                                      |                     |                     |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                              | Saldo em 31/12/2020 | Saldo em 31/12/2019 |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                    | <b>53.316,18</b>    | <b>54.290,66</b>    |
| <b>OBRIGACOES DIVERSAS</b>                   | <b>53.316,18</b>    | <b>54.290,66</b>    |
| FORNECEDORES                                 | 150,00              | 0,00                |
| FORNECEDORES NACIONAIS                       | 150,00              | 0,00                |
| <b>OBRIGACOES FISCAIS</b>                    | <b>23.055,72</b>    | <b>13.823,28</b>    |
| Irrf a Recolher                              | 393,63              | 128,23              |
| Parcelamento Previdenciario a Pagar          | 8.360,46            | 0,00                |
| Parcelamento Rfb a Pagar                     | 8.267,16            | 2.784,52            |
| Simples a Recolher                           | 6.034,47            | 10.910,53           |
| <b>OBRIGACOES SOCIAIS</b>                    | <b>6.829,96</b>     | <b>19.622,61</b>    |
| Fgts a Recolher                              | 931,65              | 7.458,42            |
| Fgts Provisionado s/ Férias                  | 1.182,97            | 1.185,27            |
| Inss a Recolher                              | 4.714,24            | 10.978,92           |
| <b>OBRIGACOES TRABALHISTAS</b>               | <b>22.146,70</b>    | <b>20.844,77</b>    |
| Salarios e Ordenados a Pagar                 | 6.243,03            | 6.028,75            |
| Pro-Labore a Pagar                           | 1.116,06            | 0,00                |
| Provisao p/Ferries                           | 14.787,61           | 14.816,02           |
| <b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>                     | <b>1.129,14</b>     | <b>0,00</b>         |
| Seguros a Pagar                              | 1.129,14            | 0,00                |
| <b>IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER</b>           | <b>5,76</b>         | <b>0,00</b>         |
| Iss Retido a Recolher                        | 5,76                | 0,00                |
| <b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>                    | <b>67.731,18</b>    | <b>131.692,78</b>   |
| <b>CAPITAL SOCIAL</b>                        | <b>152.711,77</b>   | <b>152.711,77</b>   |
| <b>CAPITAL SOCIAL</b>                        | <b>152.711,77</b>   | <b>152.711,77</b>   |
| Capital Social                               | 152.711,77          | 152.711,77          |
| <b>LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS</b>        | <b>(84.980,59)</b>  | <b>(21.018,99)</b>  |
| <b>(-) PREJUIZOS ACUMULADOS</b>              | <b>(84.980,59)</b>  | <b>(21.018,99)</b>  |
| (-) Prejuizos Acumulados                     | (21.018,99)         | (15.949,16)         |
| Resultado Líquido do Período                 | (63.961,60)         | (5.069,83)          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> | <b>121.047,36</b>   | <b>185.983,44</b>   |



autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad.br/assessoria/r/c6df40>

Petição (7825139)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 87

*[Handwritten signatures and marks]*

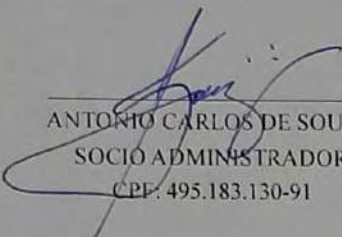
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

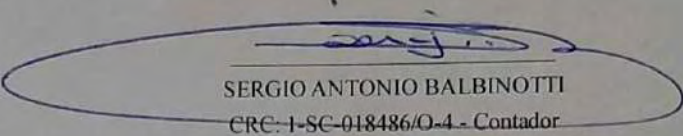
CNPJ: 75.835.702/0001-94

RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa  
Cecília - SC - 89.540-000

Folha: 0002

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 495.183.130-91

  
SERGIO ANTONIO BALBINOTTI  
CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador  
CPF: 854.061.989-04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad.../c6df40...>

Petição (7825139)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 88

c6df4090-4e88-836f-869d959ecfd5



RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

CNPJ: 75.835.702/0001-94

RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa  
Cecília - SC - 89.540-000

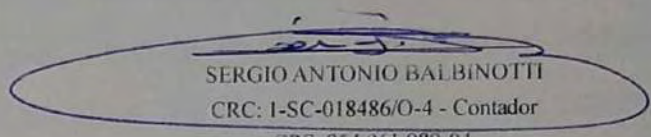
Folha: 0004

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA

SOCIO ADMINISTRADOR

CPF: 495.183.130-91

  
SERGIO ANTONIO BALBINOTTI

CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador

CPF: 854.061.989-04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad.../c6df4690-4e...>

Petição (7825139)

SE153115-017788/2021-03 / pg. 89

c6df4690-4e...-836f-869d959ecfd5

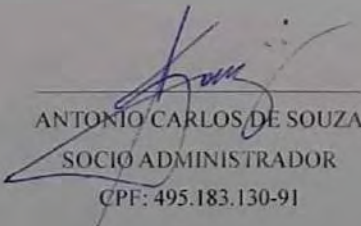


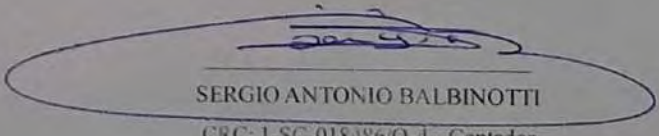
**RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**  
**RUA SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA, 476 - CENTRO - Santa Cecília - SC - 89.540-000**

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Valores expressos em Reais (R\$)

|                                                              | Período de<br>01/01/2020 a 31/12/2020 | Período de<br>01/01/2019 a 31/12/2019 |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA                                    | 241.128,49                            | 288.256,19                            |
| VENDAS DE SERVIÇOS MERCADO INTERNO                           | 241.128,49                            | 288.256,19                            |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA                                | (16.758,28)                           | (20.070,29)                           |
| IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS                             | (16.758,28)                           | (20.070,29)                           |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA                                  | 224.370,21                            | 268.185,90                            |
| CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVIÇOS                      | (184.656,60)                          | (229.543,61)                          |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS                                 | (184.656,60)                          | (229.543,61)                          |
| LUCRO BRUTO                                                  | 39.713,61                             | 38.642,29                             |
| DESPESAS OPERACIONAIS                                        | (83.181,53)                           | (35.243,47)                           |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS                                     | (81.190,27)                           | (30.117,60)                           |
| DESPESAS TRIBUTARIAS                                         | (1.991,26)                            | (5.125,87)                            |
| RESULTADO FINANCEIRO                                         | (70.493,63)                           | (8.468,65)                            |
| DESPESAS FINANCEIRAS                                         | (20.504,93)                           | (8.473,50)                            |
| RECEITAS FINANCEIRAS                                         | 11,35                                 | 4,85                                  |
| LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO                                    | 0,00                                  | 3.398,82                              |
| PREJUÍZO OPERACIONAL LIQUIDO                                 | (43.467,92)                           | 0,00                                  |
| RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | (63.961,60)                           | (5.069,83)                            |
| PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO                                | (63.961,60)                           | (5.069,83)                            |

  
**ANTONIO CARLOS DE SOUZA**  
**SÓCIO ADMINISTRADOR**  
**CPF: 495.183.130-91**

  
**SERGIO ANTONIO BALBINOTTI**  
**CRC: 1-SC-018486/O-4 - Contador**  
**CPF: 854.061.989-04**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Santa Cecília

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 8543663**

**FOLHA: 1/1**

A vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Santa Cecília, com distribuição anterior à data de 07/06/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, portador do CNPJ: 75.835.702/0001-94, \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2006, com a inclusão das classes extrajudiciais: 129 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Santa Cecília, quarta-feira, 23 de junho de 2021.

**PEDIDO Nº:**

**0011240685**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Feição (7025130)

SEI 53113-01760/2021-03 / pg. 91

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 928329**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, **NADA CONSTA** distribuído em relação a:

**NOME: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

Raiz do CNPJ: 75.835.702

Certidão emitida às 14:30 de 23/06/2021.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ.
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário.
- 5) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>**







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                            |                                                             |                                       |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</b> | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b> |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------|

|                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b> |
|-----------------------------------------------------------------|

|                                                                       |                    |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b> | PORTE<br><b>ME</b> |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|

|                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                         |                      |                             |
|---------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b> | NÚMERO<br><b>251</b> | COMPLEMENTO<br><b>*****</b> |
|---------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|

|                          |                                  |                                   |                 |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| CEP<br><b>89.540-000</b> | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b> | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b> | UF<br><b>SC</b> |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|

|                     |                                   |
|---------------------|-----------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b> |
|---------------------|-----------------------------------|

|                                                   |
|---------------------------------------------------|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b> |
|---------------------------------------------------|

|                                    |                                                 |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b> | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b> |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|

|                              |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

|                                   |                                           |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b> | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b> |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/06/2021** às **07:55:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 93

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:37:39 do dia 26/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/08/2021.

Código de controle da certidão: **45B1.330E.15D0.E15C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 94

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO FRAIBURGO LTDA**  
CNPJ/CPF: **83.399.980/0001-74**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **210140066984626**  
Data de emissão: **21/05/2021 10:46:53**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.): **20/07/2021**

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>**

**Este documento foi assinado digitalmente**  
Impresso em: 02/06/2021 16:49:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Petição (7825158)

SE133113.017/06/2021-03 / pg. 95

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA CNPJ: 75835702000194

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 4589 - RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

Endereço: Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, 476 - Bairro CENTRO - CEP 89.540-000

Código de Controle

CWN5YPHLDSD2YFO1

A Validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Santa Cecília (SC), 23 de Junho de 2021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 96



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:25:04 do dia 22/06/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/07/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 97

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94

**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA

**Endereço:** R SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA 476 / CENTRO / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/04/2021 a 07/08/2021

**Certificação Número:** 2021041002041633768445

Informação obtida em 01/06/2021 15:22:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 98





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão nº: 17586198/2021

Expedição: 01/06/2021, às 15:27:51

Validade: 27/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 99

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

*Angelo*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.134.469 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/ABR/2019

NOME ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA

FILIAÇÃO ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

NATURALIDADE VIDEIRA SC DATA DE NASCIMENTO 18/05/2002

DCC ORIGEM CERT. NASC. 19598 LV A-44 FL 184  
CART. RCENIT-VIDEIRA SC  
AVRB. EMANC. ESC. PUB

CPF 085.026.699-82

VIDEIRA - SC

FERNANDO LUIZ DE SOUZA  
Perito Criminal  
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 26/08/83

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOM PEDRO II, 766 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89506-096  
Tel: (49) 3566-7000 - Fax: (49) 3566-3885 - www.tabelionatodevidera.com.br  
Mário Teresa Hinkel Kinzler - Tabelante

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 26 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMÄCHER - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL / FLO68993-POGCI

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Mário Teresa Hinkel Kinzler  
Tabelante  
VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

085.026.699-82

ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA

18/05/2002

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

NOV/2008

**BANCO DO BRASIL**

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOM PEDRO II, 766 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89506-096  
Tel: (49) 3566-7000 - Fax: (49) 3566-3885 - www.tabelionatodevidera.com.br  
Mário Teresa Hinkel Kinzler - Tabelante

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 26 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMÄCHER - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL / FLO68994-SUXN

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Mário Teresa Hinkel Kinzler  
Tabelante  
VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 100

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.066.405 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/NOV/2007

NOME ANTONIO CARLOS DE SOUZA

RELACÃO MAURICIO ANTONIO DE SOUZA  
EVA DA SILVA SOUZA

NATURALIDADE ESTEIO RS DATA DE NASCIMENTO 10/OUT/1967

DOC. ORIGEM C CAS 2880 LV B13 FL 122  
CART PILATTI/MARAU RS

CITY VIDEIRA SC

Assinatura do Diretor: Igor Siqueira de Araújo  
Delegado de Polícia  
Matr. 364313-0

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/04/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR

INSTITUTO GERAL DE POLÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Assinatura do Diretor: Igor Siqueira de Araújo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC

AV. DR. PEDRO IL. 706 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89064-000

Tel: (48) 3566 5084 - Fax: (48) 3566 5885 - www.cartoridivideira.com.br

[Aperta] [Simão] [Hélio] [Rafael] - Tabelães

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 28 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMACHER - Escrevente Notarial

Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FLQ88986-E2JQ

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Assinatura: Maria Theres Kinzler

Tabelão de Notas e Protestos

Maria Theres Kinzler

Tabelã

VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição

495.183.130-91

Nome

ANTONIO CARLOS DE SOUZA

Nascimento

10/10/1967

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

MAR/2010

**CAIXA**

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC

AV. DR. PEDRO IL. 706 - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89064-000

Tel: (48) 3566 5084 - Fax: (48) 3566 5885 - www.cartoridivideira.com.br

[Aperta] [Simão] [Hélio] [Rafael] - Tabelães

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 28 de junho de 2019.

SABRINA GRUTZMACHER - Escrevente Notarial

Emol: R\$ 3,55 + Selo: R\$ 1,95 - Total: R\$ 5,50

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FLQ88990-B8C

Confira os dados do ato em: selo.tjc.jus.br

Assinatura: Maria Theres Kinzler

Tabelão de Notas e Protestos

Maria Theres Kinzler

Tabelã

VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 101

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGA IMPRESSO

ASSINATURA TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.247.614 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/JAN/2010

NOME NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

FILIAÇÃO CLEMENTINO FELICIO ZOLET PAGNUSSAT  
SANTINA LODI PAGNUSSAT

NATURALIDADE CAMARGO RS DATA DE NASCIMENTO 23/07/1968

DOC. ORDEM CERT. CAS. 6.061 LV 31 PL 143  
CART. TRENTIN - MARAU RS

CPF 576.160.350-00

ASSINATURA DO DETENTOR

VIDEIRA - SC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOUTOR PEDRO DE LIMA - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89500-000  
TEL: (41) 3566.3804 - Fax: (41) 3566.3805 - www.cartoriovideira.com.br  
Diana Tereza Hölzel Kinder - Tabelita

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 21 de fevereiro de 2018.

*Daiane Cenci*  
DAIANE CENCI - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,40 + Selo: R\$ 1,90 - Total: R\$ 5,30  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - EYD45231-NGAH

Confira os dados do ato em: selo.tjcsc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Diana Tereza Hölzel Kinder  
Tabelita  
VIDEIRA - SC

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
**CPF**  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição  
576.160.350-00

Nome  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

Nascimento  
23/07/1968

Cartão de uso pessoal e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
MAR/2010

**CAIXA**

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE VIDEIRA - SC  
AV. DOUTOR PEDRO DE LIMA - CENTRO - VIDEIRA - SC - CEP: 89500-000  
TEL: (41) 3566.3804 - Fax: (41) 3566.3805 - www.cartoriovideira.com.br  
Diana Tereza Hölzel Kinder - Tabelita

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé. Videira, 21 de fevereiro de 2018.

*Daiane Cenci*  
DAIANE CENCI - Escrevente Notarial  
Emol: R\$ 3,40 + Selo: R\$ 1,90 - Total: R\$ 5,30  
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - EYD45233-LF4N

Confira os dados do ato em: selo.tjcsc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos  
Diana Tereza Hölzel Kinder  
Tabelita  
VIDEIRA - SC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 102

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Samuel Renovato de Lima - Diretor-Presidente da Fundação Eurico Bergsten - Funeb.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Siqueira Campos, estado do Paraná.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Pedro Nogueira Barboza - representante legal da Fundação Cultural São Francisco de Assis.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Maristela Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Maristela Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Torres, estado do Rio Grande do Sul.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Jaime Pedro Kohl - administrador da Rádio Maristela Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Poxoréu, estado do Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Antônio Fagundes Neto - administrador da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Costa do Sol Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Costa do Sol Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araruama, estado do Rio de Janeiro.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, e Comunicações, e Manoel Diamantino da Costa - administrador da Rádio Costa do Sol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ary Correa Ramos - administrador da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.

**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Nilton Pereira Matias - procurador da Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Assunção Cearense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Assunção Cearense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sobral, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Carlos Roberto Costa Filho - administrador da Rádio Assunção Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mirassol, estado de São Paulo.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Devair Paschoalon - procurador da Rádio Difusora de Mirassol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São João Nepomuceno, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Dulcineia Aparecida Detoni de Freitas e/ou Michelle Detoni de Freitas - administradoras da Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Carmelindo Romildo Roos - administrador da Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Osório Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Osório Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Elias Silveira dos Santos - procurador da Rádio Osório Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sousa, estado da Paraíba.

**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Homero de Sá Pires - administrador da Rádio Progresso de Sousa Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Rádio Sul Cearense Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sul Cearense Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Brejo Santo, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldênia Assunção Tavares Farias - procuradora da Rádio Sul Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araxá, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ênio Braga de Araújo - administrador da Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Crato, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Raimundo de Sousa Lima - administrado da Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA E ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rodolfo Machado Moura e/ou Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
**DATA ASSINATURA:** 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Solange de Castro Almeida - administradora da Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**PARTES:** União e Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
**ESPÉCIE:** Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
**OBJETO:** Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso.  
**VIGÊNCIA:** A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.





TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, ESTADO DA SANTA CATARINA.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano dois mil e duzentos, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.835.702/0001-94, representada por seu administrador, **ARY CORREA RAMOS**, inscrito no CPF n.º 066.498.749-49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, por meio da Portaria n.º 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.** o canal 233 (duzentos e trinta e três), correspondente à frequência 94,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto Legislativo n.º 933, de 1º de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 2, de dezembro de 2003, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5/2021-03/pg.104>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

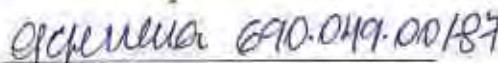
**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.


**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência Tecnologia  
Inovações e Comunicações**

  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/10/2016, às 19:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016,



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1414567** e o código CRC **9E0FAE52**.





**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 931, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GOIANAPOLINA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL - FM (AGDA-FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico-Cultural - FM (AGDA-FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 932, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CANTANHEDE (ACCCTMA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCTMA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 933, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 27 de dezembro de 1994, que renova, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 934, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE ITACARAMBI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 935, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 936, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 24 de agosto de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 937, DE 2003**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

**O Congresso Nacional decreta:**

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 576, de 24 de setembro de 2001, que renova, a partir de 06 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 938, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA ASTOLFO DUTRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Rádio

Difusora Astolfo Dutra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 939, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à IBIAPINA RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 366, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 940, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 27 de maio de 1997, que renova, a partir de 7 de junho de 1993, a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 941, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA FORMIGUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 6, de 1º de outubro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Formiguense Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

LEI Nº 10.247, DE 2003



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                                                                             |                                                     |                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ                                                                                                  | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b>                                                                                             |                                                     |                                                 |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b>                                                                                       |                                                     | PORTE<br><b>ME</b>                              |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                                                              |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b> |                                                     |                                                 |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                                                                     |                                                     |                                                 |
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b>                                                                                                     | NÚMERO<br><b>251</b>                                | COMPLEMENTO<br><b>*****</b>                     |
| CEP<br><b>89.540-000</b>                                                                                                                                    | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b>                    | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b>               |
| UF<br><b>SC</b>                                                                                                                                             |                                                     |                                                 |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO                                                                                                                                         |                                                     | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b>               |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b>                                                                                                           |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>                                                                                                                          |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL                                                                                                                                |                                                     |                                                 |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>                                                                                                                           |                                                     | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/07/2022** às **14:50:24** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo - CNPJ - PCTP - Trabalhista (10/7/2021)

SEI 95119:017788/2021-03 / pg. 107

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94  
**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**Endereço:** R SARGENTO JUVENIL PEREIRA DE SOUZA 476 / CENTRO / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/07/2022 a 06/08/2022

**Certificação Número:** 2022070802111066235708

Informação obtida em 14/07/2022 14:52:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo - CNIS - FGTS - Trabalhista (10/1/2001) SER 95119:017788/2021-03 / pg. 108

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão nº: 22322416/2022

Expedição: 14/07/2022, às 14:48:42

Validade: 10/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo - CNPJ - FGTS - Trabalhista (10/7/2021)

SEI 93115-017788/2021-03 / pg. 109

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:15:26 do dia 15/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/08/2022.

Código de controle da certidão: **6E12.54FC.F4F8.3141**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Certidão Fazenda Federal (10/172699)

SEI 53115-011788/2021-03 / pg. 110

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

|                   |                                                                                                  |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CNPJ:             | 75.835.702/0001-94                                                                               |
| NOME EMPRESARIAL: | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                                             |
| CAPITAL SOCIAL:   | R\$152.711,77 (Cento e cinquenta e dois mil e setecentos e onze reais e setenta e sete centavos) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

|                        |                                   |
|------------------------|-----------------------------------|
| Nome/Nome Empresarial: | ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA |
| Qualificação:          | 22-Sócio                          |

|                        |                         |
|------------------------|-------------------------|
| Nome/Nome Empresarial: | ANTONIO CARLOS DE SOUZA |
| Qualificação:          | 49-Sócio-Administrador  |

|                        |                            |
|------------------------|----------------------------|
| Nome/Nome Empresarial: | NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA |
| Qualificação:          | 05-Administrador           |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/07/2022 às 14:50 (data e hora de Brasília).



Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                                                                       |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> radioalvoradasc@uol.com.br                        |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2022                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                            |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                    | <b>Numero:</b> 476  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                      |                     |                      |
|-----------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                         | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                 |                     |                      |
|-----------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                         | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                            |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 3.343kW |
| <b>HCI:</b> 45 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1             |

## Informações da Estação



22/15:07:05 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/60df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Anexo - Feas ANATEL (R01/2889)

SEI 35115-017/2021-03 / pg. 112

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1004756000         | <b>Número Indicativo:</b> ZYR925               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 14/11/2019 | <b>Número da Licença:</b> 53500.046011/2019-80 |

| Estação Principal                 |                                    |                               |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Localização                       |                                    |                               |
| <b>Latitude:</b> 26° 58' 37.99" S | <b>Longitude:</b> 50° 25' 23.02" S | <b>Cota da base:</b> 1157.9 m |

| Transmissor Principal                                        |                                   |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 3000 ágil       |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 2 kW |

| Linha de Transmissão Principal      |                                 |                                  |                            |
|-------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF78-50JA           | <b>Fabricante:</b>              |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 59.5 m | <b>Atenuação:</b> 0.452 dB/100m | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Principal        |                       |                            |                              |                  |                            |
|-------------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------------|------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> GK-7/8-4 | <b>Fabricante:</b>    |                            |                              |                  |                            |
| <b>Ganho:</b> 3 dBd     | <b>Beam-Tilt:</b> 0 ° | <b>Orientação NV:</b> 60 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 45 m | <b>ERP Máxima:</b> 3.34 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 0                | 5°: 0.02   | 10°: 0.07  | 15°: 0.11  | 20°: 0.12  | 25°: 0.11  | 30°: 0.11  | 35°: 0.11  | 40°: 0.11  | 45°: 0.11  | 50°: 0.11  | 55°: 0.11  |
| 60°: 0.11            | 65°: 0.11  | 70°: 0.11  | 75°: 0.11  | 80°: 0.11  | 85°: 0.11  | 90°: 0.11  | 95°: 0.11  | 100°: 0.12 | 105°: 0.11 | 110°: 0.07 | 115°: 0.02 |
| 120°: 0              | 125°: 0    | 130°: 0.03 | 135°: 0.11 | 140°: 0.26 | 145°: 0.46 | 150°: 0.7  | 155°: 0.98 | 160°: 1.29 | 165°: 1.62 | 170°: 1.98 | 175°: 2.36 |
| 180°: 2.72           | 185°: 3.07 | 190°: 3.4  | 195°: 3.71 | 200°: 4.01 | 205°: 4.28 | 210°: 4.52 | 215°: 4.71 | 220°: 4.87 | 225°: 4.99 | 230°: 5.08 | 235°: 5.12 |
| 240°: 5.14           | 245°: 5.12 | 250°: 5.08 | 255°: 4.99 | 260°: 4.87 | 265°: 4.71 | 270°: 4.52 | 275°: 4.29 | 280°: 4.01 | 285°: 3.71 | 290°: 3.38 | 295°: 3.02 |
| 300°: 2.64           | 305°: 2.22 | 310°: 1.79 | 315°: 1.38 | 320°: 1.01 | 325°: 0.67 | 330°: 0.42 | 335°: 0.3  | 340°: 0.28 | 345°: 0.24 | 350°: 0.15 | 355°: 0.06 |

| Coordenadas por radial |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon -        | 5°: Lat - Lon -   | 10°: Lat - Lon -  | 15°: Lat - Lon -  | 20°: Lat - Lon -  | 25°: Lat - Lon -  | 30°: Lat - Lon -  | 35°: Lat - Lon -  | 40°: Lat - Lon -  | 45°: Lat - Lon -  | 50°: Lat - Lon -  | 55°: Lat - Lon -  |
| 60°: Lat - Lon -       | 65°: Lat - Lon -  | 70°: Lat - Lon -  | 75°: Lat - Lon -  | 80°: Lat - Lon -  | 85°: Lat - Lon -  | 90°: Lat - Lon -  | 95°: Lat - Lon -  | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon -      | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon -      | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon -      | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon -      | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°:                  | 5°:   | 10°:  | 15°:  | 20°:  | 25°:  | 30°:  | 35°:  | 40°:  | 45°:  | 50°:  | 55°:  |
| 60°:                 | 65°:  | 70°:  | 75°:  | 80°:  | 85°:  | 90°:  | 95°:  | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°:                | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°:                | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°:                | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°:                | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar           |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar       |                                           |
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |





| Transmissor Auxiliar 2                          |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
|-------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------|
| <b>Código Equipamento:</b>                      |                           |                         |                     | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |                            |                                   |          |
| <b>Fabricante:</b>                              |                           |                         |                     | <b>Potência de Operação:</b> kW           |                            |                                   |          |
| Linha de Transmissão Auxiliar                   |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Modelo:</b>                                  |                           |                         |                     | <b>Fabricante:</b>                        |                            |                                   |          |
| <b>Comprimento da Linha:</b> m                  | <b>Atenuação:</b> dB/100m |                         |                     | <b>Perdas Acessórias:</b> dB              |                            | <b>Impedância:</b> ohms           |          |
| Antena Auxiliar                                 |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Modelo:</b>                                  |                           |                         |                     | <b>Fabricante:</b>                        |                            |                                   |          |
| <b>Ganho:</b> dBd                               | <b>Beam-Tilt:</b> °       | <b>Orientação NV:</b> ° | <b>Polarização:</b> | <b>HCI:</b> m                             | <b>ERP Máxima:</b> 3.34 kW |                                   |          |
| RDS                                             |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| <b>Código PI:</b>                               |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Informações do documento de Outorga             |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 187371981                                       | 115                       | Portaria                | MC                  | 17/06/1982                                | 21/06/1982                 | Outorga                           | Jurídico |
| Informações do documento de Aprovação de Locais |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 012500107392017<br>05                           | 1265                      | Despacho                | MCTIC               | 11/08/2017                                | 17/08/2017                 | Aprovação de Local                | Técnico  |
| Histórico de Documentos Emitidos                |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento             | Tipo Documento          | Orgão               | Data do docu                              | Data DOU                   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                                 | 11                        | Decreto                 | PR                  | 12/12/1994                                | 28/12/1994                 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                                 | 208                       | Exposição de Motivos    | MC                  | 06/11/1996                                | 06/11/1996                 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                                 | 933                       | Decreto Legislativo     | CN                  | 01/12/2003                                | 02/12/2003                 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                                 | 286                       | Exposição de Motivos    | MC                  | 26/11/2004                                | 24/06/2005                 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201<br>7-61                        | 11884                     | Ato                     | ORLE                | 01/09/2017                                | 29/09/2017                 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| Horário de funcionamento                        |                           |                         |                     |                                           |                            |                                   |          |

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:                    |                | CNPJ                                 |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
|--------------------------------------|----------------|--------------------------------------|--------------------|-------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| CNPJ:                                |                | 75.835.702/0001-94                   |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA |                |                                      |                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                                 | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ               | CARGO             | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ARY CORREA RAMOS                     | 066.498.749-49 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Diretor (GERENTE) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                                      |                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Sócio             | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| TEREZINHA JULIA RAMOS                | 026.514.159-10 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | Sócio             | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **14/07/2022**

Hora: **14:54:39**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/66df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                                |                                      |                                    |       |            |          |          |          |      |    |               |
|------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 026.514.159-10   |                                |                                      |                                    |       |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                         | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| TEREZINHA JULIA RAMOS        | <a href="#">026.514.159-10</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **14/07/2022**

Hora: **14:55:27**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                | CPF: 066.498.749-49                  |                                    |                   |            |          |          |          |      |    |               |
|------------------------------|----------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| NOME                         | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO             | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ARY CORREA RAMOS             | 066.498.749-49 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (GERENTE) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                              |                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio             | 1500       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **14/07/2022**

Hora: **14:55:03**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

|                                                                |          |                                  |                                |                                                      |
|----------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|
| UF: SC                                                         |          | Município: Santa Cecília         |                                |                                                      |
| Entidade                                                       |          | Município                        | Data Outorga                   | Validade                                             |
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA                           |          | Santa Cecília                    |                                |                                                      |
| Usuário: <a href="#">anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa</a> |          | Data: <a href="#">14/07/2022</a> | Hora: <a href="#">15:15:37</a> |                                                      |
| Registro 1 até 1 de 1 registros                                |          |                                  | Página: [1]                    | [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |
| Tela Inicial                                                   | Imprimir | Exportar Excel                   |                                |                                                      |

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

**CNPJ:** **75.835.702/0001-94**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:54:02 do dia 14/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo - Feas ANATEL (P01/2889)

SEI 93115-017/88/2021-03 / pg. 119

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Data de Envio:**

14/07/2022 16:07:50

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta de Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**Anexos:**

Requerimento\_10173415\_000\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2022.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

**RE: Consulta de Pena de Cassação**

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Sex, 15/07/2022 17:46

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

**Enviado:** quinta-feira, 14 de julho de 2022 16:07

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta de Pena de Cassação

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (Migrada), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/corrc@mcom.gov.br/inbox/id/AAQkAGI5NTJlMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQAAQALR... 1/1

E-mail RESPOSTA CGFM (10101255) - SEI53115.017788/2021-03 / pg. 121

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 9844/2022/SEI-MCOM

**PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03**

**INTERESSADO: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Santa Cecília/SC, referente ao seguinte período: 21/06/2022 a 21/06/2032.

## **ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento (Atualizado), solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;

h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 9844 (10/13/19)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 122

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)**

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Santa Cecília/SC, encontra-se com o status "(FM-C7) Aguardando Ato de RF", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 19/07/2022, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 9844 (10/07/19)

SEI53119:017789/2021-03 / pg. 123

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10173719** e o código CRC **BD9AD85C**.

---

**Referência:** Processo nº 53115.017788/2021-03

SEI nº 10173719



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 9844 (10173719)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 124

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 17054/2022/MCOM

Brasília, 19 de julho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ Nº 75.835.702/0001-94)**  
Rua Tânia Aparecida Ceolla Gaudêncio, nº 251 - Centro  
89.540-000 Santa Cecília/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9844/2022/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (SEI nº 10173415), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 19/07/2022, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10173790** e o código CRC **F0AD85F3**.

**Anexos:**



Nota Técnica 9844 (10173719)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício 17054 (10173790)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 125

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



- Requerimento Modelo (10173415)

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 17054/2022/MCOM - Processo nº 53115.017788/2021-03 - Nº SEI: 10173790



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |                                    |                                                                                                    |  |
|---------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>CNPJ:</b>                    |                                    | <b>CEP da sede:</b>                                                                                |  |
| <b>Endereço da sede:</b>        |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>E-mail de contato:</b>       |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  | ( ) Radiodifusão sonora            | ( ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais |  |
|                                 | ( ) Radiodifusão de sons e imagens |                                                                                                    |  |
| <b>Período da renovação:</b>    |                                    |                                                                                                    |  |
| <b>Localidade da renovação:</b> |                                    | <b>UF:</b>                                                                                         |  |

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

## DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://pt-br.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura do representante legal**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://ptoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>RELATIVOS<br/>À PESSOA<br/>JURÍDICA E<br/>AOS SÓCIOS</b> | (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                             | (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. |
|                                                             | (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                             | (d) prova de inscrição no CNPJ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                             | (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                             | (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                             | (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                                             | (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |



**Data de Envio:**

19/07/2022 16:20:28

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

comercial@alvorada945.com.br  
sabalbinotti@sabalbinotti.com.br  
acs.souza1967@gmail.com  
processos@sulradio.com.br  
sulradioprocessos@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03

INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10173790.html  
Nota\_Tecnica\_10173719.html  
Requerimento\_10173415\_000\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2022.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

75.835.702/0001-94

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ 1 / 1

| Razão Social                         | CNPJ               | Emails                                                                                                                                          |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 75.835.702/0001-94 | comercial@alvorada945.com.br, sabalbinotti@sabalbinotti.com.br, acs.souza1967@gmail.com, processos@sulradio.com.br, sulradioprocessos@gmail.com |

10 ▼ 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo CADSEI (10/31/19)

SEI 53115.017/2021-03 / pg. 131

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 29078/2022/MCOM

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ Nº 75.835.702/0001-94)**  
Rua Tânia Aparecida Ceolla Gaudêncio, nº 251 - Centro  
89.540-000 Santa Cecília/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reencaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 9844/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.

3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício 29078 (10510125) SEI 3513.017788/2021-03 / pg. 132

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 16/12/2022, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10510125** e o código CRC **DF933A66**.

#### Anexos:

- Nota Técnica n.º 9844 (SEI 10173719).
- Requerimento (SEI 10173415).

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29078/2022/MCOM - Processo nº 53115.017788/2021-03 - Nº SEI: 10510125



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício 29078 (10510125)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 133

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**Data de Envio:**

16/12/2022 14:20:12

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

comercial@alvorada945.com.br  
sabalbinotti@sabalbinotti.com.br  
acs.souza1967@gmail.com  
processos@sulradio.com.br  
sulradioprocessos@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.017788/2021-03

INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10173790.html  
Nota\_Tecnica\_10173719.html  
Anexo\_10191115\_CADSEI\_019.png



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Maxwell Garcia da Silva

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

75.835.702/0001-94

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

[ ][ ]

1 / 1

[ ][ ]

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO ALVORADA DE SANTA  
CECILIA LTDA75.835.702/0001-  
94comercial@alvorada945.com.br, sabalbinotti@sabalbinotti.com.br, acs.souza1967@gmail.com,  
processos@sulradio.com.br, sulradioprocessos@gmail.com

10 ▾

[ ][ ]

1 / 1

[ ][ ]

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf](https://gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf)<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

Anexo CADSEI (10575586)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 135

Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> Radio Alvorada                                                                        |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> acs.souza1967@gmail.com                           |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2032                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                                |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                             |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 4.5764kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1              |

## Informações da Estação



24/10/2021 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camfaleg.br/g6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Anexo Consultas ANATEL (1/498675)

SEI 53119-017788/2021-03 / pg. 136

| Informações Gerais                    |                                         |
|---------------------------------------|-----------------------------------------|
| Número da Estação: 1004756000         | Número Indicativo: ZYR925               |
| Data Último Licenciamento: 21/07/2023 | Número da Licença: 53500.057029/2023-93 |

| Estação Principal          |                             |                      |
|----------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Localização                |                             |                      |
| Latitude: 26° 58' 48.79" S | Longitude: 50° 25' 23.30" W | Cota da base: 1180 m |

| Transmissor Principal                    |                              |
|------------------------------------------|------------------------------|
| Código Equipamento: 002850402252         | Modelo: FM 3000              |
| Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP | Potência de Operação: 3.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal |                                         |                           |                     |
|--------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------|---------------------|
| Modelo: LCF78-50JA             | Fabricante: RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                           |                     |
| Comprimento da Linha: 60 m     | Atenuação: 1.11 dB/100m                 | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50 ohms |

| Antena Principal |                                 |                     |                       |           |                     |
|------------------|---------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------|---------------------|
| Modelo: EB 7/8-4 | Fabricante: EVOLUTION BROADCAST |                     |                       |           |                     |
| Ganho: 3 dBd     | Beam-Tilt: 5 °                  | Orientação NV: 60 ° | Polarização: Circular | HCI: 46 m | ERP Máxima: 4.58 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.21             | 5°: 1.21   | 10°: 1.28  | 15°: 1.31  | 20°: 1.31  | 25°: 1.31  | 30°: 1.31  | 35°: 1.36  | 40°: 1.39  | 45°: 1.39  | 50°: 1.39  | 55°: 1.39  |
| 60°: 1.39            | 65°: 1.39  | 70°: 1.39  | 75°: 1.39  | 80°: 1.39  | 85°: 1.34  | 90°: 1.34  | 95°: 1.3   | 100°: 1.3  | 105°: 1.3  | 110°: 1.25 | 115°: 1.21 |
| 120°: 1.21           | 125°: 1.25 | 130°: 1.25 | 135°: 1.39 | 140°: 1.47 | 145°: 1.75 | 150°: 1.93 | 155°: 2.12 | 160°: 2.52 | 165°: 2.83 | 170°: 3.15 | 175°: 3.71 |
| 180°: 3.94           | 185°: 4.31 | 190°: 4.56 | 195°: 5.22 | 200°: 5.25 | 205°: 5.5  | 210°: 5.79 | 215°: 5.94 | 220°: 6.09 | 225°: 6.2  | 230°: 6.28 | 235°: 6.4  |
| 240°: 6.4            | 245°: 6.34 | 250°: 6.25 | 255°: 6.2  | 260°: 6.09 | 265°: 5.9  | 270°: 5.73 | 275°: 5.5  | 280°: 5.25 | 285°: 4.91 | 290°: 4.53 | 295°: 4.23 |
| 300°: 3.94           | 305°: 3.59 | 310°: 2.99 | 315°: 2.59 | 320°: 2.15 | 325°: 1.76 | 330°: 1.66 | 335°: 1.56 | 340°: 1.47 | 345°: 1.45 | 350°: 1.39 | 355°: 1.3  |

| Coordenadas por radial                        |                                               |                                               |                                                |                                               |                                                |                                                |                                                  |                                                |                                                |                                                |                                                |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 26°47'51.95" S<br>Lon 50°25'23.3" W   | 5°: Lat 26°48'3.9" S<br>Lon 50°24'20.09" W    | 10°: Lat 26°48'25.27" S<br>Lon 50°23'20.13" W | 15°: Lat 26°48'18.88" S<br>Lon 50°22'14.21" W  | 20°: Lat 26°48'35.96" S<br>Lon 50°21'13.41" W | 25°: Lat 26°49'36.39" S<br>Lon 50°20'34.69" W  | 30°: Lat 26°49'36.26" S<br>Lon 50°19'25.91" W  | 35°: Lat 26°50'44.99" S<br>Lon 50°18'3.73" W     | 40°: Lat 26°51'27.22" S<br>Lon 50°18'28.14" W  | 45°: Lat 26°51'14.14" S<br>Lon 50°16'53.99" W  | 50°: Lat 26°52'7.64" S<br>Lon 50°16'27.75" W   | 55°: Lat 26°53'18.01" S<br>Lon 50°16'34.08" W  |
| 60°: Lat 26°54'47.89" S<br>Lon 50°17'35.79" W | 65°: Lat 26°56'29.39" S<br>Lon 50°19'48.21" W | 70°: Lat 26°56'31.56" S<br>Lon 50°18'20.88" W | 75°: Lat 26°56'55.03" S<br>Lon 50°17'27.95" W  | 80°: Lat 26°57'14.14" S<br>Lon 50°15'23.36" W | 85°: Lat 26°57'59" S<br>Lon 50°14'49.86" W     | 90°: Lat 26°58'48.31" S<br>Lon 50°13'43.5" W   | 95°: Lat 26°59'41.86" S<br>Lon 50°13'56.68" W    | 100°: Lat 27°0'43.15" S<br>Lon 50°13'12" W     | 105°: Lat 27°1'15.1" S<br>Lon 50°15'8.81" W    | 110°: Lat 27°2'37.82" S<br>Lon 50°13'35.29" W  | 115°: Lat 27°3'37.93" S<br>Lon 50°13'45.87" W  |
| 120°: Lat 27°4'31" S<br>Lon 50°14'16.78" W    | 125°: Lat 27°6'4.9" S<br>Lon 50°13'42.88" W   | 130°: Lat 27°6'45.47" S<br>Lon 50°14'44.55" W | 135°: Lat 27°6'56.43" S<br>Lon 50°16'15.12" W  | 140°: Lat 27°7'55.29" S<br>Lon 50°16'47.79" W | 145°: Lat 27°8'41.02" S<br>Lon 50°17'37.13" W  | 150°: Lat 27°9'56.02" S<br>Lon 50°18'10.2" W   | 155°: Lat 27°10'5.63" S<br>Lon 50°19'28.48" W    | 160°: Lat 27°10'12.79" S<br>Lon 50°20'43.44" W | 165°: Lat 27°9'59.86" S<br>Lon 50°22'1.19" W   | 170°: Lat 27°9'21.63" S<br>Lon 50°23'17.89" W  | 175°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°24'22.68" W   |
| 180°: Lat 27°9'21.92" S<br>Lon 50°25'23.3" W  | 185°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°26'23.92" W  | 190°: Lat 27°8'34.92" S<br>Lon 50°27'19.45" W | 195°: Lat 27°8'14.51" S<br>Lon 50°28'13.65" W  | 200°: Lat 27°7'59.12" S<br>Lon 50°29'8.4" W   | 205°: Lat 27°7'43.84" S<br>Lon 50°30'3.68" W   | 210°: Lat 27°7'48.76" S<br>Lon 50°31'13.67" W  | 215°: Lat 27°7'15.61" S<br>Lon 50°32'2.14" W     | 220°: Lat 27°6'13.66" S<br>Lon 50°32'22.8" W   | 225°: Lat 27°5'25.98" S<br>Lon 50°32'49.66" W  | 230°: Lat 27°5'5.02" S<br>Lon 50°34'47.24" W   | 235°: Lat 27°4'46.17" S<br>Lon 50°34'57.06" W  |
| 240°: Lat 27°3'53.15" S<br>Lon 50°35'15.97" W | 245°: Lat 27°2'53.97" S<br>Lon 50°35'14.49" W | 250°: Lat 27°2'20.05" S<br>Lon 50°36'16.25" W | 255°: Lat 27°1'35.86" S<br>Lon 50°37'5.26" W   | 260°: Lat 27°0'42.33" S<br>Lon 50°37'29.37" W | 265°: Lat 26°59'49.16" S<br>Lon 50°38'25.39" W | 270°: Lat 26°58'48.15" S<br>Lon 50°38'54.87" W | 275°: Lat 26°57'48.49" S<br>Lon 50°38'9.25" W    | 280°: Lat 26°56'53.39" S<br>Lon 50°37'34.2" W  | 285°: Lat 26°56'4.47" S<br>Lon 50°36'49.27" W  | 290°: Lat 26°55'5.3" S<br>Lon 50°36'50.53" W   | 295°: Lat 26°54'38.91" S<br>Lon 50°35'23.41" W |
| 300°: Lat 26°54'5.13" S<br>Lon 50°34'33.66" W | 305°: Lat 26°53'9.84" S<br>Lon 50°34'25.58" W | 310°: Lat 26°52'4.59" S<br>Lon 50°34'22.93" W | 315°: Lat 26°51'20.86" S<br>Lon 50°34'45.11" W | 320°: Lat 26°50'21.77" S<br>Lon 50°33'19.9" W | 325°: Lat 26°48'32.82" S<br>Lon 50°32'26.38" W | 330°: Lat 26°48'18.18" S<br>Lon 50°32'11.11" W | 335°: Lat 26°46'49.19.2" S<br>Lon 50°30'20.89" W | 340°: Lat 26°49'42.82" S<br>Lon 50°29'5.97" W  | 345°: Lat 26°48'55.53" S<br>Lon 50°28'21.41" W | 350°: Lat 26°47'43.23" S<br>Lon 50°27'34.77" W | 355°: Lat 26°47'49.73" S<br>Lon 50°26'27.9" W  |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |             |            |             |             |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| 0°: 20.29            | 5°: 20     | 10°: 19.56 | 15°: 20.14 | 20°: 20.14 | 25°: 18.82 | 30°: 19.7  | 35°: 18.24 | 40°: 17.8   | 45°: 19.85 | 50°: 19.26  | 55°: 17.8   |
| 60°: 14.87           | 65°: 10.18 | 70°: 12.38 | 75°: 13.55 | 80°: 16.77 | 85°: 17.5  | 90°: 19.26 | 95°: 18.97 | 100°: 20.43 | 105°: 17.5 | 110°: 20.73 | 115°: 21.17 |





|             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 120°: 21.17 | 125°: 23.51 | 130°: 22.92 | 135°: 21.31 | 140°: 22.05 | 145°: 22.34 | 150°: 23.8  | 155°: 23.07 | 160°: 22.49 | 165°: 21.46 | 170°: 19.85 | 175°: 19.12 |
| 180°: 19.56 | 185°: 19.12 | 190°: 18.38 | 195°: 18.09 | 200°: 18.09 | 205°: 18.24 | 210°: 19.26 | 215°: 19.12 | 220°: 17.94 | 225°: 17.36 | 230°: 18.09 | 235°: 19.26 |
| 240°: 18.82 | 245°: 17.94 | 250°: 19.12 | 255°: 20    | 260°: 20.29 | 265°: 21.61 | 270°: 22.34 | 275°: 21.17 | 280°: 20.43 | 285°: 19.56 | 290°: 20.14 | 295°: 18.24 |
| 300°: 17.5  | 305°: 18.24 | 310°: 19.41 | 315°: 19.56 | 320°: 20.43 | 325°: 23.22 | 330°: 22.49 | 335°: 19.41 | 340°: 17.94 | 345°: 18.97 | 350°: 20.87 | 355°: 20.43 |

| Estação Auxiliar                                             |                                     |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar                                         |                                     |
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 1000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 1.0 kW |

| Transmissor Auxiliar 2     |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |

| Linha de Transmissão Auxiliar  |                           |                              |                         |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------|
| <b>Modelo:</b>                 | <b>Fabricante:</b>        |                              |                         |
| <b>Comprimento da Linha:</b> m | <b>Atenuação:</b> dB/100m | <b>Perdas Acessórias:</b> dB | <b>Impedância:</b> ohms |

| Antena Auxiliar   |                     |                         |                     |               |                            |
|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b>    | <b>Fabricante:</b>  |                         |                     |               |                            |
| <b>Ganho:</b> dBd | <b>Beam-Tilt:</b> ° | <b>Orientação NV:</b> ° | <b>Polarização:</b> | <b>HCI:</b> m | <b>ERP Máxima:</b> 4.58 kW |
| RDS               |                     |                         |                     |               |                            |
| <b>Código PI:</b> |                     |                         |                     |               |                            |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 187371981                           | 115           | Portaria       | MC    | 17/06/1982   | 21/06/1982 | Outorga      | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500107392017<br>05                           | 1265          | Despacho       | MCTIC | 11/08/2017   | 17/08/2017 | Aprovação de Local | Técnico  |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                      |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|----------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento       | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                  | 11            | Decreto              | PR    | 12/12/1994   | 28/12/1994 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                  | 208           | Exposição de Motivos | MC    | 06/11/1996   | 06/11/1996 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                  | 933           | Decreto Legislativo  | CN    | 01/12/2003   | 02/12/2003 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                  | 286           | Exposição de Motivos | MC    | 26/11/2004   | 24/06/2005 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201<br>7-61         | 11884         | Ato                  | ORLE  | 01/09/2017   | 29/09/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
|                                  | 8806388       | Ato                  | ORLE  | 14/07/2022   |            |                                   |          |

| Horário de funcionamento |  |
|--------------------------|--|
|                          |  |



Estações

1 total de registros | 1 - 50 | 50 |  |

| Ações                                            | Status                   | CNPJ         | Entidade                             | NumFistel   | Carater | Finalidade | Serviço   | Num Serviço | UF  | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP    | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal  | Observações                                                |
|--------------------------------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------------------|-------------|---------|------------|-----------|-------------|-----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|--------|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|--------------|------------------------------------------------------------|
| <input type="button" value="Visualizar em PDF"/> | PM-CA (Canal Licenciado) | 758357020001 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | 50414508548 | P       | (Todos)    | Comercial | PM          | 230 | SC        | Santa Cecília    | 233   |     | 94.5       | A4     | Principal            | 28° 58' 48.79" S | 50° 25' 23.30" W | 4.5764 | 46  |                 | 1    | 2023-12-20 10:11:49 |                      | 570ba570ba25 | Canal planejado em atendimento ao Decreto R.139/2013. (ZC) |





|                                                           |                                                           |            |                              |                               |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda |                                                           |            |                              | CNPJ<br>75835702000194        |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1004756000                               | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>26° 58' 48.79" S | LONGITUDE<br>50° 25' 23.30" W |

|                                                                                             |                            |          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN, nº S/Nº. | DISTRITO                   |          |
| BAIRRO<br>CENTRO                                                                            | MUNICÍPIO<br>Santa Cecília | UF<br>SC |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 21/06/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Santa Cecília UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 94.5 MHz CANAL: 233

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 1180

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYR925

NOME FANTASIA: Radio Alvorada NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Santa Cecília

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Santa Cecília UF: SC

NUMERO: 251 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 3.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528 POTÊNCIA: 1.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: EVOLUTION BROADCAST MODELO: EB 7/8-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 60 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 46 m BEAM TILT: 5 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/04/2024 10:58:52



Emitido Em  
21/07/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU4MmRhMDU0NjQwQm95eDc5eDc5>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2020/07/2024-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Consultas ANATEL (14433813)

SEI 53119-017700/2021-03 / pg. 140

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** Radio Alvorada de Santa Cecilia Ltda

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:03:00 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.cam.acilleg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Gabriela Mello dos Santos**

Data/Hora: **26/04/2024 11:03:29**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** Radio Alvorada de Santa Cecilia Ltda

**Nº FISTEL:** 50414508548

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 75835702000194

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio 251

**Bairro:** Centro

**Município:** Santa Cecília

**CEP:** 89540-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO 251

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Santa Cecília

**CEP:** 89540-000

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita      | Est. / Ref. / Parc. | Ano  | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação      | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|--------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|------|---------------|----------------------------|
| 7241 - PPDUR | 0                   | 2017 | 12/11/2017      | R\$ 200,00     | 11/10/2017        | 200,00     | 200,00          | 0001 | Quitado       | 0,00                       |
| 1550         | 0                   | 2018 | 03/10/2018      | R\$ 6.000,00   | 20/09/2018        | 6.000,00   | 6.000,00        | 0002 | Quitado - DOU | 0,00                       |
| 8766 - TFI   | 1                   | 2019 | 11/12/2019      | R\$ 2.600,00   | 11/11/2019        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0003 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 858,00     | 12/05/2020        | 858,00     | 858,00          | 0006 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 130,00     | 12/05/2020        | 130,00     | 130,00          | 0007 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 858,00     | 25/03/2021        | 858,00     | 858,00          | 0008 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 130,00     | 25/03/2021        | 130,00     | 130,00          | 0009 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2022 | 31/03/2022      | R\$ 858,00     | 18/03/2022        | 858,00     | 858,00          | 0010 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2022 | 31/03/2022      | R\$ 130,00     | 18/03/2022        | 130,00     | 130,00          | 0011 | Quitado       | 0,00                       |
| 7242 - PPDUR | 1                   | 2022 | 10/08/2022      | R\$ 280,70     | 12/07/2022        | 280,70     | 280,70          | 0012 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 858,00     | 22/03/2023        | 858,00     | 858,00          | 0013 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 130,00     | 20/03/2023        | 130,00     | 130,00          | 0014 | Quitado       | 0,00                       |
| 8766 - TFI   | 1                   | 2023 | 23/08/2023      | R\$ 2.600,00   | 19/07/2023        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0015 | Quitado       | 0,00                       |
| 1329 - TFF   | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 858,00     | 22/03/2024        | 858,00     | 858,00          | 0016 | Quitado       | 0,00                       |
| 4200 - CFRP  | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 130,00     | 22/03/2024        | 130,00     | 130,00          | 0017 | Quitado       | 0,00                       |

**Total devido em 26/04/2024 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 26/04/2024 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela

io Fiscal

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.cam.br/g6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

Anexo Consultas ANATEL (11498675)

SEI 53119-017788/2021-03 / pg. 142

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5


[Menu Principal](#)
[SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Códigos de Receita](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita                                                                                       |
|-------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento                                                         |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite                                              |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações                                              |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP                                                |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados                                              |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC                                         |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização                                                          |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados                                                             |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC                                                                     |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ                                                                        |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão                                                   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração                                                      |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade                                             |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite                                            |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite                                              |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar                                                   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU                                                       |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST                                                       |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC                                               |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição                                                               |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC                                                                         |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta                                                                 |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC                                          |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada                                         |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS                                                                              |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações                                               |
| 2129              | 9129             | DIVIDAATIVA                                                                                   |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA                                                                       |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos                                                        |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade                                                   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade                                                     |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação                                                                      |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória                                                    |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS                                                                                   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea                                                                  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD                                                                    |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício                                                                        |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública                                           |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas                                                               |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais                                                           |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente                                                    |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias                                                            |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas                                                            |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos                                                                      |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício                                                              |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços                                                      |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea                                                                     |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

Anexo Consultas ANATEL (17498675) - SEI 53119.017788/2021-03 / pg. 143



|      |      |                                                                                                                       |
|------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis                                                                                                |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos                                                                                 |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)                                                                                   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)                                                                              |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias                                                                                          |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial                                                                                            |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios                                                                                               |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta                                                   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa                                                      |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços                                                                                                       |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário                                                                                           |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão                                                                  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa                                            |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo                                                                                           |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo                                                          |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados                                                                                               |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI                                                                            |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos                                                                                             |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros                                                                                                 |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição                                                                 |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro                                                                |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos                                                                     |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade                                                          |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )                                                 |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)                                                                     |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências                                                           |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem                                                        |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME                                                                                                |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G                                             |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz                                              |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)                                        |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite                                                                  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações                                               |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite                                                 |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )                                                 |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência                                                                  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração                                                      |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação                                                                                    |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite                                                                         |
| 8801 | 9801 | Caução                                                                                                                |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias                                                                                  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN                                                          |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)                                                                    |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício                                                                         |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações                                                                                             |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI                                                                  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício                                                                                       |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas                                                                                     |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores                                                                 |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações                                                                                                   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício                                                                                      |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anexo/Consulta/Receita/Consulta.asp?SISQSmodulo=3761>
<https://sigec/anexo/Consulta/Receita/Consulta.asp?SISQSmodulo=3761>

Anexo Consultas ANATEL (17/05/2023)

SEI53115.017788/2021-03 / pg. 144

Dados da consulta    Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CNPJ               |                                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
|---------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94             |                                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
| <b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b> |                                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                                        | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO                              | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA           | <a href="#">085.026.699-82</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                              | 3817794    | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA                     | <a href="#">495.183.130-91</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADOR)            | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                                             |                                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                              | 11453383   | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
| NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA                  | <a href="#">576.160.350-00</a> | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **03192948116 - Gabriela Mello dos Santos**

Data: **26/04/2024**

Hora: **11:04:08**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camfaleg.br/g6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF      |                       |                                      |                           |       |            |          |          |          |      |    |               |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|---------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 085.026.699-82        |                       |                                      |                           |       |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                              | CNPJ/CPF              | ENTIDADE MC                          | CNPJ                      | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA | <u>085.026.699-82</u> | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <u>83.399.980/0001-74</u> | Sócio | 100000     | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                                   |                       | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <u>75.835.702/0001-94</u> | Sócio | 3817794    | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: **03192948116 - Gabriela Mello dos Santos**Data: **26/04/2024**Hora: **11:04:18**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.cam.ac.br/66df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                |                                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |               |
|------------------------------|----------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 495.183.130-91   |                |                                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |               |
| NOME                         | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO     |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA      | 495.183.130-91 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Santa Cecília |
|                              |                | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <a href="#">83.399.980/0001-74</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                              |                | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <a href="#">83.399.980/0001-74</a> | Sócio                   | 300000     | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Fraiburgo     |
|                              |                | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Sócio                   | 11453383   | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Santa Cecília |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 26/04/2024

Hora: 11:04:25



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.cam.ac.br/66df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |          |    |               |
|------------------------------|----------------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|---------------|
| <b>CPF:</b> 576.160.350-00   |                |                                      |                                    |                                    |            |          |          |          |          |    |               |
| NOME                         | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                          | CNPJ                               | CARGO                              | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO     |
| NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA   | 576.160.350-00 | RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA | <a href="#">75.835.702/0001-94</a> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --       | SC | Santa Cecília |
|                              |                | RADIO FRAIBURGO LTDA                 | <a href="#">83.399.980/0001-74</a> | Diretor (ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA) | 0          | --       | --       | FM       | --       | SC | Fraiburgo     |
|                              |                | RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA        | <a href="#">01.850.436/0001-32</a> | Diretor (DIRETORA)                 | 0          | --       | --       | OM       | Regional | SC | Videira       |
|                              |                | RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA        | <a href="#">01.850.436/0001-32</a> | Sócio                              | 14000      | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | SC | Videira       |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 26/04/2024

Hora: 11:04:31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.cam.ac.br/66df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



BOM DIA  
Gabriela Mello dos Santos

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 75.835.702/0001-94 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **03192948116 - Gabriela Mello dos Santos**

Data: **26/04/2024**

Hora: **11:04:45**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camfaleg.br/g6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>75.835.702/0001-94</b><br>MATRIZ                                                                                                                                                                                          | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>04/03/1982</b> |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA</b>                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                       |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>RADIO ALVORADA</b>                                                                                                                                                                               |                                                     | PORTE<br><b>ME</b>                    |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                                                                                                                                                      |                                                     |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b><br><b>73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b> |                                                     |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                                                                                                                                                             |                                                     |                                       |
| LOGRADOURO<br><b>R TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO</b>                                                                                                                                                                                             | NÚMERO<br><b>251</b>                                | COMPLEMENTO<br><b>*****</b>           |
| CEP<br><b>89.540-000</b>                                                                                                                                                                                                                            | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b>                    | MUNICÍPIO<br><b>SANTA CECILIA</b>     |
| UF<br><b>SC</b>                                                                                                                                                                                                                                     |                                                     |                                       |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO                                                                                                                                                                                                                                 |                                                     | TELEFONE<br><b>(49) 3244-2188</b>     |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br><b>*****</b>                                                                                                                                                                                                   |                                                     |                                       |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>                                                                                                                                                                                                                  | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>03/11/2005</b>     |                                       |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL                                                                                                                                                                                                                        |                                                     |                                       |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>                                                                                                                                                                                                                   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br><b>*****</b>           |                                       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/04/2024** às **11:06:03** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Certificados (11496967)

SEI 55115:017788/2021-03 / pg. 150

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
75.835.702/0001-94  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:**  
05-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
ANTONIO CARLOS DE SOUZA  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/04/2024 às 11:06 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.835.702/0001-94  
**Razão Social:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**Endereço:** - RUA TANIA APARECIDA CEOLLA GAUDENCIO 251 - / - / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/04/2024 a 14/05/2024

**Certificação Número:** 2024041519441432472989

Informação obtida em 26/04/2024 11:06:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.835.702/0001-94

Certidão n°: 29036144/2024

Expedição: 26/04/2024, às 11:07:04

Validade: 23/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **75.835.702/0001-94**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Certidões (11496907)

SEI 53115-017788/2021-03 / pg. 153

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**

CPF/CNPJ: **75.835.702/0001-94**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:07:24 do dia 26/04/2024, com validade até o dia 26/05/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ljGUV5nBnKL80I90muhm

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 2140738**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

Raiz do CNPJ: 75.835.702

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : SANTA CECILIA

Endereço da sede : r tania aparecida ceolla gaudencio 251

Certidão emitida às 11:17 de 26/04/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
**CNPJ: 75.835.702/0001-94**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 12:20:19 do dia 22/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2024.

Código de controle da certidão: **E8BE.6442.88EE.DC98**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Certidões (11496907)

SEI 5515:017788/2021-03 / pg. 156

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA**  
CNPJ/CPF: **75.835.702/0001-94**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **240140023198118**  
Data de emissão: **22/01/2024 14:40:58**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **20/07/2024**

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

**Este documento foi assinado digitalmente**  
Impresso em: 26/04/2024 11:15:29

Assinado por: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 26/04/2024

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

**Data de Envio:**

26/04/2024 11:54:11

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Eurico Bergsten - Funeb.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Samuel Renovato de Lima - Diretor-Presidente da Fundação Eurico Bergsten - Funeb.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Cultural São Francisco de Assis.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Siqueira Campos, estado do Paraná.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Pedro Nogueira Barboza - representante legal da Fundação Cultural São Francisco de Assis.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Maristela Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Maristela Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Torres, estado do Rio Grande do Sul.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Jaime Pedro Kohl - administrador da Rádio Maristela Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Poxoréu, estado do Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA DE ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Antônio Fagundes Neto - administrador da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Costa do Sol Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Costa do Sol Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araruama, estado do Rio de Janeiro.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, e Comunicações, e Manoel Diamantino da Costa - administrador da Rádio Costa do Sol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ary Correa Ramos - administrador da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Nilton Pereira Matias - procurador da Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Assunção Cearense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Assunção Cearense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sobral, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Carlos Roberto Costa Filho - administrador da Rádio Assunção Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de Mirassol Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mirassol, estado de São Paulo.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Deivar Paschoalon - procurador da Rádio Difusora de Mirassol Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São João Nepomuceno, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Dulcineia Aparecida Detoni de Freitas e/ou Michelle Detoni de Freitas - administradoras da Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Carmelindo Romildo Roos - administrador da Rádio Difusora Rio Brilhante Ltda - ME.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Osório Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Osório Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Elias Silveira dos Santos - procurador da Rádio Osório Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Progresso de Sousa Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Sousa, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Homero de Sá Pires - administrador da Rádio Progresso de Sousa Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Rádio Sul Cearense Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sul Cearense Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Brejo Santo, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldénia Assunção Tavares Farias - procuradora da Rádio Sul Cearense Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Araxá, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Enio Braga de Araújo - administrador da Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Crato, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Raimundo de Sousa Lima - administrador da Sistema Maior de Radiodifusão Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Conselheiro Lafaiete, estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rodolfo Machado Moura e/ou Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da Sociedade Rádio Clube Minas Gerais Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.  
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Solange de Castro Almeida - administradora da Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
PARTES: União e Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Vila Real Ltda.  
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso.  
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.





TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, ESTADO DA SANTA CATARINA.

Aos 07 dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezessis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.835.702/0001-94, representada por seu administrador, **ARY CORREA RAMOS**, inscrito no CPF n.º 066.498.749-49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**, por meio da Portaria n.º 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.** o canal 233 (duzentos e trinta e três), correspondente à frequência 94,5 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto Legislativo n.º 933, de 1º de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 2, de dezembro de 2003, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Ato de Renovação (149/200)

SEI 55119-017788/2021-03 / pg. 160

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.


**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

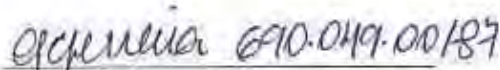
**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

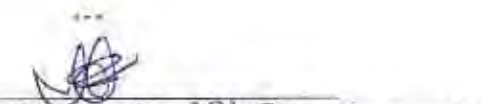
**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência Tecnologia  
Inovações e Comunicações**

  
\_\_\_\_\_  
Permissionária

  
Testemunha

  
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 13/10/2016, às 19:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016,



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1414567** e o código CRC **9E0FAE52**.



Processo nº 53000.018038/2014-17

SEI nº 1414567

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Anexo Atos de Renovação (11/19/200)

SEI 53119.017788/2021-03 / pg. 161

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 931, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GOIANAPOLINA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL - FM (AGDA-FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico-Cultural - FM (AGDA-FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 932, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CANTANHEDE (ACCCTMA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCTMA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 933, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 27 de dezembro de 1994, que renova, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 934, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE ITACARAMBI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 935, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 936, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 24 de agosto de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 937, DE 2003**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 576, de 24 de setembro de 2001, que renova, a partir de 06 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 938, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA ASTOLFO DUTRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Rádio

Difusora Astolfo Dutra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 939, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à IBIAPINA RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere da Portaria nº 366, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 940, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 27 de maio de 1997, que renova, a partir de 7 de junho de 1993, a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 941, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA FORMIGUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto nº 1, de 1º de outubro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1990, a concessão da Rádio Difusora Formiguesense Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:



DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994

Renova a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29820.000195/92-90,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. concedida pela Portaria nº 115, de 17 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 1994; 173ª da Independência e 106ª da República.

ITAMAR FRANCO  
Djalma Bastos de Moraes







Portaria n.º 115, de 17 de 06 de 1982

O Ministro de Estado das CO  
MUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do  
Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que  
consta do Processo MC nº 18.737/81 (Edital nº 118/81),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32  
do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decre  
to nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à RÁDIO ALVORADA DE SANTA  
CECILIA LTDA., para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma  
estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, na  
cidade de Santa Cecilia, Estado de Santa Catarina.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor  
do com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor  
na data de sua publicação.

Haroldo Corrêa de Sá  
Ministro de Estado das Comunicações





CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA  
Nº 115, DE 17 DE 06 DE 1982

I

Fica assegurada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Santa Cecilia, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local, com as características de operação de acordo com as Normas Técnicas para Execução de Emissoras de Radiodifusão Sonora em Onda Média.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona



mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à permissionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, convocadas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Imprensa e Divulgação, para a transmissão de assunto de relevante interesse nacional;





m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au





torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.

#### V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

#### VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



## VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

## VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

## IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 170

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 172

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.





exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).                                                                                                                            | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos impostos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |



|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.                                                      | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portalda transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5>

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 180

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11497454)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 182

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**Data de Envio:**

02/05/2024 13:05:41

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Qui, 02/05/2024 13:36

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quinta-feira, 2 de maio de 2024 13:05**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.017788/2021-03

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel nº 50414508548), no município de Santa Cecília/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIjNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIjNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...)

E-mail Resposta CGFM (P1506482)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 184

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.017788/2021-03**Entidade:** RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**CNPJ nº:** 75.835.702/0001-94**FISTEL nº:** 50414508548**Localidade:** Santa Cecília/SC**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 02/07/2021**Período:** 21/06/2022 a 21/06/2032**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, **adaptada**.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                            | SEI nº                | Base Legal                                                                                                                                                                                                  | Observações                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | *7825139<br>Págs. 1-2 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | *Requerimento subscrito pelo representante legal da entidade à época, Antônio Carlos de Souza (SEI 7825139 - Págs. 82). |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 185

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                              |                                |                                                                                                                                                                                         |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>                                                                                                                                                                                                                               | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                              |                                |                                                                                                                                                                                                                 |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>                                                                                                                                                                                                                                                             | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                        | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p> | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>                                                                                                             | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10624552<br/> Págs. 4-5</p> | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                  |                                 |                                                                                                                                        |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 4-5</p>   | <p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>                                                     |  |
| <p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>                                                                                                                                                                                             | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11496675<br/>Págs. 10-14</p> | <p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p> |  |

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                     | SEI nº                        | Base Legal                                                                                                                                               | Observações |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10624552<br/>Págs. 7-8</p> | <p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>     |             |
| <p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>                                                   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11496907<br/>Pág. 6</p>    | <p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p> |             |





|                                                                                                                                                                                                                                                           |                                         |                                                                          |                                                                                                                                                   |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;                                                                                                                                               | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496907<br>Págs. 1-2                                                    | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI". |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;                                                                                                                                             | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F 11496907<br>Pág. 7<br>E 11496907<br>Pág. 8<br><br>M 7825139<br>Pág. 96 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".      |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;                                                                                                                                             | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496675<br>Pág. 6                                                       | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".    |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;                                                                                                                                           | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS 11496907<br>Pág. 7<br><br>FGTS 11496907<br>Pág. 3                   | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".    |  |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11496907<br>Pág. 4                                                       | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".       |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 189

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                  |                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p><b>NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA</b><br/>10624552<br/>Pág. 11</p> <p><b>ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA</b><br/>10624552<br/>Pág. 10</p> <p><b>ÂNGELO ANTÔNIO PAGNUSSAT DE SOUZA</b><br/>10624552<br/>Pág. 9</p> | <p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>                                                                                              |  |
| <p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>(X) Sim<br/>( ) Não</p>                       | <p>11496675<br/>Págs. 4-5</p>                                                                                                                                                                            | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p> |  |
| <p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>( ) Sim<br/>(X) Não</p>                       | <p>11496675<br/>Págs. 7-9</p>                                                                                                                                                                            | <p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>                                                                                                   |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                    |                    |                                                                                      |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga; | (X) Sim<br>( ) Não | 11506482           | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V". |  |
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | ( ) Sim<br>(X) Não | 11496907<br>Pág. 5 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.                    |  |

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos | Conformidade | SEI nº | Base Legal | Observações |
|------------|--------------|--------|------------|-------------|
|------------|--------------|--------|------------|-------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 191

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                   |     |                                                                                                                                |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</li> </ul> | <p><input type="radio"/> Sim<br/><input type="radio"/> Não<br/><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | <p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p> |  |
| <p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <p><input type="radio"/> Sim<br/><input type="radio"/> Não<br/><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | <p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>                                                                          |  |

#### Observações Adicionais

- n/a

#### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 192

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11496908** e o código CRC **AAA43B33**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

SEI nº 11496908

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5> / pg. 193



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 7698/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.017788/2021-03**

**INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, inscrita no CNPJ nº **75.835.702/0001-94**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414508548**, referente ao período de 21 de junho de 2022 a 21 de junho de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7698 (11457261)

SEI53115.017788/2021-03 / pg. 194

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria nº 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de junho de 1982 (SEI 11497260 - Págs. 6-11). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11497260 - Págs. 1-3).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002**. De acordo com o Decreto s/nº, de 27 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 1992**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 933, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de dezembro de 2003 (SEI 11497260 - Págs. 4-5).



Concernente ao período de **2002-2012**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7638 (11/49/2021)

SEI 53115-017789/2021-03 / pg. 195

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

renovação no dia 5 de março de 2002, gerando o protocolo nº 53740.000089/2002-87, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de dezembro de 2001 e 21 de março de 2002. Após a análise do processo, os órgãos técnico e jurídico desta Pasta Ministerial se posicionaram favoravelmente pelo deferimento do pedido (SEI 0619604 - Págs. 73-79). Na sequência, os autos foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, no entanto, em razão de mudança de titularidade da pasta, o processo foi restituído, o que resultou em nova instrução processual. Desta forma, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

9. Quanto ao período de **2012-2022**, a interessada protocolou o requerimento de renovação no dia 5 de março de 2012, sob o nº 53000.010767/2012-55. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, ou seja, entre 21 de dezembro de 2011 e 21 de março de 2012. De igual modo, o referido processo administrativo passou por várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11497454).

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de julho de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2022-2032** (SEI 7825139 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de junho de 2021 a 21 de junho de 2022.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11496908). Os documentos foram conhecidos, para instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. O posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7030 (11/49/201)

SEI 53119.017789/2021-03 / pg. 196

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11496908).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Págs. 10-14).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Antônio Carlos de Souza e o sócio Ângelo Antônio Pagnussat de Souza compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC. Já a administradora Neliege Pagnussat de Souza participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Videira/SC.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11496675 - Págs. 1-3). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga da, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da (SEI 11506482).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7030 (11/15/2017)

SEI 53115-017789/2021-03 / pg. 197

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



21. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11496908).

22. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11496907 - Pág. 1).

23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)



III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de julho de 2023, com validade até 21 de junho de 2032 (SEI 11496675 - Págs.



28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11496675 - Págs. 7-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11497454).

## CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7030 (11/05/2017)

SEI 53115-017789/2021-03 / pg. 200

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497261** e o código CRC **039176FA**.

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11497507)
- Minuta Exposição de Motivos (11497509)

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497261



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7698 (11497261)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 201

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Minuta Portaria (11457307)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 202

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497507** e o código CRC **1000DAC1**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497507



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Minuta Pontana (11497507)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 203

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.  
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.  
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Minuta Exposição de Motivos (11497305) - SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 204

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497509** e o código CRC **2A54CE76**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497509



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13107, DE 6 DE MAIO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/05/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510976** e o código CRC **1AD8CAFE**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510976



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Portaria 13107-Renovação FM (11510976)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 206

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 06 de maio de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13107, de 6 de maio de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/05/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510983** e o código CRC **99EF32F7**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510983



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Exposição de Motivos 332 Renovação FM (11510983)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 207

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50345/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13107/2024 (11510976) e a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 7698/2024 (11497261), encaminho a Portaria nº 13107/2024 (11510976) e a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 08/05/2024, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11510992** e o código CRC **7A830D0B**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11510992



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício Interno 50345 (11510992)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 208

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 13/05/2024 16:57:24  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10330937  
**Data prevista de publicação:** 14/05/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias   |                                |                                  |              |            |
|------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------|------------|
| Sequencial | Arquivo(s)                     | MD5                              | Tamanho (cm) | Valor      |
| 21623865   | ATO DESPACHO NA 212.rtf        | 9c45f0d644a08fd9643677e1a3d7ca7d | 4,00         | R\$ 155,68 |
| 21623866   | ATO PORTARIA MCOM NA 13068.rtf | b7e8c2a83574a712bcbb11bbf2bb6e1c | 7,00         | R\$ 272,44 |
| 21623907   | ATO PORTARIA MCOM NA 13069.rtf | d91605e255a65bcbdf9271375aab3564 | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623908   | ATO PORTARIA MCOM NA 13075.rtf | 0f44130fe92d1edfd941c27fe8e3b0cc | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623909   | ATO PORTARIA MCOM NA 13071.rtf | 42e3f1eda2fca428fdda04792880edc6 | 11,00        | R\$ 428,12 |
| 21623910   | ATO PORTARIA MCOM NA 13106.rtf | a9ba54753a80ed3e2bfd73e5dad1d118 | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623911   | ATO PORTARIA MCOM NA 13074.rtf | 957f86d6c4f2293e446498d0fcec2a8d | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623912   | ATO PORTARIA MCOM NA 13077.rtf | 6f8e03df06e3409650b926c45bf6256e | 8,00         | R\$ 311,36 |
| 21623913   | ATO PORTARIA MCOM NA 13095.rtf | 66b8e6501818e984d490a79ad901cad0 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623914   | ATO PORTARIA MCOM NA 13096.rtf | 9a83be8ac1905fd1e2016e51f53759b4 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623915   | ATO PORTARIA MCOM NA 13099.rtf | 909a2b9aae11f0a39657564dd39f027f | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623916   | ATO RETIFICACAO..rtf           | e5196b8354d6796ea32bcbf2aeb16517 | 15,00        | R\$ 583,80 |
| 21623917   | ATO PORTARIA MCOM NA 13100.rtf | 3c53e7a6ffca237fefc23e7a77d8f434 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623918   | ATO PORTARIA MCOM NA 13101.rtf | ebae67896ae7d9b19087319d3661bf88 | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623919   | ATO PORTARIA MCOM NA 13102.rtf | 8b46559907c2d82412283d41e78f054c | 9,00         | R\$ 350,28 |
| 21623920   | ATO PORTARIA MCOM NA 13104.rtf | a0307040c68a99539e5a7edc52163d8a | 9,00         | R\$ 350,28 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
n.gov.br/recibo.do?idof=10330937

Comprovante de Envio Portaria 13407 (11524412) - SER 55115:017788/2021-03 / pg. 209

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecd5

1/2



13/05/2024, 16:57Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

|                 |                                 |                                   |        |               |
|-----------------|---------------------------------|-----------------------------------|--------|---------------|
| 21623921        | ATO PORTARIA MCOM NA 13026..rtf | a40d6ec68d69252948ea3a69ae7ae156  | 11,00  | R\$ 428,12    |
| 21623922        | ATO PORTARIA MCOM NA 13028.rtf  | 92c9249753ffc19b05a24b60f6a23992  | 11,00  | R\$ 428,12    |
| 21623923        | ATO PORTARIA MCOM NA 13025.rtf  | 213e5edd0a9f057cc16e02a2f0fb6d85  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623924        | ATO PORTARIA MCOM NA 13023.rtf  | 8682bf27985849deb96054ae0019bfca  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623925        | ATO PORTARIA MCOM NA 12997.rtf  | 5ca8c74a266da71c005281953f30c1be  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623926        | ATO PORTARIA MCOM NA 12996.rtf  | 1931efa65b622aa895c80597efe9818c  | 16,00  | R\$ 622,72    |
| 21623927        | ATO PORTARIA MCOM NA 13031.rtf  | 14c31e93b0c42dd17d22851788dd7206  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623928        | ATO PORTARIA MCOM NA 12995.rtf  | 7d4191d8a782dab53f23e08beeeafa66  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623929        | ATO PORTARIA MCOM NA 12994.rtf  | 67c4cd64d38935ff2c1eae86ce8ec51a  | 10,00  | R\$ 389,20    |
| 21623930        | ATO PORTARIA MCOM NA 13060..rtf | ea54c8de70ae74e9384234331f2c5bad  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623931        | ATO PORTARIA MCOM NA 13004.rtf  | 56c98c6a236796b6c109d1aecdf361af  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623932        | ATO PORTARIA MCOM NA 13019.rtf  | 009d298cf3f6477b52fcf0f15a38247e  | 6,00   | R\$ 233,52    |
| 21623933        | ATO PORTARIA MCOM NA 13036.rtf  | b0ad6483d36fe29b480a66c54682ebee  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623934        | ATO PORTARIA MCOM NA 13048.rtf  | 3a3964714e0b89ea46ba7e1db634c6dd  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623935        | ATO PORTARIA MCOM NA 13107.rtf  | 1f1bf52bf93e16a4a8ada77b5dd7a517  | 8,00   | R\$ 311,36    |
| 21623936        | ATO PORTARIA MCOM NA 13070.rtf  | 24dc3a2fc1e66c27d917aabbbe9b55734 | 8,00   | R\$ 311,36    |
| TOTAL DO OFICIO |                                 |                                   | 292,00 | R\$ 11.364,64 |



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/05/2024 | Edição: 92 | Seção: 1 | Página: 15  
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.107, DE 6 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Publicação Portaria 13107 (11525288)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 211

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Id solicitação: 57dbac57c0e25

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                           |                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Alvorada de Santa Cecília Ltda                                               |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> Radio Alvorada                                                                        |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (49) 3244-2188                                                                             | <b>E-mail:</b> acs.souza1967@gmail.com                           |
| <b>CNPJ:</b> 75.835.702/0001-94                                                                             | <b>Número do Fistel:</b> 50414508548                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                            | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 21/06/1992                                                                         | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                    | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                                                                                | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/06/2032                                                                                  |                                                                  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. |                                                                  |

| Endereço Sede                                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Tania Aparecida Ceolla Gaudencio | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço Correspondência                                |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Transmissor                                  |                     |                      |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PARQUE DE EXPOSIÇÕES WALFRIDO DRISSEN | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                    | <b>Numero:</b> S/Nº |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                          | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Principal                           |                     |                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA TÂNIA APARECIDA CEOLLA GAUDÊNCIO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                                   | <b>Numero:</b> 251  |                      |
| <b>Município:</b> Santa Cecília                         | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 89540000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                     |               |
|---------------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Santa Cecília | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                             |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>Canal:</b> 233   | <b>Frequência:</b> 94.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 4.5764kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1              |

## Informações da Estação



24/09/2025 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1004756000         | <b>Número Indicativo:</b> ZYR925               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 21/07/2023 | <b>Número da Licença:</b> 53500.057029/2023-93 |

| Estação Principal                 |                                    |                             |
|-----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| Localização                       |                                    |                             |
| <b>Latitude:</b> 26° 58' 48.79" S | <b>Longitude:</b> 50° 25' 23.30" W | <b>Cota da base:</b> 1180 m |

| Transmissor Principal                           |                                     |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002850402252         | <b>Modelo:</b> FM 3000              |
| <b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP | <b>Potência de Operação:</b> 3.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |                                                |                                  |                            |
|-----------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF78-50JA         | <b>Fabricante:</b> RFS RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 60 m | <b>Atenuação:</b> 1.11 dB/100m                 | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Principal        |                                        |                            |                              |                  |                            |
|-------------------------|----------------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> EB 7/8-4 | <b>Fabricante:</b> EVOLUTION BROADCAST |                            |                              |                  |                            |
| <b>Ganho:</b> 3 dBd     | <b>Beam-Tilt:</b> 5 °                  | <b>Orientação NV:</b> 60 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 46 m | <b>ERP Máxima:</b> 4.58 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.21             | 5°: 1.21   | 10°: 1.28  | 15°: 1.31  | 20°: 1.31  | 25°: 1.31  | 30°: 1.31  | 35°: 1.36  | 40°: 1.39  | 45°: 1.39  | 50°: 1.39  | 55°: 1.39  |
| 60°: 1.39            | 65°: 1.39  | 70°: 1.39  | 75°: 1.39  | 80°: 1.39  | 85°: 1.34  | 90°: 1.34  | 95°: 1.3   | 100°: 1.3  | 105°: 1.3  | 110°: 1.25 | 115°: 1.21 |
| 120°: 1.21           | 125°: 1.25 | 130°: 1.25 | 135°: 1.39 | 140°: 1.47 | 145°: 1.75 | 150°: 1.93 | 155°: 2.12 | 160°: 2.52 | 165°: 2.83 | 170°: 3.15 | 175°: 3.71 |
| 180°: 3.94           | 185°: 4.31 | 190°: 4.56 | 195°: 5.22 | 200°: 5.25 | 205°: 5.5  | 210°: 5.79 | 215°: 5.94 | 220°: 6.09 | 225°: 6.2  | 230°: 6.28 | 235°: 6.4  |
| 240°: 6.4            | 245°: 6.34 | 250°: 6.25 | 255°: 6.2  | 260°: 6.09 | 265°: 5.9  | 270°: 5.73 | 275°: 5.5  | 280°: 5.25 | 285°: 4.91 | 290°: 4.53 | 295°: 4.23 |
| 300°: 3.94           | 305°: 3.59 | 310°: 2.99 | 315°: 2.59 | 320°: 2.15 | 325°: 1.76 | 330°: 1.66 | 335°: 1.56 | 340°: 1.47 | 345°: 1.45 | 350°: 1.39 | 355°: 1.3  |

| Coordenadas por radial                        |                                               |                                               |                                                |                                               |                                                |                                                    |                                                  |                                                |                                                |                                                |                                                |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 26°47'51.95" S<br>Lon 50°25'23.3" W   | 5°: Lat 26°48'3.9" S<br>Lon 50°24'20.09" W    | 10°: Lat 26°48'25.27" S<br>Lon 50°23'20.13" W | 15°: Lat 26°48'18.88" S<br>Lon 50°22'14.21" W  | 20°: Lat 26°48'35.96" S<br>Lon 50°21'13.41" W | 25°: Lat 26°49'36.39" S<br>Lon 50°20'34.69" W  | 30°: Lat 26°49'36.26" S<br>Lon 50°19'25.91" W      | 35°: Lat 26°50'44.99" S<br>Lon 50°18'3.73" W     | 40°: Lat 26°51'27.22" S<br>Lon 50°18'28.14" W  | 45°: Lat 26°51'14.14" S<br>Lon 50°16'53.99" W  | 50°: Lat 26°52'7.64" S<br>Lon 50°16'27.75" W   | 55°: Lat 26°53'18.01" S<br>Lon 50°16'34.08" W  |
| 60°: Lat 26°54'47.89" S<br>Lon 50°17'35.79" W | 65°: Lat 26°56'29.39" S<br>Lon 50°19'48.21" W | 70°: Lat 26°56'31.56" S<br>Lon 50°18'20.88" W | 75°: Lat 26°56'55.03" S<br>Lon 50°17'27.95" W  | 80°: Lat 26°57'14.14" S<br>Lon 50°15'23.36" W | 85°: Lat 26°57'59" S<br>Lon 50°14'49.86" W     | 90°: Lat 26°58'48.31" S<br>Lon 50°13'50.13'43.5" W | 95°: Lat 26°59'41.86" S<br>Lon 50°13'56.68" W    | 100°: Lat 27°0'43.15" S<br>Lon 50°13'12" W     | 105°: Lat 27°1'15.1" S<br>Lon 50°15'8.81" W    | 110°: Lat 27°2'37.82" S<br>Lon 50°13'35.29" W  | 115°: Lat 27°3'37.93" S<br>Lon 50°13'45.87" W  |
| 120°: Lat 27°4'31" S<br>Lon 50°14'16.78" W    | 125°: Lat 27°6'4.9" S<br>Lon 50°13'42.88" W   | 130°: Lat 27°6'45.47" S<br>Lon 50°14'44.55" W | 135°: Lat 27°6'56.43" S<br>Lon 50°16'15.12" W  | 140°: Lat 27°7'55.29" S<br>Lon 50°16'47.79" W | 145°: Lat 27°8'41.02" S<br>Lon 50°17'37.13" W  | 150°: Lat 27°9'56.02" S<br>Lon 50°18'10.2" W       | 155°: Lat 27°10'5.63" S<br>Lon 50°19'28.48" W    | 160°: Lat 27°10'12.79" S<br>Lon 50°20'43.44" W | 165°: Lat 27°9'59.86" S<br>Lon 50°22'1.19" W   | 170°: Lat 27°9'21.63" S<br>Lon 50°23'17.89" W  | 175°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°24'22.68" W   |
| 180°: Lat 27°9'21.92" S<br>Lon 50°25'23.3" W  | 185°: Lat 27°9'5.33" S<br>Lon 50°26'23.92" W  | 190°: Lat 27°8'34.92" S<br>Lon 50°27'19.45" W | 195°: Lat 27°8'14.51" S<br>Lon 50°28'13.65" W  | 200°: Lat 27°7'59.12" S<br>Lon 50°29'29.84" W | 205°: Lat 27°7'43.84" S<br>Lon 50°30'30.368" W | 210°: Lat 27°7'48.76" S<br>Lon 50°31'13.67" W      | 215°: Lat 27°7'15.61" S<br>Lon 50°32'2.14" W     | 220°: Lat 27°6'13.66" S<br>Lon 50°32'22.8" W   | 225°: Lat 27°5'25.98" S<br>Lon 50°32'49.66" W  | 230°: Lat 27°5'5.02" S<br>Lon 50°34'47.24" W   | 235°: Lat 27°4'46.17" S<br>Lon 50°34'57.06" W  |
| 240°: Lat 27°3'53.15" S<br>Lon 50°35'15.97" W | 245°: Lat 27°2'53.97" S<br>Lon 50°35'14.49" W | 250°: Lat 27°2'20.05" S<br>Lon 50°36'16.25" W | 255°: Lat 27°1'35.86" S<br>Lon 50°37'5.26" W   | 260°: Lat 27°0'42.33" S<br>Lon 50°37'29.37" W | 265°: Lat 26°59'49.16" S<br>Lon 50°38'25.39" W | 270°: Lat 26°58'48.15" S<br>Lon 50°38'54.87" W     | 275°: Lat 26°57'48.49" S<br>Lon 50°38'9.25" W    | 280°: Lat 26°56'53.39" S<br>Lon 50°37'34.2" W  | 285°: Lat 26°56'53.39" S<br>Lon 50°36'49.27" W | 290°: Lat 26°55'5.3" S<br>Lon 50°36'50.53" W   | 295°: Lat 26°54'38.91" S<br>Lon 50°35'23.41" W |
| 300°: Lat 26°54'5.13" S<br>Lon 50°34'33.66" W | 305°: Lat 26°53'9.84" S<br>Lon 50°34'25.58" W | 310°: Lat 26°52'4.59" S<br>Lon 50°34'22.93" W | 315°: Lat 26°51'20.86" S<br>Lon 50°34'45.11" W | 320°: Lat 26°50'21.77" S<br>Lon 50°33'19.9" W | 325°: Lat 26°48'32.82" S<br>Lon 50°32'36.38" W | 330°: Lat 26°48'18.18" S<br>Lon 50°32'11.11" W     | 335°: Lat 26°46'49.19.2" S<br>Lon 50°30'20.89" W | 340°: Lat 26°49'42.82" S<br>Lon 50°29'5.97" W  | 345°: Lat 26°48'55.53" S<br>Lon 50°28'21.41" W | 350°: Lat 26°47'43.23" S<br>Lon 50°27'34.77" W | 355°: Lat 26°47'49.73" S<br>Lon 50°26'27.9" W  |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |             |            |             |             |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| 0°: 20.29            | 5°: 20     | 10°: 19.56 | 15°: 20.14 | 20°: 20.14 | 25°: 18.82 | 30°: 19.7  | 35°: 18.24 | 40°: 17.8   | 45°: 19.85 | 50°: 19.26  | 55°: 17.8   |
| 60°: 14.87           | 65°: 10.18 | 70°: 12.38 | 75°: 13.55 | 80°: 16.77 | 85°: 17.5  | 90°: 19.26 | 95°: 18.97 | 100°: 20.43 | 105°: 17.5 | 110°: 20.73 | 115°: 21.17 |



24.09.2025 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Relatório Canal Renovação (11/02/2024)

SEP 55115.017788/2021-03 / pg. 213

|             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 120º: 21.17 | 125º: 23.51 | 130º: 22.92 | 135º: 21.31 | 140º: 22.05 | 145º: 22.34 | 150º: 23.8  | 155º: 23.07 | 160º: 22.49 | 165º: 21.46 | 170º: 19.85 | 175º: 19.12 |
| 180º: 19.56 | 185º: 19.12 | 190º: 18.38 | 195º: 18.09 | 200º: 18.09 | 205º: 18.24 | 210º: 19.26 | 215º: 19.12 | 220º: 17.94 | 225º: 17.36 | 230º: 18.09 | 235º: 19.26 |
| 240º: 18.82 | 245º: 17.94 | 250º: 19.12 | 255º: 20    | 260º: 20.29 | 265º: 21.61 | 270º: 22.34 | 275º: 21.17 | 280º: 20.43 | 285º: 19.56 | 290º: 20.14 | 295º: 18.24 |
| 300º: 17.5  | 305º: 18.24 | 310º: 19.41 | 315º: 19.56 | 320º: 20.43 | 325º: 23.22 | 330º: 22.49 | 335º: 19.41 | 340º: 17.94 | 345º: 18.97 | 350º: 20.87 | 355º: 20.43 |

| Estação Auxiliar                                             |                                     |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar                                         |                                     |
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 1000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 1.0 kW |

| Transmissor Auxiliar 2     |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |

| Linha de Transmissão Auxiliar  |                           |                              |                         |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------|
| <b>Modelo:</b>                 | <b>Fabricante:</b>        |                              |                         |
| <b>Comprimento da Linha:</b> m | <b>Atenuação:</b> dB/100m | <b>Perdas Acessórias:</b> dB | <b>Impedância:</b> ohms |

| Antena Auxiliar   |                     |                         |                     |               |                            |
|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b>    | <b>Fabricante:</b>  |                         |                     |               |                            |
| <b>Ganho:</b> dBd | <b>Beam-Tilt:</b> ° | <b>Orientação NV:</b> ° | <b>Polarização:</b> | <b>HCI:</b> m | <b>ERP Máxima:</b> 4.58 kW |
| RDS               |                     |                         |                     |               |                            |
| <b>Código PI:</b> |                     |                         |                     |               |                            |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 187371981                           | 115           | Portaria       | MC    | 17/06/1982   | 21/06/1982 | Outorga      | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500107392017 05                              | 1265          | Despacho       | MCTIC | 11/08/2017   | 17/08/2017 | Aprovação de Local | Técnico  |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                      |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|----------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento       | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
| 298200001951992                  | 11            | Decreto              | PR    | 12/12/1994   | 28/12/1994 | Renovação                         | Jurídico |
| 291060007821987                  | 208           | Exposição de Motivos | MC    | 06/11/1996   | 06/11/1996 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 298200001951992                  | 933           | Decreto Legislativo  | CN    | 01/12/2003   | 02/12/2003 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000181542004                  | 286           | Exposição de Motivos | MC    | 26/11/2004   | 24/06/2005 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.070873/201 7-61            | 11884         | Ato                  | ORLE  | 01/09/2017   | 29/09/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
|                                  | 8806388       | Ato                  | ORLE  | 14/07/2022   |            |                                   |          |
| 531150177882021 03               | 13107         | Portaria             | MC    | 06/05/2024   | 14/05/2024 | Renovação                         | Jurídico |

| Horário de funcionamento |  |
|--------------------------|--|
|                          |  |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50664/2024/MCOM

Brasília, 14 de maio de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11510983)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7698/2024 (11497261), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 352/2024 (11510983), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 14/05/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525968** e o código CRC **4EE416C9**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11525968



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício Interno 50664 (11525968)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 215

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



Brasília, 16 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13107, de 6 de maio de 2024, publicada em 14 de maio de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16793/2024/MCOM

Ao Senhor  
**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.017788/2021-03.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 17/05/2024, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11532081** e o código CRC **6AA7F65F**.

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11532081



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Ofício 16793 (11532081)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 217

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

Brasília, 16 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13107, de 6 de maio de 2024, publicada em 14 de maio de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





1

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR**  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)**

**ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)**

**Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.**

**I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;**

**II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);**

**III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;**

**IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;**

**V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.**

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

**I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.**

**II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:**

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins





habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |
| Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.                                                                                                                  |                                                                                                   |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

|                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).       | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Atestado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>11</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |

Prova de regularidade relativa à seguridade social  
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>





|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| FGTS.                                                                                                                                                           |                                            |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

## Notas

1. <sup>^</sup> [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE - GAB**  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
**FELIPE NOGUEIRA FERNANDES**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/05/2024 1 Edição: 92 1 Seção: 11 Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.107, DE 6 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal. na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.017788/2021-03, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, número de inscrição no FISTEL nº 50414508548, a partir de 21 de junho de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecilia, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 7698/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.017788/2021-03**

**INTERESSADA: RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda**, inscrita no CNPJ nº **75.835.702/0001-94**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414508548**, referente ao período de 21 de junho de 2022 a 21 de junho de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7698 (14/07/2024)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 1

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria nº 115, de 17 de junho de 1982, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de junho de 1982 (SEI 11497260 - Págs. 6-11). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 11497260 - Págs. 1-3).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002**. De acordo com o Decreto s/nº, de 27 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 1992**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 933, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de dezembro de 2003 (SEI 11497260 - Págs. 4-5).

Concernente ao período de **2002-2012**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7038 (14/07/2017)

SEI 55115-017769/2021-03 / pg. 2

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

renovação no dia 5 de março de 2002, gerando o protocolo nº 53740.000089/2002-87, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de dezembro de 2001 e 21 de março de 2002. Após a análise do processo, os órgãos técnico e jurídico desta Pasta Ministerial se posicionaram favoravelmente pelo deferimento do pedido (SEI 0619604 - Págs. 73-79). Na sequência, os autos foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, no entanto, em razão de mudança de titularidade da pasta, o processo foi restituído, o que resultou em nova instrução processual. Desta forma, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

9. Quanto ao período de **2012-2022**, a interessada protocolou o requerimento de renovação no dia 5 de março de 2012, sob o nº 53000.010767/2012-55. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, ou seja, entre 21 de dezembro de 2011 e 21 de março de 2012. De igual modo, o referido processo administrativo passou por várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11497454).

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de julho de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2022-2032** (SEI 7825139 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de junho de 2021 a 21 de junho de 2022.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11496908). Os documentos foram conhecidos, para instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. O posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadofassinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7038 (14/07/2017)

SEI 53115.017765/2021-03 / pg. 3

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11496908).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Págs. 10-14).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Antônio Carlos de Souza e o sócio Ângelo Antônio Pagnussat de Souza compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC. Já a administradora Neliege Pagnussat de Souza participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Fraiburgo/SC, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Videira/SC.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11496675 - Págs. 1-3). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga da, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da (SEI 11506482).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadofirmas.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7038 (14/07/2017)

SEI 55115-017768/2021-03 / pg. 4

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



21. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11496908).

22. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11496907 - Pág. 1).

23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)



III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de julho de 2023, com validade até 21 de junho de 2032 (SEI 11496675 - Págs.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7038 (1.459/2021)

SEI 33119-017789/2021-03 / pg. 6

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 26 de abril de 2024 (SEI 11496675 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11496675 - Págs. 7-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santa Cecília/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11497454).

## CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7038 (14/05/2017)

SEI 55119.017768/2021-03 / pg. 7

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 03/05/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/05/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 03/05/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11497261** e o código CRC **039176FA**.

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11497507)
- Minuta Exposição de Motivos (11497509)

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

Documento nº 11497261



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

Nota Técnica 7098 (11/49/2017)

SEI 53115.017788/2021-03 / pg. 8

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 21 de maio de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA. (CNPJ nº 75.835.702/0001-94), nos termos da Portaria nº 115, datada em 17 de junho de 1982, publicada em 21 de junho de 1982, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 404 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 21/05/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5761352** e o código CRC **351700DB** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.017788/2021-03

Nota SAJ - Radiodifusão nº 686 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

|              |                                                                                                                                              |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Interessado: | RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA                                                                                                         |
| Assunto:     | Serviço de Radiodifusão.<br>Renovação de radio comercial FM.<br>Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição). |
| Processo:    | 53115.017788/2021-03                                                                                                                         |

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.017788/2021-03, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**<sup>[1]</sup>, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA** nº 75.835.702/0001-94, na localidade de **Santa Cecília/SC**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, no âmbito das atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria de renovação**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.017788/2021-03, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**GABRIELA FERREIRA GOMES**

Estagiária da Secretaria Especial Para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Secretário Adjunto de Infraestrutura - Substituto

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 09/08/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 13/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5982825** e o código CRC **2A94DF79** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.017788/2021-03

SEI nº 5982825



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 794/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.017788/2021-03.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00404/2024 MCOM, de 16 de Maio de 2024, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Santa Cecília (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00404/2024 MCOM (5760904), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.017788/2021-03, acompanhado da [Portaria MCOM nº 13.107, de 6 de maio de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2022, no município de Santa Cecília, estado de Santa Catarina, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO ALVORADA DE SANTA CECÍLIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 75.835.702/0001-94, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU<sup>[3]</sup>, de 05/10/2023 (5760890), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
  - Nota Técnica nº 7698/2024/SEI-MCOM, de 03/05/2024 (5761350), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 29, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 03/05/2024 (5760893), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 75.835.702/0001-94  
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO ALVORADA DE SANTA CECILIA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:** 05-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ANTONIO CARLOS DE SOUZA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ANGELO ANTONIO PAGNUSSAT DE SOUZA  
**Qualificação:** 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 23/08/2024 às 10:34 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, adamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento gências legais a partir da simples conferência de documentos.



c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 24/10/2024, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 24/10/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 24/10/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6026717** e o código CRC **91E71B5E** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.017788/2021-03

SEI nº 6026717

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5>

c6df4690-4eed-4e88-836f-869d959ecfd5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 28 de agosto de 2024.

**Referência: Exposição de Motivos nº 404/2024 - MCOM.**

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

**CAMILA MACHADO PIRES**  
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 28/08/2024, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6040233** e o código CRC **903A3590** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

